



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

CADERNO DE RESUMOS



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

Caderno de Resumos Engênero III

Universidade Federal do Espírito Santo
Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência
Vitória/ES – 06, 07 e 08 de novembro de 2018.

<http://legpv.ufes.br>





*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitora de Extensão: Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Pró-Reitoria de Graduação: Zenólia Christina Campos Figueiredo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania: Gelson Silva Junquillo

Superintendente de Cultura e Comunicação (interina) e Secretária de Comunicação: Thereza Marinho

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais: Renato Rodrigues Neto

Diretora do Centro de Educação: Cláudia Maria Mendes Gontijo

Diretor do Centro de Educação Física e Desportos: Otávio Guimarães da Silva

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas: Rogério Naques Faleiros

Diretor do Centro de Artes: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Diretora do Centro de Ciências da Saúde: Gláucia Rodrigues Abreu

ISSN: 2595-9581

Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência

Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Contato: secretaria.engenero@gmail.com



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alex Silva Ferrari
Alexandro Rodrigues
Andrea dos Santos Nascimento
Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
Brunela Vieira de Vizenci
Catarina Cecin Gazele
Chiara Musso Ribeiro de Oliveira Souza
Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim
Erineusa Maria da Silva
Francesco Suanno Neto
Franciele Marabotti Costa Leite
Gabriela Santos Alves
Gilsa Helena Barcellos
Gustavo Arthur Monzeli
Ileana Wenez
Janaina Leite
João José Barbosa Sanna
Karla do Carmo Caser
Leandro da Silva Lunz
Lívia de Cassia Godoi Moraes
Louise Maestri Ferreira
Luan Tofano Elias
Luciana Silveira
Luiza de Souza Nichetti
Maria Beatriz Nader
Micheline Mattedi Tomazi
Mirela Marin Morgante
Nelson Porto Ribeiro
Raquelli Natale
Stella Scantamburlo de Mergar
Tanya Mayara Kruger
Thana Mara de Souza
Wendy Xavier Pereira Fernandes



COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Ana Maria Colling

Brunela Vieira de Vicenzi

Catarina Cecin Gazele

Getúlio Sergio Souza Pinto

Heloisa Kretli da Silva

Ileana Wenwtz

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro

Karina Fardin Fiorotti

Lana Lage da Gama Lima

Losandro Antonio Tedeschi

Marcio Rodrigues Vale Caetano

Maria Beatriz Nader

Maria da Conceição Silva Soares

Micheline Mattedi Tomazi

Miriam Carmo Rodrigues Barbosa

Rodrigo da Silva Goularte

Silvia Maria Fávero Arend

Tania Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar

Vanessa Maia Barbosa de Paiva



ÍNDICE DE AUTORES

Adriana Amaral Ferreira
Adriana Ilha da Silva
Adriana Pereira Campos
Alane Santos Pardiniho
Alex Silva Ferrari
Aline Maria Dias
Amanda Carolini Menconi Hornhardt
Ana Claudia Fehelberg Pinto Braga
Ana Paula Lyra
Andrea dos Santos Nascimento
Andreia Galvão
Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Ângela Vieira
Anna Maria Martins Souza
Annabelle Bonnet
Arellys Esquenazi Borrego
Ariel Sessa
Áurea da Silva Garcia
Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
Beatriz de Barros Souza
Bruna Menezes
Camila Fernandes Pinheiro
Camilla Ramos Medalane Cravinho
Candido Ferreira de Souza Junior
Carla Denari Giuliani
Carolina Bastos de Siqueira
Carolina Ofranti Sampaio
Célia Barbosa da Silva Pereira
Celiane Pereira da Silva
Claber Borges Campos
Clarissa Alves de Oliveira
Cristina Grobério Pazó
Daniele dos Santos Francisco
Débora de Paula Bolzan
Edmilton da Silva
Elda Alvarenga



Ellen Cristina Santos Silva
Emilly Marques Tenório
Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim
Erineusa Maria da Silva
Fabíola Simão Padilha Trefzger
Fany Serafim Nascimento
Fernanda Cristina dos Santos Francisco
Francesco Suanno Neto
Gabriela Pinto de Moura
Gabriela Santos Alves
Gelson Daldegan
Getulio Sérgio Souza Pinto
Gianna Maria Almeida Marques
Gilsa Helena Barcellos
Giovanni Alves
Heloisa Buarque de Almeida
Icléia Albuquerque de Vargas
Ileana Wenetz
Iranilde Tavares da Câmara
Izabel Rizzi Mação
Janete de Souza Diniz
Jean-Louis Fabiani
Jéssica Cabral Ortega Corrêa
João José Barbosa Sanna
Joelson Rocha
Josiane Barbosa Felipe
Juliana de Almeida Machado
Júlio César Bentivoglio
Jussara Reis Prá
Jussara Viana Ferreira Arrigoni
Karla do Carmo Caser
Karolyne Mendes Gomes
Laryssa da Silva Machado
Laura Rosenberg Schneider
Leandro da Silva Lunz
Letícia Pereira de Souza
Lilian Mota Pereira
Lívia de Azevedo Silveira Rangel
Lorrana Bernardes Bastos



Lorrane Matos Ferrari de Andrade
Louise Maestri Ferreira
Luan Tofano Elias
Luana Santos Azeredo
Luana Zamprogno
Luciana Silveira
Luciene Carla Corrêa Francelino
Lucimara Rizzoli da Silva Brandão
Márcia Rodrigues
Marcos Stéphano Santana Ferreira
Maria Angela Rosa Soares
Maria Antonella Barone
Maria Beatriz Nader
Maria Cristina Dadalto
Maria de Almeida Silva
María del Pilar Tobar Acosta
Maria Eneida Matos
Mariana Alves Machado Ribeiro
Mariana Chrystello Martins
Mariana Rébuli Vieira
Marina Ferreira da Rosa Ribeiro
Marina Grandi Giongo
Marlise Meyrer
Marta Aguiar da Silva
Mauricio Sabadini
Meire Rocha de Abreu
Micheline Mattedi Tomazi
Milton Junior Barros Araújo
Mirela Marin Morgante
Monica Vermes
Natali Destefani Braga
Pablo Ornelas Rosa
Patrícia Maria da Silva Merlo
Paula Gabrielle Nascimento Ricio
Quéren da Silva Martins
Rafaela Danielli Nicola
Raquel Quirino Gonçalves
Renata Alves da Silva
Renata Barreto da Fonseca



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

Renata Kelly de Souza Dias
Renata Mourão Macedo
Sebastião Pimentel Franco
Sileyr dos Santos Ribeiro
Soraia de Mello Guimarães
Stela Cristina de Godoi
Stella Scantamburlo de Mergár
Stephanie Sales Rodrigues Nonato
Sthefany Duhz Cavaca
Tais Peres Fonseca
Tamiris Demoner
Tanya Mayara Kruger
Tatyana Alves Conceição
Thais Fernandes Rodrigues dos Santos
Valdeci Ataíde Capua
Vanda de Aguiar Valadão
Virginia Calegari Costa
Virgínia Fontes
Viviane Melo de Mendonça
Viviane Teixeira Silveira
Wakyla Cristina
Wendy Xavier Pereira Fernandes
Wildson Abo Sartori



PROGRAMAÇÃO

DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2018

08h00 – Credenciamento

09h00 às 12h00 – Abertura

Apresentação do Grupo Fordan

Local: Auditório Conceição Aparecida Vieira

(Centro de Educação Física e Desportos – CEFD)

Palestrante: Hillary Carroll Hiner (Universidad Diego Portales - Chile)

Local: Auditório Conceição Aparecida Vieira

(Centro de Educação Física e Desportos – CEFD)

14h00 às 16h30 – Simpósios Temáticos

Locais:

Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

Centro de Educação – CE

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE

Centro de Artes – CA

Centro de Ciências da Saude – CCS



17h00 às 19h00 – Minicursos

Locais:

Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

Centro de Educação – CE

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE

Centro de Artes – CA

Centro de Ciências da Saude – CCS

19h00 – Programação cultural

Musicistas tocam compositoras

Performance “Recontexto” – Grupo Corpocêntrica

Local: Em frente ao Auditório Conceição Aparecida Vieira

(Centro de Educação Física e Desportos – CEFD)



Encontro Internacional
Engênero III

Caderno
de
Resumos

DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2018

09h00 – 12h00 - Mesa redonda: Gênero e educação: novos desafios.

Apresentar e discutir as mais diversas práticas universitárias, problematizando e combatendo, de diferentes lugares políticos e teóricos, ações e discursos que tem desafiado os saberes da academia, na tentativa de normatização dos saberes e ações produzidas nas universidades.

Marlene de Fáveri (UDESC)

Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues (UFRJ)

Silvana Barbosa Rubino (Unicamp)

Moderadora: Maria Beatriz Nader (UFES)

Local: Auditório Conceição Aparecida Vieira

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

14h00 às 16h30 – Simpósios Temáticos

Locais:

Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

Centro de Educação – CE

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE

Centro de Artes – CA

Centro de Ciências da Saude – CCS



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

17h00 às 19h00 – Minicursos

Locais:

Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

Centro de Educação – CE

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE

Centro de Artes – CA

Centro de Ciências da Saude – CCS

19h00 – Programação cultural

Fragments da peça “Todas as ruas tem nome de homem”

Local: Em frente a Biblioteca Central



Encontro Internacional
Engênero III

Caderno
de
Resumos

DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018

09h00 – 12h00 - Mesa redonda: Ensino, violência de gênero e mercado de trabalho.

Apresentar e discutir, do ponto de vista de diferentes saberes, até que ponto os cursos universitários proporcionam aos alunos e alunas, futuros profissionais, conhecimento e capacidade de enfrentamento de violência de gênero na disputa por melhores lugares no mercado de trabalho.

Joana Maria Pedro (UFSC)

Maria Del Pilar Tobar Acosta (UNB)

Ethel Leonor Noia Maciel (UFES)

Moderadora: Lana Lage da Gama Lima (INCT/UFF)

Local: Auditório Conceição Aparecida Vieira

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

14h00 às 16h30 – Simpósios Temáticos

Locais:

Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

Centro de Educação – CE

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE

Centro de Artes – CA

Centro de Ciências da Saude – CCS



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

18h00 às 20h00 – Encerramento

Palestrante: Isabel Maria Pinto Ramos (Universidade do Minho)

Local: Auditório Conceição Aparecida Vieira

Centro de Educação Física e Desportos – CEFD

20h00 às 22h00 – Coquetel e lançamento de livros

Local: Salão/Auditório da Adufes

Apresentação do BatuqueDelas



Índice de Simpósios Temáticos

Simpósio Temático 1: Saber e *práxis*: a teoria filosófica como possibilidade e necessidade de combate à violência de gênero.

Coordenação: Profa. Dra. Thana Mara de Souza (Departamento de Filosofia/UFES e PPGFIL/UFES)

Simpósio Temático 2: Mídia e Gênero.

Coordenação: Profa. Dra. Gabriela Santos Alves (Departamento de Comunicação Social/UFES e POSCOM/UFES) e Profa. Me. Janaina Leite (Departamento de Comunicação Social/UFES)

Simpósio Temático 3: Divisão sexual do trabalho em debate: análises teóricas e empíricas de gênero e mundo do trabalho.

Coordenação: Profa. Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes (Departamento de Ciências Sociais/UFES e PPGPS/UFES)

Simpósio Temático 4: Gênero e Sexualidade e outras dissidências: processos formativos e subjetivos em cursos de Licenciaturas.

Coordenação: Prof. Dr. Alexandro Rodrigues. (Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/UFES e PPGPSI/UFES)

Simpósio Temático 5: Gênero, sexualidades no contexto da Educação Física: práticas de ensino e práticas de resistências.

Coordenação: Profa. Dra. Ileana Wenez (Departamento de Ginástica/UFES e PPGPSI/UFES) e Profa. Dra. Erineusa Maria da Silva (Departamento de Ginástica/UFES)



Simpósio Temático 6: Gênero, feminismos e serviço social.

Coordenação: Profa. Dra. Gilsa Helena Barcellos (Departamento de Serviço Social/UFES e PPGPS/UFES)

Simpósio Temático 7: Gênero e discurso: a pesquisa discursiva como instrumento de identificação e denúncia da violência.

Coordenação: Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (Departamento de Línguas e Letras/UFES e PPGEL/UFES) e Profa. Me. Raquelli Natale (Doutoranda do PPGEL/UFES)

Simpósio Temático 8: Da normalização dos corpos e subjetividades para a autonomia dos múltiplos cotidianos.

Coordenação: Prof. Me. Gustavo Arthur Monzeli (Departamento de Terapia Ocupacional/UFES)

Simpósio Temático 9: História, intolerância e gênero na atualidade.

Coordenação: Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (Departamento de História/UFES e PPGHIS) e Profa. Dra. Lana Lage da Gama Lima (Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - INCT-InEAC/UFF)

Simpósio Temático 10: Arquitetura e Gênero.

Coordenação: Profa. Dra. Karla do Carmo Caser (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES) e Prof. Dr. Nelson Porto Ribeiro (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES)

Simpósio Temático 11: Enfermagem, Gênero e Saúde.

Coordenação: Profa. Dra. Franciele Marabotti Costa Leite (Departamento de Enfermagem/UFES e PPGSC/UFES e PPGENF/UFES)

Simpósio Temático 12: Saúde e Violência Sexual.

Coordenação: Profa. Me. Chiara Musso Ribeiro de Oliveira Souza (Departamento de Ginecologia e Obstetrícia/UFES)



Encontro Internacional
Engênero III

**Caderno
de
Resumos**

Simpósio Temático 13: Análise e debate sobre a formação da personalidade autoritária durante o ensino jurídico a partir do conceito de autoridade e *patriarcalismo*.

Coordenação: Profa. Dra. Brunela Vincenzi e (Departamento de Direito/UFES e PPGDIR/UFES) e Profa. Me. Catarina Cecin Gazele (Departamento de Direito/UFES e doutoranda do PPGHIS/UFES)

Simpósio Temático 14: As diferentes formas de violência: contribuições teóricas e práticas dos saberes PSI.

Coordenação: Profa. Dra. Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia/UFES)



LOCALIZAÇÃO DAS SALAS

Simpósio Temático	
DIA 06 DE NOVEMBRO	Local/Horário
<p>Simpósio Temático 2: Mídia e Gênero</p> <p>Profa. Dra. Gabriela Santos Alves (Departamento de Comunicação Social/UFES e POSCOM/UFES) e Profa. Me. Janaina Leite (Departamento de Comunicação Social/UFES)</p>	<p>Sala 5 Cemuni V Centro de Artes 13:30h às 16:00h</p>
<p>Simpósio Temático 3: Divisão sexual do trabalho em debate: análises teóricas e empíricas de gênero e mundo do trabalho.</p> <p>Profa. Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes (Departamento de Ciências Sociais/ UFES e PPGPS/UFES)</p>	<p>Sala 203 ED II Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 5: Gênero, sexualidades no contexto da Educação Física: práticas de ensino e práticas de resistências.</p> <p>Profa. Dra. Ileana Wenez (Departamento de Ginástica/UFES e PPGPSI/UFES) e Profa. Dra. Erineusa Maria da Silva (Departamento de Ginástica/UFES)</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 6: Gênero, feminismos e Serviço Social</p> <p>Profa. Dra. Gilsa Helena Barcellos (Departamento de Serviço Social/UFES e PPGPS/UFES)</p>	<p>Sala 106 ED I Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00h às 16:30h</p>



<p>Simpósio Temático 7: Gênero e discurso: a pesquisa discursiva como instrumento de identificação e denúncia da violência</p> <p>Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (Departamento de Línguas e Letras/UFES e PPGEL/UFES) e Profa. Me. Raquelli Natale (Doutoranda do PPGEL/UFES)</p>	<p>Sala 207 Ed. Wallace Corradi Vianna Centro de Ciências Humanas e Naturais 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 9: História, intolerância e gênero na atualidade</p> <p>Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (Departamento de História/UFES e PPGHIS) e Profa. Dra. Lana Lage da Gama Lima (Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - INCT-UFF)</p>	<p>Sala 213 Ed. Bárbara Wernberg Centro de Ciências Humanas e Naturais 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 10: Arquitetura e Gênero</p> <p>Profa. Dra. Karla do Carmo Caser (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES) e Prof. Dr. Nelson Porto Ribeiro (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES)</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 14: As diferentes formas de violência: contribuições teóricas e práticas dos saberes PSI.</p> <p>Profa. Dra. Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia/UFES)</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>



Simpósio Temático	
DIA 07 DE NOVEMBRO	Local/Horário
<p>Simpósio Temático 2: Mídia e Gênero</p> <p>Profa. Dra. Gabriela Santos Alves (Departamento de Comunicação Social/UFES e POSCOM/UFES) e Profa. Me. Janaina Leite (Departamento de Comunicação Social/UFES)</p>	<p>Sala 5 Cemuni V Centro de Artes 13:30h às 16:00h</p>
<p>Simpósio Temático 6: Gênero, feminismos e serviço social</p> <p>Profa. Dra. Gilsa Helena Barcellos (Departamento de Serviço Social/UFES e PPGPS/UFES)</p>	<p>Sala 106 ED I Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 7: Gênero e discurso: a pesquisa discursiva como instrumento de identificação e denúncia da violência</p> <p>Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (Departamento de Línguas e Letras/UFES e PPGEL/UFES) e Profa. Me. Raquelli Natale (Doutoranda do PPGEL/UFES)</p>	<p>Sala 207 Ed. Wallace Corradi Vianna Centro de Ciências Humanas e Naturais 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 8: Da normalização dos corpos e subjetividades para a autonomia dos múltiplos cotidianos.</p> <p>Prof. Me. Gustavo Arthur Monzeli (Departamento de Terapia Ocupacional/UFES)</p>	<p>Sala 05 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>



<p>Simpósio Temático 9: História, intolerância e gênero na atualidade</p> <p>Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (Departamento de História/UFES e PPGHIS) e Profa. Dra. Lana Lage da Gama Lima (Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - INCT-UFF).</p>	<p>Sala 208 Ed. Bárbara Wernberg Centro de Ciências Humanas e Naturais 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 11: Enfermagem, Gênero e Saúde.</p> <p>Profa. Dra. Franciele Marabotti Costa Leite (Departamento de Enfermagem/UFES e PPGSC/UFES e PPGENF/UFES)</p>	<p>Sala 05 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 12: Saúde e Violência Sexual</p> <p>Profa. Me. Chiara Musso Ribeiro de Oliveira Souza (Departamento de Ginecologia e Obstetrícia/UFES)</p>	<p>Sala 05 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>



Simpósio Temático	
DIA 08 DE NOVEMBRO	Local/Horário
<p>Simpósio Temático 1: Saber e <i>práxis</i>: a teoria filosófica como possibilidade e necessidade de combate à violência de gênero.</p> <p>Profa. Dra. Thana Mara de Souza (Departamento de Filosofia/UFES e PPGFIL/UFES)</p>	<p>Sala 106, do ED I Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00 às 16:30</p>
<p>Simpósio Temático 3: Divisão sexual do trabalho em debate: análises teóricas e empíricas de gênero e mundo do trabalho.</p> <p>Profa. Dra. Livia de Cássia Godoi Moraes (Departamento de Ciências Sociais/ UFES e PPGPS/UFES)</p>	<p>Sala 203 ED II Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00 às 16:30</p>
<p>Simpósio Temático 4: Gênero e Sexualidade e outras dissidências: processos formativos e subjetivos em cursos de Licenciaturas.</p> <p>Prof. Dr. Alexandro Rodrigues. (Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/UFES e PPGPSI/UFES)</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>



<p>Simpósio Temático 13: Análise e debate sobre a formação da personalidade autoritária durante o ensino jurídico a partir do conceito de autoridade e patriarcalismo.</p> <p>Profa. Dra. Brunela Vincenzi e (Departamento de Direito/UFES e PPGDIR/UFES)</p> <p>Profa. Me. Catarina Cecin Gazele (Departamento de Direito/UFES e doutoranda do PPGHIS/UFES)</p>	<p>Sala 714 ED7 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas 14:00h às 16:30h</p>
<p>Simpósio Temático 14: As diferentes formas de violência: contribuições teóricas e práticas dos saberes PSI.</p> <p>Profa. Dra. Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia/UFES)</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 14:00h às 16:30h</p>



MINICURSOS - LOCALIZAÇÃO DAS SALAS

Minicursos	Local/Horário
DIA 06 DE NOVEMBRO	
Mulheres no poder - marcas narrativas e contra-ataque ao silenciamento Professoras Pâmela Vieira e Gabriela Santos Alves	Sala V Cemuni V Centro de Artes (CA) 16:00 às 18:00h
Homens ursos: reconhecendo esse corpo-desejo Professora Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia) e Wildson Abo Sartori	Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 16:30h às 18:00h
Gênero e História na Universidade: a experiência de um grupo de estudos feministas Doutorandas Mirela Marin Morgante e Luciana Silveira	Sala 213 Ed. Bárbara Wernberg Centro de Ciências Humanas e Naturais 17:00h às 18:30h



Minicursos	
DIA 07 DE NOVEMBRO	Local/Horário
<p>Mulheres no poder - marcas narrativas e contra-ataque ao silenciamento</p> <p>Professoras Pâmela Vieira e Gabriela Santos Alves</p>	<p>Sala V Cemuni V Centro de Artes (CA) 16:00h às 18:00h</p>
<p>Homens ursos: reconhecendo esse corpo-desejo</p> <p>Professora Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia) e Wildson Abo Sartori</p>	<p>Sala 04 Centro de Educação Física e Desporto 16:30h às 18:00h</p>
<p>Gênero e História na Universidade: a experiência de um grupo de estudos feministas</p> <p>Doutorandas Mirela Marin Morgante e Luciana Silveira</p>	<p>Sala 213 Ed. Bárbara Wernberg Centro de Ciências Humanas e Naturais 17:00h às 18:30h</p>



SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

Simpósio Temático 1

Saber e *práxis*: a teoria filosófica como possibilidade e necessidade de combate à violência de gênero.

Coordenação: Profa. Dra. Thana Mara de Souza (Departamento de Filosofia/UFES e PPGFIL/UFES)

Resumo: Embora a teoria filosófica quase sempre se paute no dever do respeito ao outro, todos e todas sabemos que ter um conhecimento teórico não induz necessariamente a uma prática equivalente. Mesmo dentro das universidades, é infelizmente comum verificarmos práticas de violência de gênero, seja entre professores e alunos/alunas, seja entre colegas professores e professoras. Trata-se, aqui, então, de propor um simpósio que coloque em questão a relação entre conhecimento e prática, que traga à tona não apenas a necessidade de um saber teórico e abstrato de igualdade de gênero, mas que o vincule a práticas de intersubjetividade mais iguais e harmônicas. Nesse sentido, colocar a própria noção de gênero como problemática filosófica é essencial, mas não basta: é preciso tomar o cuidado de não a desvincular de uma *práxis* que concretamente busque uma mudança nas relações hierárquicas e violentas de gênero.

Apresentações do dia 08/11

Título do trabalho: Vida nua, violência e desigualdade: perspectivas ético-estéticas acerca do conto "Maria", de Conceição Evaristo

Autoras: Sileyr dos Santos Ribeiro e Fabíola Simão Padilha Trefzger

Resumo: A literatura contemporânea, que tem como uma de suas principais temáticas a violência, dá continuidade dos estudos surgidos na década de 1980 sobre a subalternidade de identidades e de gênero, fruto da luta feminista e pelos direitos civis das décadas anteriores. Outrossim, é crescente o número de estudos sobre a literatura afro-brasileira, em parte, devido à Lei n.10639/2003, que obriga as instituições de ensino a incluírem em seus



currículos a cultura afro-brasileira. A obra de Conceição Evaristo (2014) corporifica a resistência à barbárie e dá voz à periferia, às mulheres marcadas pela violência sexual, racial e de gênero. A premiada escritora mineira, nascida em 1946, estreou na literatura com publicações nos Cadernos Negros. Os quinze contos de seu livro *Olhos d'Água* têm como fio condutor a população afro-brasileira e são marcados por uma narrativa concisa e sem sentimentalismo, retratando com crueza a realidade de muitas mulheres brasileiras, transitando entre os limiares da vida e da morte. O conto "Maria" narra a história de uma empregada doméstica que, retornando do trabalho com alguns despojos de uma festa dada pela patroa, se encontra com o pai de seu filho. No ônibus, o ex-marido se senta ao lado de Maria, profere algumas palavras em voz baixa e, abruptamente, se levanta e anuncia um assalto. Após a descida do homem, os demais passageiros acusam Maria de ser sua comparsa e, gritando ofensas como "Negra safada" e "Putá", a agredem e pisoteiam até a morte. Agamben (2004) afirma que compete ao soberano a decisão de subtrair ao indivíduo sua humanidade e, em última instância, decidir sobre seu aniquilamento, sendo, portanto, de sua palavra que emanam os limites entre a vida a morte, a inclusão e a exclusão, o valor ou o desvalor de uma vida. Cremos que a violação dos direitos fundamentais dos indivíduos marginalizados por meio de políticas racistas e segregacionistas seria uma realidade de um atual estado de exceção. A partir do conto, problematizamos o enquadramento a que as minorias são reduzidas pela estereotipagem, principal elemento da violência simbólica (DUARTE, 2016), discutindo o poder do estigma na destruição e no aniquilamento da vida nua.

Palavras-chave: Violência; Conceição Evaristo; estereótipo; subalternidade de identidade; literatura afro-brasileira.

Título do trabalho: Modos de sentir e pensar o aborto: deslocamentos possíveis.

Autoras: Ângela Vieira e Beatriz de Barros Souza

Resumo: Este trabalho visa, sob uma perspectiva ético-política deleuze-guattariana, abordar a temática da legalização do aborto no Brasil no que diz respeito aos modos de sentir e pensar que tem comparecido nos debates empreendidos em espaços universitários. O contexto macropolítico em que o país se encontra é o de um ano eleitoral com uma acirrada polarização de forças que tem achatado as sensibilidades, em especial no que tange à questão da legalização do aborto, diante da ação proposta por advogadas



mulheres da Anis - Instituto de Bioética e do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade que levou à Suprema Corte do país o questionamento dos artigos do código penal brasileiro de 1940 que criminalizam a prática do aborto. Essa ação empreendida na qualidade de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF – 442/2017) mobilizou a realização de uma Festival pela Vida das Mulheres em Brasília, o qual reuniu mulheres de todo o país no apoio a essa luta e reiterou a importância de se tratar a prática do aborto como uma questão de saúde pública, dada a magnitude do impacto que a ilegalidade tem produzido na vida das mulheres. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017) o aborto inseguro é a quinta causa mortis de mulheres no Brasil. Posto esse cenário, o enfoque desse trabalho é desconstruir abordagens moralizantes, de modo a deslocar a questão do aborto do enquadramento moral – que tem incorrido nos debates de espaços universitários – para o campo da Saúde Pública. Nessa perspectiva, o pensamento deleuze-guattariano será um aliado tanto na desmontagem de certas perguntas e especulações que negligenciam um problema real de saúde, quanto na afirmação de modos de sentir e pensar em consonância a dignidade de trajetórias outras as quais os corpos com capacidade de gestar venham empreender diante do imponderável que lhes ocorram como função reprodutiva.

Palavras-chave: Aborto; ética; política; saúde pública.

Simpósio Temático 2

Mídia e Gênero

Coordenação: Profa. Dra. Gabriela Santos Alves (Departamento de Comunicação Social/UFES e POSCOM/UFES) e Profa. Me. Janaina Leite (Departamento de Comunicação Social/UFES)

Resumo: A mídia tem se configurado como um importante território em que as representações de gênero são produzidas, reproduzidas e mediadas. Apesar de o discurso midiático predominante ainda ser repleto de estereótipos, reforçando uma visão misógina, preconceituosa e excludente das questões de gênero, é possível encontrar também produtos comunicacionais – sejam eles do campo do audiovisual, do jornalismo, da publicidade e das mídias sociais e interativas – que empreendem uma visão positiva ou ao menos reflexiva sobre essa temática. A proposta do ST Gênero



e Comunicação é acolher trabalhos que discutam a diversidade e a complexidade das relações de gênero em seu entrecruzamento com o campo da Comunicação Social, sob a ótica da teoria feminista, teoria *queer* e dos estudos de masculinidades, que tenham como objeto as narrativas visuais, audiovisuais, impressas e sonoras.

Apresentações do dia 06/11

Título do trabalho: A (in)visibilidade do feminino na música erudita brasileira

Autora: Thais Fernandes Rodrigues dos Santos

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir a invisibilidade e a representação de mulheres, como compositoras, maestrinas e solistas, por parte de meios comunicacionais que, neste trabalho, compreendemos como: 1) programações de orquestras sinfônicas brasileiras; 2) revistas de divulgação de música erudita em âmbito nacional e; 3) coleções fonográficas promovidas por grandes editoras. Ribeiro (RIBEIRO, 2017) aponta para a pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez, que discute a hierarquização dos saberes, a partir dos privilégios sociais e, conseqüentemente, o privilégio epistêmico. A autora mostra que esta hierarquização atribui poder e exclusividade ao pensamento e divulgação de apenas um conhecimento como dominante, inviabilizando outras experiências do conhecimento. A diminuição ou ausência da presença feminina durante toda a história da música ocidental aponta para essa hierarquização de conhecimento e a não comunicação das diferentes experiências artísticas da figura feminina como parte da construção do pensamento e da arte. A ausência de compositoras (posição de destaque e conhecimento) é discutida pelas pesquisadoras Rosa e Nogueira (ROSA; NOGUEIRA, 2015), também no meio educacional, apontando para a exclusão de composições, por parte dos docentes, refletindo, assim, na invisibilidade do feminino na música. Neste estudo buscamos verificar e contabilizar o número de mulheres que fazem parte deste cenário e de que maneira esta mídia representa e reproduz o enfoque na hierarquia de gênero. Os resultados são significativos e apontam para a diferença de gênero. Em uma das orquestras estudadas identificamos 32 concertos, durante o ano, contamos um total de 119 obras performadas, nas quais temos 61 (96.82%) obras de compositores e apenas 2 obras de compositoras



(3.17%). Além disso, a revista de maior divulgação e abrangência nacional contou com 8 capas, até o presente momento, dando destaque a 30 homens (75%) e 10 mulheres (25%). Este estudo de revisão sobre a presença feminina no cenário da música erudita brasileira apresenta uma discussão envolvendo a complexidade entre as relações de gênero e a comunicação social através de materiais visuais, sonoros e impressos, destacando a importância do aprofundamento na temática na área de pesquisa e buscando fazer avançar o conhecimento.

Palavras-chave: Feminino; música erudita; compositoras; orquestras brasileiras.

Título do trabalho: Da pele à fotografia, as imagens de Zanele Muholi como resistência, afeto e visibilidade de mulheres lésbicas negras.

Autoras: Meire Rocha de Abreu e Aline Maria Dias

Resumo: O trabalho aborda a série fotográfica Faces and Phases (2008-14) da artista e ativista sul-africana Zanele Muholi, que reúne mais de 60 retratos de mulheres negras lésbicas. O trabalho opera como resistência ao violento processo de discriminação e invisibilização, contestando a heteronormatividade branca e androcentrada e assegurando que as narrativas visuais negras queer formem parte do imaginário e memória coletiva (MUHOLI Apud BADEROON, 2011). A análise da produção artística estabelece um cruzamento com o conceito de interseccionalidade de Kimberle Crenshaw (2002; 2005) defendendo a abordagem conjunta de diferentes opressões nas questões de raça, gênero, classe e sexualidade. Com sensibilidade, a dimensão política da prática artística de Muholi envolve fotografar o primeiro casamento gay acontecido em 2002 na África do Sul, os velórios e enterros de vítimas de crimes de ódio, como denúncia e apoio. Evitando a objetificação e exploração visual destas tragédias, a artista destaca a união do grupo, para que seja registrado e documentado não só os assassinatos, mas a vida e a intimidade afetivamente construída, potencializando uma abordagem afirmativa das comunidades LGBT na mídia. As imagens produzidas pela artista afrontam a narrativa dominante produzida de/para o sujeito masculino, branco e heterossexual, encorajando a criação de contra-narrativas, novos discursos e novos métodos de acolhimento das pluralidades excluídas e jogadas às margens sociais. A presente comunicação aborda o modo como os retratos dessa série enfatizam a presença das mulheres sob risco e ameaça de serem violentadas sexualmente e verbalmente, recusando e revertendo a posição



imposta de submissão e ocultamento. A reflexão destaca a força que cada rosto possui e traz consigo na imagem, cuja presença demanda resistência e visibilidade.

Palavras-chave: Fotografia; resistência e visibilidade; mulheres negras lésbicas.

Título do trabalho: Os conventos como cárcere a teoria de Goffman no filme "As irmãs de madalena" e "The handmaid´s tale"

Autoras: Marina Grandi Giongo e Jussara Reis Prá

Resumo: O presente trabalho ocupa-se em debater como instituições totais, a exemplo dos conventos, servem para anular as identidades através da mortificação do eu, conceitos estes expostos na obra de Erving Goffman. A ideia de estudar o assunto veio de uma aula no programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, onde foi apresentado aos alunos (as) o filme "As Irmãs de Madalena". De produção inglesa/irlandesa, é narrada a real história dos Lares Madalena, uma rede de lavanderias vigente na Irlanda entre 1922 e 1996, ano em que a última casa foi interdita. O filme causou forte repercussão à época do lançamento, uma vez que denunciou ao mundo o regime de exploração e maus-tratos, marcado por constantes abusos de ordem física, psicológica e sexual contra as residentes – ou penitentes, como eram chamadas. Essa organização, comandada por quatro comunidades religiosas, era uma instituição que, além de visar o lucro, constituía um dos principais mecanismos de opressão legitimados pela sociedade. Se essa realidade se coloca como algo que já está enterrada no passado, podemos ver que na sociedade atual, aparentemente muito pouco mudou em termos estruturais. Baseada no livro "O Conto da Aia", de Margaret Atwood, publicado em 1985, a série televisiva "The Handmaid's Tale", é um romance distópico que se passa na Nova Inglaterra de um futuro próximo, que agora é parte de uma teonomia totalitária fundamentalista cristã que derrubou o governo dos Estados Unidos. Nesse contexto repressor, a série gira em torno de uma classe de mulheres consideradas férteis e "dignas" de reproduzir, lembrando em muito as políticas eugenistas de regimes totalitários. Conhecidas como "servas" pela classe dominante em uma era de nascimentos em declínio devido à esterilidade por poluição e doenças sexualmente transmissíveis, elas têm sua identidade e humanidades deterioradas, reduzidas apenas à sua capacidade reprodutiva. Diante das considerações propostas, serão debatidos como esses cenários ficcionais, a



exemplo das duas obras citadas, retratam as sociedades contemporâneas, que ainda mantêm-se presas ao passado, categorizando as mulheres segundo sua moral sexual.

Palavras-chave: Mulheres; Erving Goffman; As irmãs de Madalena; The Handmaid's Tale; ficção; moral sexual.

Título do trabalho: Montagem e corte-costura, notas sobre as contribuições de Alice Guy-Blaché e Maya Deren na produção artística e cinematográfica.

Autora: Aline Maria Dias

Resumo: A comunicação aborda o papel de mulheres nos primeiros anos da produção cinematográfica, refletindo sobre o trabalho das realizadoras Alice Guy-Blaché e Maya Deren. Precursora de filmes ficcionais, Alice Guy-Blaché é insistentemente ignorada na história do cinema, cuja narrativa inaugural centra-se em Lumière e Méliès. A partir da denúncia acidamente articulada em cartaz do coletivo de artistas Guerrilla Girls, o artigo narra o processo de descoberta da produção de Guy-Blaché pela autora e os desdobramentos deste encontro em sua prática docente. Diferentemente do legado documental de Lumière e ilusionista de Méliès, Guy-Blaché propõe uma perspicaz crônica das relações sociais, destacando-se a abordagem singular de questões do cotidiano e gênero ("La Fée aux choux", 1896, "Consequências do Feminismo", 1906), o pioneirismo na construção narrativa e atuação naturalista. Reagindo ao programado esquecimento da cineasta, Kuperberg (2016) conecta a presença feminina em diferentes esferas da produção cinematográfica com status 'menor' que o cinema assumia até os anos 1920 e a radical redução da participação de mulheres quando da sua consolidação como lucrativa indústria de entretenimento de massa. No documentário "E a mulher criou Hollywood", Kuperberg relaciona as atividades de costura (tradicionalmente atribuída às mulheres) e as de edição/montagem nestes primeiros anos do cinema. O artigo também atenta para a contribuição teórica de Maya Deren (2013) e fílmica ("Meshes of the Afternoon", 1943 e "At Land", 1944), contestando a autoridade da captação da imagem como realidade e propondo novas sintaxes entre corpo-gesto-câmera-montagem-observador. A reflexão aponta as noções de sutura (Michaud, 2014) e o caráter cirúrgico do cinema (Benjamin, 1994), relacionando-os à contribuição destas realizadoras nas concepções de



cinema e de montagem. Considerando o olhar masculino dominante não apenas na recepção das imagens (Mulvey 1983), mas no acesso aos meios de produção, difusão e reflexão, o artigo visa contribuir para revisão crítica do discurso patriarcal que atravessa a construção da história da arte e do cinema, compreendendo a inserção da produção de mulheres no debate teórico e no ensino de cinema/arte/vídeo como resistência ao processo restrição e invisibilização dos enunciados de cineastas mulheres.

Palavras-chave: Alice Guy-Blaché; Maya Deren; cineastas mulheres; montagem; construção da história da arte e do cinema.

Título do trabalho: Comunicar o gênero: teoria feminista e práticas de ensino, pesquisa e extensão nos Cursos de Cinema & Audiovisual, Publicidade & Propaganda e Jornalismo - DepCom/UFES

Autora: Gabriela Santos Alves

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar um relato de experiência sobre práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela autora nos últimos cinco anos de atuação docente e ativista. A partir do projeto de pesquisa *Clausuras - territórios e sentidos dos claustros femininos*, onde destaca-se um recorte conceitual da atual teoria feminista, em especial sobre a discussão e enfrentamento à violência contra a mulher, apresento práticas desenvolvidas nos Cursos de Cinema & Audiovisual, Publicidade & Propaganda e Jornalismo, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Palavras-chave: Teoria feminista; ensino, pesquisa e extensão; relato de experiência; cinema & audiovisual; publicidade & propaganda; jornalismo; DepCom/UFES.

Apresentações do dia 07/11

Título do trabalho: O empoderamento e a performatividade em *Bixa Preta*

Autores: Claber Borges Campos e Márcia Rodrigues

Resumo: Seu nome de registro é Lino Pereira dos Santos Junior. Nasceu no interior do estado de São Paulo em 1991. Rompeu com a igreja aos 17 anos, em 2007, quando se montou pela primeira vez. Foi desprezado por ser preto, pobre e afeminado. Ele reinventou o desejo feminino nele. Isto é um breve



relato sobre a construção da Mc Linn da Quebrada. O propósito deste trabalho é analisar o empoderamento e a performatividade na música Bixa Preta da Mc Linn da Quebrada que foi gravada no Bixaria pocket show em 2016. O objetivo é reconhecer, através da música, modos de ruptura no status quo do establishment heterossexual compulsório, e perceber uma nova atitude do homossexual, negro, periférico e efeminado. A metodologia será a análise bibliográfica. O estudo terá início com a definição e histórico do termo "bicha". Tendo como referencial teórico o texto Sexo e vida noturna, 1920-1945. Dando continuidade, os artigos Estereótipos e preconceitos e Bichas pretas: entre o objeto, o abjeto – poucas vezes afeto definirão o racismo e a discriminação sofridos pelos negros homossexuais não masculinizados referenciados na música. A Teoria queer; aqui representada pelos textos: Bodies that matter, Corpos que pensam, Problemas de gênero e Judith Butler e a Teoria Queer; investigará o discurso da música nos aspectos de desestabilização cultural e social. Assim como uma tentativa de conscientização de novas possibilidades comportamentais mais afirmativas por aqueles que não se enquadram no padrão vigente. E por último, O Manifesto Contrassexual e Todxs contra a língua defenderão o uso de uma linguagem mais inclusiva e não binária como agente transformador da sociedade. A conclusão é que Bixa Preta é um pequeno rasgo na representatividade da sociedade vigente. Porém, desvela grandes possibilidades de avanços de uma parcela da população LGBTQI+ que é desconsiderada e, conseqüentemente, invisibilizada.

Palavras-chave: Bicha; Bixa Preta; Linn da Quebrada; Judith Butler; Beatriz Preciado.

Título do trabalho: Lugar de mulher é na política? Posicionamentos das deputadas estaduais do Espírito Santo sobre o caso Marielle Franco

Autoras: Sthefany Duhz Cavaca e Gabriela Santos Alves

Resumo: O território político é um espaço de relações de poder e tradicionalmente ocupado por homens, excluindo as mulheres e negando espaço a participação feminina. Apesar de corresponder a mais da metade da população brasileira, a inserção de mulheres nesse espaço ainda tem baixa representatividade. Na Câmara Federal, apenas 10% são mulheres. No Senado, a representação feminina é de 12 senadoras, representando 16% da Casa Legislativa. De cada 10 deputados estaduais eleitos, uma é mulher, representando 11% do total. Em 2015, segundo dados do Relatório da União



Parlamentar “Las mujeres en el parlamento en 2015”, as mulheres ocupavam em torno de 30% da composição parlamentar mundial. O artigo surge com a inquietação diante deste cenário desigual, visualizando essas e outras situações que ocorrem e demarcam questionamentos com a inserção (ou a falta) da voz feminina em territórios públicos e de poder. Spivak (2014) traz contribuições questionando o local da mulher na sociedade como sujeito subalterno que começa não tendo direito à voz, à escuta e a ocupar lugar na sociedade para que possa falar por si. Pretendemos, como objetivo analisar os discursos produzidos pelas cinco mulheres capixabas eleitas deputadas estaduais no Espírito Santo, no período de 14 de março a 14 de abril, e que concorrem à reeleição em 2018. Para isso, mapeamos os discursos das deputadas em suas redes midiáticas (site pessoal, site do partido, Facebook, Instagram e Twitter) a fim de identificar suas atuações/posicionamentos em relação ao assassinato Marielle Franco, tendo como corpus do artigo os textos produzidos durante os 30 dias após a morte da vereadora carioca. Nosso objetivo é, através da perspectiva teórico-metodológica de análise de discurso crítica, refletir quais discursos (ou a falta deles) essas mulheres produziram sobre o crime, quais as visões sobre o lugar de fala que ocupam e posição que alcançaram diante de um cenário tão masculinizado e machista e como enxergam o assassinato de uma mulher parlamentar que também alcançou esse local, com a expectativa de traçar as marcas narrativas delas dentro do território político contribuindo para a reflexão e propagação da voz feminina nos espaços públicos e de poder.

Palavras-chave: Marcas narrativas; mulheres políticas; espaço público; Marielle Franco; análise crítica do discurso.

Título do trabalho: *Life en español* e o cruzeiro internacional: modelos femininos para a América Latina.

Autora: Marlise Meyrer

Resumo: O estudo tem por objetivo discutir a elaboração de um discurso sobre e para a mulher latino-americana veiculadas pelas revistas *Life En Español* e *O Cruzeiro Internacional* na década de 1950. O trabalho analisa, fundamentalmente, duas fotorreportagens veiculadas no ano de 1957: *Lo que há logrado la mujer em EE.UU* e *La Jovem Moderna de América*, considerando também outras matérias das revistas em questão que referem-se diretamente ou indiretamente à temática. Entendemos que as duas matérias se inserem no que denominamos de disputa pela hegemonia



cultural na América Latina, protagonizada pelas duas revistas, que assumiam uma espécie de discurso civilizatório para o sub-continente. Como parte desse jogo as revistas buscavam impor determinados padrões culturais no que no que se refere a comportamentos, estilos de vida, valores e papéis atribuídos aos homens e mulheres nessa sociedade. A expansão do capitalismo mundial e o processo de urbanização e industrialização do período, resultou na maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, expandia-se o seu acesso à educação secundária e superior. Entretanto, o trabalho feminino ainda era visto como hierarquicamente inferior às atividades no lar. Ele passou a ser aceito, porém com ressalvas, sendo a principal delas, a de que as atividades fora do lar não deveriam prejudicar seu papel na família. Em consonância com a consolidação dos valores burgueses, as imagens femininas, na publicidade, nas capas e nas reportagens, difundiam o modelo defendido pelo status quo estado-unidense, sendo respaldado pelas elites e classes médias brasileiras, ou seja: mulher branca, de classe média, rainha do lar e consumidora. A importância dada ao reforço do modelo é explícita na divulgação das matérias específicas sobre o tema, nas duas publicações, ambas temas das capas. A discussão sobre o feminismo também se fez presente nas matérias, evidenciando a persistência incômoda dessas ideias e a necessidade de combatê-las com base em pressupostos legais, médicos e jurídicos que objetivavam naturalizar os papéis ditos femininos.

Palavras-chave: Mulheres; América Latina; imprensa

Título do trabalho: Arte e enfrentamento à violência contra a mulher: documentário Riscadas.

Autores: Karolyne Mendes Gomes e Gabriela Santos Alves

Resumo: O Espírito Santo é um dos Estados que mais mata mulheres no Brasil, sendo sua capital, Vitória, a que mais mata mulheres negras no país. Nesse cenário, que estratégias e ações de enfrentamento à essa violência existem na cidade? Para nós, o espaço urbano ocupado por artistas visuais mulheres é um território privilegiado de construção dessas ações e propomos, no documentário Riscadas, potencializar a visualidade dos trabalhos de três dessas artistas: Thiara Pagani, Amanda Brommonschenkel e Kika Carvalho, que usam a arte como forma de enfrentamento à violência contra a mulher. As obras das artistas contibuem para o debate acerca do tema que estão sendo expostas na mídia diariamante, porém não são utilizadas como forma



de conscientização ao feminicídio. Sabendo da potência do audiovisual, a reunião destas obras no filme se torna uma importante ferramenta para o debate acerca do tema. A proposta do artigo é, assim, apresentar alguns dados sobre o cenário de violência contra as mulheres no ES e relatar a experiência do processo de realização do documentário.

Palavras-chave: Mulheres; arte; documentário Riscadas; violência; enfrentamento.

Título do trabalho: Mulheres que rimam: a resistência feminina no movimento *hip hop*

Autoras: Carolina Ofranti Sampaio e Monica Vermes

Resumo: O presente trabalho busca discutir o rap produzido por mulheres como uma ferramenta comunicacional de resistência feminina dentro do movimento hip hop. Como a presença de mulheres rappers é algo recente, a representação social das mulheres é normalmente estabelecida pelo olhar masculino, gerando duas grandes problemáticas: a exclusão das demandas sociais das mulheres do movimento e a construção de identidades femininas caracterizadas por idealizações masculinas, perpetuando a cultura do estupro. Sendo assim, o estudo dá conta de entender a reterritorialização feminina desta territorialidade urbana por meio do discurso comunicacional do rap. Para isso, o trabalho intenta analisar a performance do grupo de rap capixaba Melanina Mc's em músicas do seu último álbum, "Sistema Feminino", buscando identificar elementos de subversão da lógica de produção e consumo do rap, que se opõe à uma cultura misógina do movimento por meio de processos de comunicação contra-hegemônica, caracterizado pelo estilo musical. É notável que toda mulher que aparece é devido a lutas contra forças patriarcais que desejam fazer ela desaparecer. Desta forma, percebeu-se que as mulheres rappers buscam discutir temas que só podem ser ditas por quem são, representando a subalternidade do coletivo feminino do movimento hip hop, através de uma narrativa que aborda temas comuns do grupo. Ao rap feminino é atribuído, então, a promoção da importância feminina, sua autoestima e confronto ao estereótipo de submissão. Assim, as mulheres utilizam o rap como ferramenta da luta ideológica de gênero, empregando formas de expressões marginais para a sua manifestação social.

Palavras-chave: Movimento Hip Hop; rap; gênero; cultura do estupro.



Simpósio Temático 3

Divisão sexual do trabalho em debate: análises teóricas e empíricas de gênero e mundo do trabalho.

Coordenação: Profa. Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes (Departamento de Ciências Sociais/ UFES e PPGPS/UFES)

Resumo: Esse Simpósio tem por objetivo colocar em diálogo pesquisas que abordem temas relacionados à divisão sexual do trabalho. Interessam abordagens teóricas em torno da relação capitalismo e patriarcado; relações sociais de sexo e/ou relações patriarcais de gênero; interseccionalidade e/ou consubstancialidade entre classe, raça/etnia e sexo; trabalho e classe social nas análises feministas e suas correntes teóricas (feminismo materialista, feminismo marxista/socialista, teoria unitária, feminismo decolonial, feminismo radical, feminismo liberal); reestruturação produtiva e gênero; a constituição histórica da divisão sexual do trabalho; população LGBT e trabalho. Acreditamos ser relevantes análises empíricas sobre desigualdade de gênero no mundo do trabalho; dinâmicas de gênero no trabalho não remunerado ou reprodutivo; dimensões culturais e simbólicas da diferença sexual no trabalho; gêneros e as profissões; gênero e organizações políticas, lutas e resistências relacionadas ao mundo do trabalho, dentre outros.

Apresentações do dia 06/11:

Título do trabalho: "Sinhás" e cativas: as mulheres na sociedade de Itapemirim-ES dos Oitocentos

Autoras: Laryssa da Silva Machado e Adriana Pereira Campos

Resumo: O presente trabalho pretende discutir o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade de Itapemirim no século XIX, tanto das senhoras da sociedade quanto das cativas. Para isso, serão analisados documentos primários, tais como Lista Nominativa da População de Itapemirim de 1833, Inventários post-mortem, Testamentos e Documentos Eclesiásticos. O objetivo é identificar o papel que as mulheres desempenharam nessa sociedade, tanto as proprietárias de bens quanto as



escravizadas. Os documentos apresentam mulheres como donas de fortunas em terras, joias e cativos, ao mesmo tempo que traz inúmeras cativas, que não possuíam bens, mas tinham ocupação como mucamas, cozinheiras ou rendeiras, além de chefiarem famílias, as vezes formadas por vários filhos. Assim, esse artigo quer destacar essas mulheres, que na maioria das vezes têm suas histórias ofuscadas por uma sociedade patriarcal.

Título do trabalho: Clausura feminina, uma questão de gênero: análise antropológica sobre vocação religiosa no interior da Congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia (1927-1950).

Autores: Luciene Carla Corrêa Francelino e Sebastião Pimentel Franco

Resumo: Nossa pesquisa tem como objetivo problematizar os conceitos de vocação e profissão religiosa, no âmbito da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, fundada em 1927 por madre Gertrudes de São José, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Para isso, faremos uma reflexão acerca da condição feminina no Brasil colonial, destacando os empecilhos impostos pela Metrópole portuguesa para que se estabelecessem conventos e recolhimentos femininos no país. Outrossim, destacaremos os efeitos dos discursos que reforçaram o paradigma de inferioridade feminina, bem como a nova abordagem historiográfica acerca da história das mulheres. Realizaremos uma análise antropológica acerca da vocação ou escolha profissional de mulheres que decidiram servir a Deus, no interior de uma irmandade, destacando os diversos fatores que influenciam a opção pela vida eclesiástica, bem como as agruras da profissão/vocação de freira. A partir do século XVI, a clausura feminina se tornou, além de espaço de devoção, um mecanismo de coerção para mulheres infratoras, moças de má fama ou esposas que estivessem em atrito com seus maridos. Ao analisarmos o principal documento regulador da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia, poderíamos concluir que as religiosas viviam debaixo de regras despóticas e submetiam-se a tais em virtude da vocação religiosa. Entretanto constatamos que a vida no interior da congregação foi marcada por submissão e transgressão, conformismo e criatividade. Muitas freiras foram expulsas ou abandonaram a vida eclesiástica por não se adaptarem às rígidas normas que doutrinavam o cotidiano da irmandade.

Palavras-chave: Congregação; freiras; vocação; profissão; Cachoeiro de Itapemirim.



Título do trabalho: Mulheres de família e raparigas no contestado mineiro-capixaba (1940 – 1960)

Autores: Edmilton da Silva e Maria Cristina Dadalto

Resumo: A Região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, localizada no Noroeste capixaba, recebeu migrantes oriundos do próprio Espírito Santo, em menor quantidade, além de baianos e mineiros. Esses migrantes foram atraídos pelas terras devolutas e pela imensa quantidade de madeira existente na região. O quadro de violência tendo a terra como objeto luta e conquista se exacerbou porque os grileiros, os fazendeiros e seus jagunços receberam apoio de agentes públicos, em especial, de policiais militares capixabas. A partir de 1940, a Região contestada sofreu verdadeira explosão demográfica. Sua população aumentou seis vezes ou 573,62 % em apenas vinte anos. Os pioneiros chegavam ao Contestado com mulheres e filhos. Muitas dessas mulheres tinham jornada dupla de trabalho. Trabalhavam na terra (atividade considerada como simples ajuda ao marido), cuidavam também de todos os afazeres domésticos e dos filhos. Entre as mulheres de família, havia também aquelas que moravam nas cidades e distritos. Algumas mulheres se tornaram chefes de família, principalmente, depois que seus esposos foram assassinados. Além das mulheres de família, havia também as raparigas. A Região contestada possuía inúmeros prostíbulos frequentados, inclusive, por policiais militares. Aliás, há relatos, tanto em documentos oficiais quanto em testemunho oral, dando conta de que nas ações da Polícia Militar do Espírito Santo contra posseiros eram comuns as agressões físicas praticadas contra os homens. Ao que parece, nesses casos, as mulheres eram poupadas de tais agressões. Entretanto, destaca-se que muitas delas sofreram abuso sexual.

Palavras-chave: Contestado; violência; mulheres.

Título do trabalho: Os reflexos da divisão sexual do trabalho na legislação brasileira: uma análise das licenças maternidade e paternidade.

Autoras: Laura Rosenberg Schneider e Carolina Bastos de Siqueira

Resumo: A partir da década de 1970, ocorreu uma grande feminização do mercado de trabalho brasileiro e mundial, em que as mulheres foram submetidas a condições precárias de trabalho, sem deixarem de atuar como principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pela família, gerando uma sobrecarga de trabalho sem ruptura com a visão da mulher como dona de casa (CISNE, 2015). A divisão sexual do trabalho está



diretamente relacionada a este cenário, visto que as mulheres são majoritariamente responsáveis pelo “trabalho reprodutivo”, realizado no âmbito doméstico, enquanto os homens são maioria no “trabalho produtivo”, realizado na esfera pública (CISNE, 2014). Ainda que a sociedade pareça acreditar que as mulheres têm algum tipo de instinto maternal que as tornem mais adequadas para o cuidado, não há fundamento científico que corrobore tais pensamentos (HAAS, 1992). Contudo, esta ideia segue muito difundida na sociedade. Em função disso, às mulheres é conferida a obrigação de tirar a licença pós-parto enquanto os homens voltam a trabalhar após o nascimento. Logo, exige-se delas maior participação na vida da criança, ganhando, assim, mais prática no trabalho reprodutivo do que o pai, não como consequência dos instintos maternos, mas como resultado da disparidade social e da desigualdade de oportunidades (MARLIN, 1994). Esses fatores levaram à criação de uma série de barreiras culturais e legislativas que aumentaram continuamente a divisão desigual dos deveres trabalhistas e familiares entre homens e mulheres (ROJO, 2008). Exemplo disso é a disparidade entre licença paternidade, de 5 dias pagos, e licença maternidade, de 120 dias. Contramedidas adotadas em outros países a tal desequilíbrio incluem licenças maternidade e paternidade maiores, e licença parental. Da mesma forma, a UNICEF acredita que o básico para uma boa política seria seis meses de licença maternidade e quatro semanas de licença paternidade pagas (BRITTO, 2017). Diante disso, este artigo visa, por meio de pesquisa bibliográfica e análise comparada a partir da experiência de outros países, verificar a necessidade de um projeto para o aumento da licença paternidade ou para a implantação de uma licença parental no Brasil, a fim de diminuir a discriminação da mulher no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Licença pós-parto; divisão sexual do trabalho; desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Título do trabalho: O que você vai ser quando crescer? Reflexões sobre gênero no processo de escolha do curso superior

Autoras: Renata Mourão Macedo e Heloisa Buarque de Almeida

Resumo: Mobilizando debates teóricos sobre gênero e “divisão sexual do trabalho”, a apresentação traz uma reflexão sobre os processos de escolha no ensino superior brasileiro, tendo em conta aspectos históricos e sociais que constituem as pontes e barreiras para o ingresso e permanência nessa etapa



de ensino. Se olharmos para a distribuição dos estudantes por critérios de gênero, raça e classe, uma série de desigualdades e assimetrias saltam aos olhos. Do ponto de vista do marcador gênero, é imprescindível destacar que embora sejam maioria no ensino superior desde os anos de 1990, as mulheres, brancas e negras, seguem concentradas em carreiras historicamente feminilizadas como Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social, por um lado, e persistem como minoria nas diferentes Engenharias. E ainda que apresentem maior escolaridade que os homens, seguem ganhando menos no mercado de trabalho. Após essa breve contextualização, o trabalho discute alguns dilemas associados ao acesso ao ensino superior e a escolha profissional, tendo como referência narrativas de estudantes universitárias matriculadas nos primeiros semestres dos cursos de Enfermagem, Pedagogia e Administração em duas faculdades privadas localizadas em São Paulo (SP). Em comum, todas as estudantes pesquisadas são a primeira geração de suas famílias a ingressar nessa etapa de ensino e não se identificam com a classe média estabelecida, ao contrário, ocupam posições nas classes “baixa” ou “média baixa”. A apresentação é parte da minha pesquisa de doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social), em andamento, sobre os processos de escolha dos estudos superiores e marcadores sociais da diferença, gênero e classe social em especial.

Palavras-chave: Ensino superior; gênero; educação

Título do trabalho: As Relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural.

Autoras: Soraia de Mello Guimarães e Raquel Quirino Gonçalves

Resumo: Aborda-se neste estudo a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural, na cidade de Porteirinha – MG, com embasamento teórico na Sociologia do Trabalho francesa de abordagem marxista. Os sujeitos de pesquisa são produtoras rurais e mulheres lavradoras inseridas no Movimento Social: “Marcha das Margaridas”. A união dessas mulheres retrata um movimento social de luta contra as diferenças sociais e trabalhistas, pelos direitos civis, saúde e soberania alimentar. A Marcha das Margaridas define-se como um dos maiores movimentos sociais de base feminista, realizado por mulheres em busca de mudanças políticas para o meio rural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual, realizou-se observação participante e entrevistas semiestruturadas, de forma a desvendar as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural e as



mudanças ocorridas na visão de mundo e na prática social dessas mulheres participantes do movimento. A partir da análise do discurso das entrevistadas, foram desveladas as situações de desigualdades e de invisibilidade da mulher, além do “trabalho múltiplo” realizado por elas no meio rural. Evidencia-se que o movimento social “Marcha das Margaridas” proporciona o protagonismo das mulheres, melhorias significantes na realidade do campo e mudanças positivas na subjetividade dos sujeitos de ambos os sexos, ultrapassando as fronteiras da desigualdade que perpassam as relações sociais de sexo/gênero no meio rural.

Palavras-chave: Relações de Gênero; divisão sexual do trabalho; produtoras rurais; Marcha das Margaridas.

Título do trabalho: Mulheres trabalhadoras em situação de cárcere: uma análise sobre a precarização do trabalho prisional no interior do centro prisional feminino de Cariacica/ES.

Autores: Mariana Chrystello Martins e Pablo Ornelas Rosa

Resumo: Com a ascensão do Estado penal e o consequente aumento da população prisional, no caso do Estado do Espírito Santo e seus últimos governos orientados pelo modelo neoliberal, é possível verificar o surgimento de uma nova classe trabalhadora composta por pessoas encarceradas. A “parceria público-privada” e sua incidência no “trabalho prisional” faz surgir, como faceta do neoliberalismo, o paraíso da precarização do trabalho, traduzido pelo trabalho que ocorre no interior da carceragem. O artigo apresentado resulta de uma pesquisa que analisou a atividade laboral desenvolvida por uma fábrica de sapatos infantis com linha de produção instalada no Centro Prisional Feminino de Cariacica/ES. Através da utilização do método etnográfico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze mulheres trabalhadoras da empresa parceira do Estado. Busca-se, com a presente análise, promover um debate acerca dos atuais moldes do trabalho carcerário que vem sendo promovido pelo Governo do Espírito Santo e desenvolvido por essa empresa parceira, lançando luz sobre um território ainda pouco conhecido que seria a utilização de mão de obra carcerária feminina para compor uma linha de produção que exige habilidades manuais, agilidade, movimentação repetitiva e atenção aos detalhes do produto. Destaca-se no presente trabalho os aspectos empíricos obtidos pela pesquisa de campo que dá voz a essas mulheres trabalhadoras em situação de cárcere, rompendo com o silêncio do aprisionamento ao



apontar alguns dos reais impactos que a rotina laboral precária da fábrica imprime em suas vidas, em um contexto violador dos direitos humanos das trabalhadoras da fábrica, na medida em que as atividades desenvolvidas por elas escapam ao que se encontra previsto na CLT.

Palavras-chave: Mulheres; prisão; trabalho; fábrica; precarização.

Apresentações do dia 08/11:

Título do trabalho: Movimento feminista e movimentos sociais na França do século XX: apontamentos para o resgate da história do feminismo sindical na narrativa atual da história das mulheres.

Autora: Annabelle Bonnet

Resumo: O conhecimento histórico adquirido hoje no "campo acadêmico" (Bourdieu, 1999) francês sobre as relações entre movimentos feministas e movimentos sociais na França, formulado mais especificamente na chamada "história das mulheres" (Fraise, 1999, Perrot, 2001, Thébaud, 2007), legitimou uma narrativa que, pela primeira vez neste espaço, tornou possível a criação de uma tradição (Hobsbawm, Ranger, 2012) de pensamento reconhecendo as mulheres como atrizes da história coletiva. Este trabalho foca em uma questão que atravessa e estrutura esta narrativa: trata-se da relação entre movimentos sociais classistas e feminismo, e mais especificamente entre sindicalismo de classe, representado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), e movimentos feministas do século XX. No campo atual da história das mulheres, as relações entre movimentos sociais e movimentos feministas são comumente apresentadas sob a forma de uma "história conflituosa" (Chaperon, 2012). Aponta-se, por um lado, que os movimentos classistas falharam ao não levar em consideração as questões feministas. Afirma-se, por outro lado, que essas lutas andaram como duas histórias coletivas separadas. Este trabalho propõe problematizar estes pressupostos através do resgate de outra narrativa contada, desde os anos 1970, pelas próprias atrizes do feminismo sindical francês na CGT, já preocupadas com a sua marginalização do discurso acadêmico. Um primeiro momento recordará com mais detalhes o ponto de vista do espaço acadêmico sobre a CGT e a questão feminista, através de uma análise historiográfica dos diferentes trabalhos relativos a este tema desde os anos 1970. Um segundo momento apresentará, através de uma cronologia, a história do feminismo sindical, sublinhando seu papel fundamental, no século XX, na aquisição dos direitos trabalhistas das mulheres, mas também o seu



papel pioneiro em outros aspectos, tais como a criação do “parto sem dor” e as demandas públicas por direito à interrupção voluntária da gravidez, levadas à frente antes mesmo da existência do movimento feminista. Um último momento apontará explicações em direção a uma abordagem para a compreensão do confronto destas duas histórias das mulheres.

Palavras-chave: Feminismo sindical; história das mulheres; feminismo de Estado; movimentos trabalhistas; gênero.

Título do trabalho: Sindicalistas de Pañuelo: a experiência das diretoras do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos e região na manifestação pela legalização do aborto na Argentina.

Autores: Amanda Carolini Menconi Hornhardt, Giovanni Alves e Andreia Galvão.

Resumo: Em 2018 houve a massificação da luta pela legalização do aborto na Argentina. Recém passada a enorme mobilização do dia oito de agosto, iniciei a construção de um estudo de caso sobre como a luta pela legalização do aborto na Argentina influenciou as percepções das diretoras do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (doravante Sindmetal) sobre esta pauta. A escolha desde recorte se deu pela iniciativa do Sindmetal em financiar a ida das seis diretoras deste sindicato para a mobilização em Buenos Aires. A importância de pesquisas nesta área se justifica pelo fato de se tratar de um tema que dialoga com um campo de pesquisa em desenvolvimento que busca analisar a relação entre movimento sindical e movimentos sociais, compreendendo o sindicalismo também como um movimento social. (Galvão, 2014). Análises sobre as mudanças ocorridas no sindicalismo destacam: a relação com movimentos sociais (Moody, 1997); a reivindicações para além da pauta corporativa (Wever, 1998) e o uso de táticas de ação direta (Heery e Adler, 2004). Buscou-se compreender como uma demanda que inicialmente não estava relacionada à demanda tradicional do movimento sindical foi encampada pela diretoria deste sindicato. A metodologia consistiu em etnografia da semana de mobilização na Argentina, onde pude acompanhar a atuação das diretoras do Sindmetal e entrevistas em profundidade com as seis diretoras para compreender os resultados dessa experiência a partir da visão dos sujeitos. Os dados revelaram que esta experiência se constituiu em um terreno fértil para a compreensão das possibilidades de relação entre o sindicalismo e as pautas feministas.

Palavras-chave: Sindicalismo; feminismo; movimentos sociais.



Título do trabalho: Relações de gênero e poderes: trabalho no IFES/Campus Montanha, 2019.

Autores: Francesco Suanno Neto e Ana Claudia Fehelberg Pinto Braga

Resumo: A pesquisa Relações de Gênero e Poderes: trabalho no Ifes/Campus Montanha, 2019, investiga as características do trabalho das mulheres e dos homens no contexto do Instituto Federal do Espírito Santo, em específico no campus localizado na cidade de Montanha, extremo norte do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que envolve estudantes do Ensino Médio Integrado ao curso técnico em Administração e o integrado ao curso técnico em Agropecuária, do Ifes/Campus Montanha. O projeto possui a perspectiva teórica dos estudos de Gênero atuais e, dessa forma, esse aspecto pressupõe estudos relacionais, ou seja, não tratam apenas do feminino, mas também do masculino: o trabalho executado por homens, ou os reflexos nele, são abordados e analisados. Com a finalidade de averiguar as relações de gênero, oportuniza-se a visualização de um ambiente desigual ou paritário entre homens e mulheres na instituição em questão. Permite-se, assim, importantes considerações a respeito da divisão sexual do trabalho, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da relação entre sexo e acesso a cargos de chefias, a exemplo. O aporte metodológico da pesquisa, para tal, prevê a produção e aplicação de um questionário às servidoras e aos servidores do Ifes, e posterior compilação e análise dos dados com o intuito de observar os obstáculos impostos pela maternidade e paternidade na vida profissional; a razão entre chefias masculinas e femininas no campus; a divisão sexual do trabalho e a multiplicidade de jornadas enfrentadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da instituição. A pesquisa repercute uma observação das relações de gênero dentro de uma instituição de ensino e, a partir dos resultados encontrados, exaltar a paridade ou a desigualdade dessas relações. Por fim, a pesquisa irá propor reflexões que busquem manter, estruturar ou estimular relações de gênero mais equitativas em um ambiente complexo, de trabalhos múltiplos, com objetivos de ensino, pesquisa e extensão institucional.

Palavras-chave: Relações de Gênero; poderes; trabalho; escola de educação profissional.



Título do trabalho: AQUI TEM MULHER FIRME ARREBENTANDO AS SUAS CORRENTES: aspectos da trajetória do movimento de mulheres negras e os seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil.

Autora: Bruna Menezes

Resumo: Trata-se de uma pesquisa que tem como objeto de estudo a trajetória do(s) feminismo(s) negros(s) e os seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil. Para tanto, foram adotados como objetivos – geral: estudar a história do(s) feminismo(s) negros(s) e alguns de seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil”; e como específicos: compreender as imbricações da tríade classe social, raça/etnia e sexo, a partir da ideia de consubstancialidade e coextensividade das relações; elencar os principais eventos que marcaram a trajetória da organização do movimento de mulheres negras no Brasil; e, identificar as convergências e divergências das mulheres negras como o(s) movimento(s) feminista(s). Para a realização desta investigação nos apoiamos no método crítico-dialético proposto por Marx e, por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, adotamos como procedimentos metodológicos a revisão de literatura e a pesquisa documental. Este trabalho nos possibilitou compreender a consubstancialidade e coextensividade das categorias classe, raça e sexo: as três dimensões se articulam de forma complexa, sobrecarregando especialmente as mulheres negras e pobres. A investigação também nos aproximou do movimento feminista nos possibilitando maior compreensão dos desafios e eventos que marcaram a trajetória do feminismo negro no Brasil. Acreditamos que essa pesquisa irá contribuir para o aprofundamento dos movimentos sociais no Serviço Social e que a sistematização que fizemos sobre o processo de organização das mulheres negras no Brasil amplie o grau de informação sobre as lutas que essas mulheres travaram, principalmente na segunda metade do século XX. Em última instância, pretendemos que este trabalho contribua para o enfrentamento do racismo e do machismo que marcam fortemente a experiência de milhões de mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Classe-raça-sexo; movimentos sociais; feminismo negro.



Título do trabalho: Aproximação crítica ao debate sobre as articulações entre relações sociais de sexo e classe social

Autores: Arelys Esquenazi Borrego e Célia Barbosa da Silva Pereira

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente, desde uma perspectiva marxista, o debate do feminismo materialista contemporâneo sobre as articulações entre relações sociais de sexo e classe social. Para dar resposta a este objetivo, o artigo foi estruturado em dois itens. Num primeiro momento, aborda-se de forma sintética as principais contribuições das feministas materialistas francófonas sobre a teoria das relações sociais de sexo e a suas particularidades no capitalismo; assim como, as inter-relações que desde esta perspectiva se estabelecem entre classe de sexo e classe social. Ao final deste ponto são destacadas algumas das principais críticas que as feministas materialistas realizam à teoria marxista da luta de classes. Posteriormente, analisa-se dentro da perspectiva marxista as inter-relações entre a classe social (luta de classe) e relações de sexo (emancipação da mulher), desenvolvendo uma crítica a alguns mitos derivados de uma leitura não rigorosa do paradigma marxista sobre estes aspectos. Como contribuições finais, não com intenção de fechar esta complexa polêmica, senão de contribuir com este diálogo, são destacados alguns elementos que são considerados fundamentais para uma apropriação crítica desde a perspectiva marxista do debate feminista sobre as relações sociais de sexo. Esta leitura é importante não apenas do ponto de vista teórico, mas também, da prática política, uma vez que estas interpretações acerca do tema se concretizam em projetos de transformação social. A crítica da economia política constitui o fundamento metodológico que perpassa todo o artigo. Este foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica a partir de autores de ambas perspectivas teóricas, a saber, o marxismo e o materialismo feminista.

Palavras-chave: Feminismo; relações sociais de sexo; classe social; marxismo.



Título do trabalho: Economia doméstica no Brasil: uma análise a partir do feminismo marxista

Autoras: Camila Fernandes Pinheiro e Virgínia Fontes

Resumo: A Economia Doméstica brasileira, como campo do conhecimento e ramo profissional, tem uma origem intimamente ligada à política de Extensão Rural, implementada no país em meados do século XX. Ambas têm um histórico de consolidação que remonta ao contexto de afirmação da hegemonia estadunidense sobre a América Latina, sendo fruto de acordos binacionais entre Brasil e Estados Unidos. A Extensão Rural, política de assistência a pequenos agricultores e agricultoras, foi nacionalizada durante o Governo de Juscelino Kubitschek e gerou uma demanda crescente por profissionais da área de Economia Doméstica, que seriam formadas em cursos técnicos e de graduação. A partir das contribuições do feminismo marxista, analisaremos o trabalho em Economia Doméstica através de três eixos. Primeiramente, o aspecto classista da sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, como projeto de expansão do capitalismo no campo. Em segundo lugar, a divisão sexual do trabalho que vigorava tanto na atuação das economistas domésticas em extensão rural, quanto no conjunto de conhecimentos construídos durante sua formação e difundidos durante sua atuação profissional. Finalmente, discutiremos as contribuições das feministas marxistas para a análise do trabalho doméstico não pago e da reprodução social. O período de nossa análise é de 1948, quando foi criada a Extensão Rural no Estado de Minas Gerais, até 1974, ano em que a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural deixou de ser responsável pela gestão da política extensionista. Utilizaremos um amplo grupo de documentos: os manuais de trabalho e sínteses de encontros profissionais, produzidos pelo Ministério da Agricultura à época, que revelam as formas de atuação das economistas domésticas e o conjunto de conhecimentos tidos como adequados a serem ensinados às mulheres rurais; os currículos dos cursos de formação e da graduação, oferecida pela então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa; além de documentos produzidos pelas alunas daquela universidade.

Palavras-chave: Economia Doméstica; gênero; marxismo.



Título do trabalho: Unidas na diferença, trabalhando pela igualdade: ações socioeducativas por uma nova divisão sexual do trabalho

Autora: Stela Cristina de Godoi

Resumo: Essa apresentação de pesquisa se baseia das ações socioeducativas que vem sendo desenvolvidas no âmbito da extensão universitária junto a um grupo de mulheres usuárias do CRAS Satélite Íris no município de Campinas-SP. Essa proposta parte da ideia de que as políticas públicas de transferência de renda estão estruturadas sob um paradoxo: a valorização das mulheres na gestão familiar e a naturalização da divisão sexual do trabalho. Ou seja, a própria política pública acaba por equacionar o enfrentamento da pobreza dentro da matriz hegemônica de gênero que ao longo da história subalternizou as mulheres através de seu insulamento no espaço doméstico. Hirata (2002) iniciou o desenvolvimento do conceito de divisão sexual do trabalho para se referir à distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e no trabalho doméstico reprodutivo. Consideramos que o enfrentamento da desigualdade na divisão sexual do trabalho deve levar em consideração a relação entre três instituições sociais: trabalho, família e educação. Del Priore (2013) afirma que o modelo familiar que vem surgindo é o da "família pós-familiar". Entretanto, a autora afirma que essa tendência não é novidade para as famílias pobres no Brasil que sempre estiveram postas para fora das fronteiras da convenção do casamento consagrado em matrimônio. Entre essas famílias cresce a estrutura monoparental e nuclear ampliada chefiada por mulheres. Contudo, até mesmo entre essas famílias pobres, a matriz hegemônica de gênero continua a se reproduzir. As análises de Alba Zaluar (2000) mostram que nos domicílios pobres a forma como o consumo é realizado acompanha os padrões de gênero que definem certos gastos tidos como femininos e outros masculinos. Nesse sentido, as análises de Pires (2012) as percepções das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, aponta para o fato de que a maternidade dentro dessas famílias opera como uma poderosa fonte de reconhecimento das mulheres no domínio da casa. Assim, a desvalorização escolar das meninas, não está motivada apenas por fatores econômicos, mas também simbólicos, uma vez que é sendo mãe que as mulheres nas famílias pobres ganham reconhecimento e alguma autoridade como "chefe da casa".

Palavras-chave: Trabalho; família; educação; políticas públicas.



Simpósio Temático 4

Gênero e Sexualidade e outras dissidências: processos formativos e subjetivos em cursos de Licenciaturas.

Coordenação: Prof. Dr. Alexandro Rodrigues. (Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/UFES e PPGPSI/UFES)

Resumo: Esse Simpósio busca empreender discussões acerca das questões envolvendo currículos oficiais, vividos e praticados por estudantes e professores nos cursos de licenciatura objetivando compreender e também problematizar de que maneira eles incidem nos saberes de professores e professoras em formação e apontam práticas mais democráticas mediante as novidades dos sujeitos em educação. Entende-se por processos formativos os diferentes tempos e lugares de fabricação dos sujeitos da educação diante de seus campos de lutas, de resistências, de possibilidades, de enfrentamentos e negociações. Interessa a esse Simpósio problematizar as configurações normativas de corpo-gênero-sexualidade, colocando em questões a trama de saberes, poderes e fazeres selecionados, silenciados, aprendidos e experimentados nos cotidianos vivenciados pelos sujeitos nos processos formativos. Interessa-nos ainda contemplar trabalhos, práticas e estudos que ofereçam possibilidades de discutir os processos de produção, formação e invenção dos sujeitos na constituição do professor como obra de arte permanente mediante a multiplicidade da vida.

Apresentações do dia 08/11

Título do trabalho: Os cotidianos escolares como espaços e tempos de reprodução e resistência à violência doméstica.

Autores: Elda Alvarenga e Erineusa Maria da Silva

Resumo: Objetiva analisar as implicações e afetações das violências domésticas e familiares nos cotidianos escolares. Questionamos especificamente como as violências contra as mulheres atravessam a escola? De que forma essas violências se manifestam na escola? Como as



professoras enfrentam pedagogicamente essas violências? O tema é pertinente se considerarmos os dados do Atlas da violência (CERQUEIRA, 2017) que mostram que no período de 2005 a 2015 o Brasil registrou um aumento de 3387 para 4621 homicídios de mulheres, ou seja, um crescimento de 18,9% no período analisado. Diante desse cenário, a aprovação da Lei nº 13.104, em 09 de março de 2017, que torna o homicídio de mulheres crime hediondo quando em situação doméstica e familiar ou ainda nos casos em que a violência ocorre por menosprezo e discriminação à condição das mulheres, representa uma importante conquista. Já no primeiro ano de sua vigência houve uma redução de 5,3% em relação aos cinco anos anteriores. No entanto, é preciso ressaltar que contraditoriamente, em relação às mulheres negras, a violência aumentou (CERQUEIRA, 2017) o que indica que ainda temos uma longa caminhada no sentido de garantir uma vida sem violência para as mulheres. A escola como parte da sociedade também vivencia essa condição social violenta. Em recente pesquisa realizada por meio de grupos focais com 56 professoras de 15 municípios do Estado do Espírito Santo, percebemos que as violências domésticas e familiares afetam as relações cotidianas das escolas exigindo das professoras um sentido de implicação, pois essas situações, cada vez mais desveladas, afetam o trabalho docente das professoras e a vida escolar das alunas. Em que pese às muitas formas de violência vividas pelas professoras e pelas estudantes, os dados produzidos pelos grupos focais indicam que, as professoras, seja de uma forma otimista-articulada ou silenciosa individual (SILVA, 2017), até por suas vivências pessoais, tem promovido ações pedagógicas que visam desnaturalizar as dissimetrias e as hierarquizações de gênero que emergem da cultura patriarcal e que sustentam as diversas formas de violência contra as meninas e mulheres.

Palavras-chave: Violência; professoras; ação pedagógica.



Título do trabalho: Escola e repressão: sexualidade em evidência nos anos de 1990

Autores: Juliana de Almeida Machado, Elda Alvarenga e Gelson Daldegan

Resumo: Objetiva analisar os discursos e as práticas pedagógicas das/os profissionais da educação em torno da sexualidade nos anos de 1990. Questiona como a sexualidade foi abordada nos anos iniciais de ensino fundamental nas escolas públicas municipais de Vitória-ES na década de 90? Partiu-se do pressuposto que as práticas pedagógicas nos anos iniciais de ensino fundamental em relação a sexualidade nesse período, eram marcadas pelo controle dos corpos das/os alunas/os. O estudo se justifica no fato de enxergar a escola como forte aliada para a discussão do tema sexualidade e por considerar que em muitos de seus espaços escolares o debate da sexualidade encontra-se estanque. A relevância desta pesquisa está em proporcionar uma reflexão crítica para a aprofundar o debate sobre a temática e por viabilizar questões sobre a sexualidade que necessitam serem rediscutidas na escola. Quanto a abordagem metodológica, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória do tipo estudo de caso. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a análise documental e entrevistas com professoras/es do período analisado. César (2009) afirma que a sexualidade se caracterizou por muitos anos dentro das escolas de maneira biológica, medicalizada e higienista, sendo utilizada para preservação dos valores morais, da raça/etnia pura e o cuidado da saúde. A igreja exerceu grande controle em determinadas épocas, sobre os conhecimentos divulgados sobre sexualidade. A autora afirma também que a igreja, aliando-se a ditadura militar, controlou práticas pedagógicas e planejamentos caracterizando o período como uma fase terrível para a sociedade brasileira. Os dados da pesquisa apontam que, as abordagens da sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental não foram desenvolvidas com profundidade dentro da sala de aula. Interferências ligadas aos silenciamentos existentes na sociedade capixaba, receio de questionamentos por parte das famílias dos educandos sobre seus ensinamentos e a falta de conhecimentos científicos das/os professoras/es sobre a temática, contribuíram para sua invisibilidade. Conclui-se que nos anos iniciais do ensino fundamental na década de 1990, as práticas pedagógicas sobre sexualidade caracterizaram-se pelo acobertamento das suas múltiplas dimensões, baseadas em concepções universalizadas dos sujeitos e tinham como principal referência a abordagem biológica das sexualidades.

Palavras-chave: Sexualidade; práticas pedagógicas; anos 1990.



Título do trabalho: A barreira heteronormativa: a imagem do ser invisível e o seu grito nosilêncio

Autora: Fernanda Cristina dos Santos Francisco

Resumo: A educação promove a análise e reflexão da realidade vivenciada pelos indivíduos e esses exercícios críticos e de autonomia de pensamento estabelecem desafios complexos os quais exigem processos sistemáticos aprimorados através da prática e superação da educação bancária que historicamente prevê, prioriza e conserva a aceitação aos dogmas vigentes de seu tempo e o silenciamento dos temas polêmicos e afrontadores desse sistema. Por esse motivo é necessário interpretar, refletir, afrontar e romper com esse silenciamento típico e buscar transgredir as barreiras para promover uma discussão acerca de problemáticas “protegidas” pelos sistemas opressores, uma vez que a igualdade de direitos básicos não deveria se tratar de uma polêmica. A Heteronormatividade detém um eixo transformador e opressor fortalecendo-se, dessa forma, o controle das divisões sociais e a manutenção da estrutura política, econômica e social favoráveis às classes dominantes. Define-se a Heteronormatividade como um padrão de sexualidade que prevê e determina a organização social e suas posturas e papéis pré-estabelecidos. Entretanto, há exceções a esse comportamento e essa “inadequação” e/ou “desrespeito” recebem como respostas a marginalização, violência, perda de direitos básicos e criminalização. Devido essencialmente a perda de direitos básicos e a violência (física, sexual ou psicológica) impostas aos grupos marginalizados pelas políticas públicas e aspectos sociais demonstra-se a necessidade de discussões sobre a temática de forma não utópica para a visibilidade e promoção de garantia dos direitos básicos, principalmente, a vida. Assim, o presente trabalho detém o objetivo de discutir assuntos socialmente e academicamente considerados polêmicos por meio da criação e exposição de materiais didáticos reflexivos, um educar para a tolerância.

Palavras-chave: Educação; tolerância; LGBTfobia.

Título do trabalho: De estudante para estudante: pesquisa na escola como parte da formação de professores

Autoras: Natali Destefani Braga e Janete de Souza Diniz

Resumo: O preconceito e a discriminação constituem problemas da nossa sociedade, inclusive internalizados em espaços institucionais como a escola. Tendo em vista a dificuldade em lidar com as diversidades e os conflitos daí



recorrentes no cotidiano escolar, foi proposto pela Professora do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFES de 2017, responsável pela disciplina Instrumentalização do Ensino de Antropologia (IEA), uma pesquisa sobre a escola pública que abarcasse o debate acerca da diversidade em ambientes escolares. Diante da proposta, além de desenvolver um trabalho que abordou preconceito e discriminação no contexto escolar, foi possível para nós, sujeitos em processo de se constituir professores, um rico momento de vivência daquele ambiente. A metodologia que usamos consistiu na aplicação de questionários e observação. A análise dos contextos e de conteúdo das entrevistas revelou que uma série de preconceitos, entre eles o de gênero, são práticas recorrentes não apenas entre estudantes, como também entre estudantes e docentes, evidenciando relativa ausência da discussão dessa temática no currículo escolar. Esse tipo de atividade desenvolvida ainda no período de formação de estudantes de licenciatura tem impacto maior na sensibilidade deste sujeito ao chegar em sala de aula na condição de professor. Formar politicamente jovens para o exercício da cidadania é o que se espera da disciplina de sociologia, dessa maneira a sociologia no ensino médio, segundo as Orientações Curriculares (BRASIL, 2006) deve desnaturalizar e estranhar os fenômenos sociais além de humanizar o indivíduo (BRASIL, 2002). O Currículo Básico da Escola Estadual do Espírito Santo (SEDU-ES, 2009), por sua vez, destaca a contribuição da disciplina para a formação humana, ressaltando que a subjetividade, a ação e os conhecimentos humanos são sociais, tanto no nível simbólico, quanto no material. Entendemos que a formação do professor deve ser atravessada pela possibilidade de desenvolver atividades diversas no ambiente escolar para que o “chão da escola” não lhe seja estranho em sua prática pedagógica. Uma vez que ser professor envolve um reconhecimento do estudante enquanto ser social que pode vir a desenvolver consciência crítica, pensamento plural e transformador é fundamental conhecê-lo ainda sob a condição de estudante de licenciatura.

Palavras-chave: Diversidade; ensino de Sociologia; licenciatura; preconceito; discriminação.



Título do trabalho: Sistemas de sexo/gênero: de Gayle Rubin a Paul B. Preciado.

Autores: Izabel Rizzi Mação e Júlio César Bentivoglio

Resumo: Em de 1975, a antropóloga Gayle Rubin forjou a expressão "sistema de sexo/gênero" enquanto ferramenta conceitual destinada à exploração dos meios que permitem a passagem da natureza biológica do sexo e da reprodução para configurações culturalmente definidas e adquiridas. A ferramenta reverberou, significativamente, nos estudos feministas sobre sexualidade e gênero. Paul B. Preciado, por exemplo, utiliza-se do conceito tanto para questioná-lo quanto para ressaltar a constante atualização de um dispositivo de um biopoder que nos atravessa e nos produz como sujeitos sexuados e generizados. Com sua proposta contrassexual, outras questões emergem e nos levam a interrogar: ainda é possível falar em um sistema de sexo/gênero? Seria, de fato, o gênero restrito aos constructos culturais, enquanto o sexo e a reprodução, por sua vez, são características biológicas dadas? Propõe-se, assim, uma análise comparativa das contribuições de Rubin e Preciado para a teoria feminista, observando como elas podem nos ajudar a esboçar algumas respostas para tais questões e, deste modo, abrir um campo investigativo no qual aquilo que é compreendido nos termos de uma natureza humana não poderia ser tomado como alheio às tecnologias de produção social. Trata-se, portanto, de lançar um olhar contrassexual sobre o sistema de sexo/gênero, entendendo que esse é um importante aspecto dos poderes contemporâneos, pois enrijece e fixa as relações entre os gêneros. Objetiva-se, também, pensar o corpo como parte de um sistema de escritura, como um artefato orgânico cujo constante encontro com as tecnologias pode tanto reinscrevê-lo nas normas do sistema sexo/gênero, quanto repercutir em uma desestabilização das relações de poder instituídas, ou, quem sabe, fazê-las funcionar de uma outra maneira. Analisa-se os artigos "O tráfico de mulheres: notas sobre uma 'economia' política do sexo" e "Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade", de Gayle Rubin; bem como os livros "Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual" e "Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica", de Paul B. Preciado.

Palavras-chave: Gênero; sexo; contrassexualidade; biopoder; feminismo.



Título do trabalho: Transfeminilidade e transmasculinidade *versus* binariedade e Heteronormatividade.

Autoras: Daniele dos Santos Francisco e Viviane Melo de Mendonça

Resumo: As expressões sociais na construção de identidade, relações interpessoais, sexualidade e carreiras profissionais de indivíduos transexuais configuram-se equivocadamente e de forma vulnerável em meio a definições de gênero binário e a heterossexualidade compulsória em uma busca incessante de pertencimento e encaixe ao novo gênero, posteriormente aos esforços primários para desprendimento ao gênero social atribuído ao seu momento de nascimento. O gênero constitui um estabelecimento social envolvido por diversos estigmas pautados em um sistema capitalista enaltecido do patriarcado por meio da opressão de grupos considerados inferiores e marginalizados através da misoginia, LGBTfobia e outras demonstrações de violência e desrespeito aos direitos humanos básicos. Esse processo estabelece uma herança do processo de colonização, atribuindo-se desde o mesmo os "papéis sexuais e sociais" dos que são considerados homens ou mulheres. Essa regulação binária de gênero e sexualidade limitam as possibilidades da simples existência de indivíduos trans, uma vez que essa existência afronta e rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica, desestabilizando as bases opressoras por estabelecer um desafio a seus privilégios, injustiças e paradigmas pré-estabelecidos, pois coloca à prova sua eficácia e confiabilidade. Por essas razões entende-se a relevância do tema e a essencialidade de ações de grupos engajados em movimentos sociais considerando a transfeminilidade e transmasculinidade, além de estudos para a compreensão desse complexo e fascinante cenário que está a ganhar espaço social, educacional e midiático mostrando a realidade, realizações e desafios dos indivíduos "fora da caixinha" do modelo sexual e social vigentes. Assim, o presente trabalho almeja a análise das expressões sociais da transfeminilidade e transmasculinidade segundo a binariedade e a heteronormatividade na sociedade brasileira por meio de uma pesquisa bibliográfica e uma análise preliminar dessas concepções. Com isso pretende-se realizar um auxílio na compreensão desses processos, voltar a atenção para essa temática e valorizar a luta contra o preconceito.

Palavras-chave: Transexualidade; feminilidade; masculinidades.



Simpósio Temático 5

Gênero, sexualidades no contexto da Educação Física: práticas de ensino e práticas de resistências.

Coordenação: Profa. Dra. Ileana Wenez (Departamento de Ginástica/UFES e PPGPSI/UFES) e Profa. Dra. Erineusa Maria da Silva (Departamento de Ginástica/UFES)

Resumo: Este grupo de trabalho visa colocar em diálogo as diferentes abordagens teórico-metodológicas que venham debater e problematizar tanto o gênero quanto a sexualidade como marcadores que configuram o cotidiano de alunas/os e professoras/es. Nesse contexto, identificamos duas frentes de ação. Por um lado, identificar as diversas possibilidades de debate acadêmico e aproximações metodológicas que os/as professores/as de educação física promovem e realizam nas suas ações nos diversos espaços de atuação sejam formais ou informais assim como tais temáticas operam na formação dos/as professores/as. Por outro lado, problematizar se os acontecimentos de violência (em todas suas formas) ou vulnerabilidade social tem espaço no nosso contexto de intervenção e como os/as professores/as e alunas/os vem se colocando no enfrentamento das práticas naturalizadas em suas ações pedagógicas.

Apresentações do dia 06/11:

Título do trabalho: Dançando com masculinidade(s) e feminilidade(s) na música *Tous LesMêmes*

Autoras: Ileana Wenez e Viviane Teixeira Silveira

Resumo: A partir dos Estudos Feministas e Culturais que se aproximam de Foucault (2000), procuramos identificar como alguns atributos sociais do feminino e/ou masculino atravessam e conformam diversas instâncias da organização social, entre elas a música (e a dança) e a realização das diversas práticas corporais. O campo das práticas corporais e esportivas é um terreno fértil para pensarmos nas construções de masculinidades e feminilidades que são produzidas, mostrando que o gênero é tema presente e o quanto a incorporação de determinadas marcas constitutivas



heteronormativas de ser homem e ser mulher está instaurada nos corpos. E é no corpo, parte que nos coloca em contato com o mundo e com os outros, que ocorre a modificação ou manutenção das relações sociais de gênero. Com esse objetivo realizamos uma análise da música/vídeo "Tous les Mêmes" de Stromae para visibilizar a potencialidade da lógica da igualdade e não segregação que pode ser operada ao tensionar os estereótipos de gênero e de sexualidade na dança. A dança, assim como o esporte, é uma prática corporal que também se apresenta como um espaço no qual existem determinados papéis sociais que podem/devem ser reproduzidos por homens e mulheres. Saraiva-Kunz (2003) afirma que existe um padrão de movimento que deve ser representado por homens e mulheres e que devem corresponder aos corpos genericados: "a disponibilidade à expressão é característica do corpo feminino, e a disponibilidade ao domínio e à impermeabilidade refere-se ao corpo masculino" (p.128). As Pedagogias Culturais compreendem novos espaços de aprendizagens e se referem a uma educação que ocorre em diferentes locais e que não se limita ao espaço físico tradicional (STEINBERG, 1997). A música constitui um artefato cultural como parte de uma cadeia de produção cultural. Nos detemos na música/vídeo pois permite compreender como os sentidos culturais se 'cristalizam' de alguma maneira significados e representações de determinadas épocas" (TRINDADE, 2001, p.12). Nesse contexto, exploraremos a possibilidade de uma potencialidade ao identificar como é possível realizar movimentos e deslizar entre os sentidos mais diluídos e flexíveis na trama das feminilidades/masculinidades.

Palavras-chave: Dança; Masculinidade; Feminilidade; Gênero.

Título do trabalho: Os movimentos silenciosos-individuais das professoras que produzem as políticas de gênero para a educação na educação básica do Espírito Santo.

Autora: Erineusa Maria da Silva

Resumo: Este estudo teve como objeto a natureza das ações das professoras de educação básica em face à produção e implementação das políticas públicas de gênero para a educação no Espírito Santo. Visou analisar essas ações na constituição das políticas de gênero para a educação e também o seu exercício de implantação no interior das escolas de educação básica do Espírito Santo. A pesquisa qualitativa teve como atrizes as professoras que participaram do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) nos anos de



2011-2012 e 2013-2014. Valeu-se de dados recolhidos por meio de uma pesquisa dos documentos que fundamentam a política de gênero para a educação no Brasil e no Espírito Santo, de um survey e de grupos focais nos municípios-polo que ofertaram o curso GDE. As análises dos dados recolhidos pelo survey foram realizadas pelo software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) e as dos grupos focais foram feitas com base em elementos da análise de conteúdo (BARDIN, 2008). Na condução teórico-metodológica do trabalho e nas análises dos dados recolhidos, adotou como base alguns estudos da Sociologia da Educação como os realizados por Pierre Bourdieu (1996, 1997, 2002, 2005) e por Alan Touraine (1994, 1998, 2011). Apoiou-se também em Scott (1995) quanto ao uso da categoria gênero e em McNay (1999) quanto ao habitus de gênero para perceber os possíveis vazamentos às permanências e contenções no que tange às políticas e ações de gênero. Esses conceitos foram tomados como um recorte teórico-metodológico importante para desvelar a construção de significados que perpassam as relações sociais e impactam o agir das professoras e a política de gênero para a educação. O estudo conclui que o avanço das políticas públicas no período estudado e o agir das professoras, mesmo aqueles compreendidos como silenciosos-individuais, indicam estar ocorrendo um movimento pedagógico de gênero nas escolas que, apesar de emergir de uma empatia dessas professoras em relação ao tema, foi potencializado pela política pública GDE.

Palavras-chave: Política educacional; política de gênero; movimento pedagógico de gênero.

Simpósio Temático 6

Gênero, feminismos e serviço social.

Coordenação: Profa. Dra. Gilsa Helena Barcellos (Departamento de Serviço Social/UFES e PPGPS/UFES)

RESUMO: O fato de termos, em nossa composição profissional, uma presença expressiva de mulheres e lidarmos, no processo de intervenção profissional, privilegiadamente com mulheres, que são as que mais utilizam políticas de proteção social no Brasil, o debate e o processo de elaboração sobre questões de gênero ou relações sociais de sexo é relativamente recente no



Serviço Social. Também é relativamente recente a compreensão do papel político-pedagógico que os diversos movimentos feministas cumprem enquanto sujeitos coletivos, que buscam a emancipação política das mulheres, sendo esta intrínseca à emancipação humana. No processo de aproximação do Serviço Social com o debate de gênero, constatamos que o mesmo é imprescindível à formação e ao fazer profissional e que, para tanto, é necessário a produção de espaços qualificados, para estimular a apreensão das questões que estão afetadas à relação gênero, feminismos e serviço social. Qualificar o debate significa entender os determinantes dessa dinâmica numa sociedade de classes, patriarcal, racista e homofóbica. A proposta do ST Gênero, Feminismos e Serviço Social é acolher trabalhos que apresentem reflexões sobre gênero/relações sociais de sexo e feminismos e suas conexões com o processo de formação e o fazer profissional.

Apresentações do dia 06/11

Título do trabalho: Estudo comparativo entre a concepção moderna e a contemporânea sobre gênero

Autoras: Clarissa Alves de Oliveira e Angela Maria Caulyt Santos da Silva

Resumo: Apresenta-se um estudo comparativo entre algumas escritoras e suas obras que construíram, de modo contundente, concepções sobre gênero nos períodos moderno e contemporâneo. Problematizou-se: Por que e quais mudanças correram nessas concepções e qual a relação com fatores sócio históricos, político-econômicos e culturais. Busca-se por meio de pesquisa bibliográfica, a análise de diferentes abordagens e enfoques sobre as concepções sobre gênero aceitas pelos movimentos feministas a serem questionadas, em vista da realidade de milhares de mulheres. Autoras como Gertrude Stein e Mary Wollstonecraft e a clássica Virginia Woolf que participaram da chamada primeira onda do feminismo, iniciado no período que antecedeu a chegada século XX e que terminou em meados da década de 1930. Na chamada segunda onda do feminismo, integrou a famosa autora de ficção científica e fantasia, Ursula K. Le Guin, que sempre colocou o feminismo no centro de suas histórias, Simone de Beauvoir em "O segundo sexo" que debate sobre o papel da mulher na sociedade e a opressão feminina no mundo masculino. Outra autora que inovou ao tratar do feminismo em histórias com enredo distópico, foi Margaret Atwood, em "O conto de Aia", que narra um futuro apocalíptico em uma sociedade



dominada por um movimento totalitário e fundamentalista cristão. Obra que marcou a história de narrativas que fogem do romance comum, elegendo protagonistas fortes e com apelo heroico, característica que antes era típica de personagens masculinos. A terceira e última onda do feminismo começou em 1990 e ocorre até hoje. Alexandra Kollontai em "Selected writings", Heleith Saffioti em "A mulher na sociedade de classes", Carole Pateman em "O contrato sexual", Bell Hooks em "Feminist theory: from margin to center", Iris Marion Young em "Justice and the politics of difference", Christine Delphy em "L'ennemi principal", Carol Gilligan em "Uma voz diferente", Catherine A. MacKinnon em "Hacia una teoría feminista del Estado", Susan M. Okin em "Justice, gender, and the family" e Patricia Hill Collins em "Black feminist thought". Produções de grandes mulheres que lutaram na literatura e em movimentos sociais para direitos a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; feminismo; concepção moderna e contemporânea.

Título do trabalho: Uma análise da violência contra travestis no Brasil sob a luz do materialismo histórico-dialético.

Autoras: Maria de Almeida Silva e Vanda de Aguiar Valadão

Resumo: Apesar da pertinência do tema, ainda são tímidas as análises a respeito das condições de vida das travestis brasileiras a partir do materialismo histórico-dialético. Diante disso, propomos uma análise de aspectos da violência contra as travestis brasileiras, utilizando como arcabouço teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, a ontologia do ser social de Lukacs (2013), estudos com enfoque para a divisão sexual do trabalho (COSTA, 2018; CISNE, 2014; FEDERICI, 2004) e as contribuições do chamado Feminismo Materialista Francês (KERGOAT, 2010; FALQUET, 2005; GUILLAUMIN, 2005, 2017; TABET, 2005). Inicialmente são expostos dados da realidade a respeito do homicídio contra pessoas Trans no Brasil. Tais dados foram extraídos de documentos publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018^a, 2018^b). Estabelecemos então enfoque para as travestis, trazendo aspectos históricos da composição dessas identidades no Brasil. Para isso dialogamos de maneira crítica com autores como Trevisan (2011), Bento (2006, 2014), Barbosa (2013), Berkins (2000), Campuzano (2008), Carvalho e Carrara (2013), Zamboni (2017), Saffioti (1992), entre outros. A partir daí foram extraídas categorias de análise tais como: relações sociais de sexo, classe e raça/etnia. Utilizamos tais categorias para análise dos dados da ANTRA



(2018^a, 2018^b), o que contribuiu para a sustentação de uma interpretação a respeito da forma como os sexos socialmente se construíram no país, pois partimos do pressuposto, com base nos autores utilizados, que não apenas o gênero, mas o próprio sexo é socialmente construído no processo de desenvolvimento do ser social, logo, o aspecto social histórico dos sexos supera o caráter epifenomênico biológico. Utilizamos a análise de conteúdo, cujo objetivo “[...] é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 46). Por fim defendemos que a construção social dos sexos ocorre de forma antagônica, desempenhando papel fundamental na exploração do trabalho, na opressão e na apropriação dos corpos do sexo dominado, o qual, para nós, não se limita às mulheres cisgênero, mas também às pessoas Trans, dentre elas nossos sujeitos da pesquisa: as travestis.

Palavras-chave: Travestis; relações sociais de sexo; etnia/raça; classes sociais; violência.

Título do trabalho: Construções sociais de gênero na atuação profissional dos conselheiros tutelares de Miracema do Tocantins.

Autores: Débora de Paula Bolzan e Celiane Pereira da Silva

Resumo: O presente trabalho analisa as construções sociais de gênero na atuação profissional dos/as conselheiros/as tutelares da cidade de Miracema do Tocantins/TO. Utilizou-se a metodologia qualitativa, adotando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo para a coleta de dados. Foram entrevistados/as cinco conselheiros/as tutelares, sendo três mulheres e dois homens. Os resultados apontam que a maioria dos/as conselheiros/as tutelares explicitam um posicionamento ético-profissional que considera as mulheres como vítimas de um sistema machista, repressor e desigual, que naturaliza e perpetua situações de violência. No entanto, este posicionamento não é unânime, pois observou-se que um conselheiro reproduz explicitamente uma fala machista e atribui culpabilidade as mulheres pela violência sofrida, afirmando que as mesmas se “expõem através de roupas curtas” e que o homem, em sua concepção, é um ser “incontrolável”. Além disso, quando perguntados/as sobre a importância dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, todos/as os/as conselheiros/as relacionam a mulher ao campo doméstico, ao trabalho reprodutivo e a valores a estes associados. Sabe-se que este campo é



historicamente desvalorizado, baseado em um trabalho gratuito e visto como pouco qualificado. Tal problemática apontada coloca em questão a gratuidade do trabalho doméstico, visto como uma qualidade natural das mulheres e pouco problematizado. As considerações finais ressaltam que a violência sexual não pode ser naturalizada, pois atinge mulheres, crianças e adolescentes todos os dias, ceifando vidas e causando efeitos devastadores sobre suas vidas. Somente no ano de 2016, o Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS), localizado em Palmas/TO registrou 197 atendimentos, sendo que 91,87% das vítimas atendidas eram do sexo feminino e 54% tinham entre 10 a 19 anos de idade. Por isso, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas universais e efetivas, voltadas para atender as necessidades das vítimas de violência e, sobretudo, a necessidade urgente de mudanças culturais, históricas, sociais e econômicas que atinjam as construções sociais em torno dos gêneros, pois estas construções se manifestam em diversas formas de violência, de opressão e discriminação, principalmente sobre meninas e mulheres, que são as maiores vítimas de violência.

Palavras-chave: Construções sociais de gênero; Violência; Conselho Tutelar.

Título do trabalho: O papel das feministas brasileiras na construção de políticas de atenção as mulheres em situação de violência.

Autoras: Gianna Maria Almeida Marques, Gilsa Helena Barcellos, Renata Kelly de Souza Dias.

Resumo: Esta pesquisa trata do papel do movimento feminista na construção das políticas de atenção as mulheres em situação de violência no Brasil. A violência contra a mulher passa a repercutir no Brasil a partir da década de 1980. No entanto, até esse período já se registravam lutas importantes, a exemplo das sufragistas pelo direito ao voto na primeira metade do século XX. Compreendiam que a participação das mulheres na vida política do País era necessária para mudar a configuração das relações sociais, marcadas pelo patriarcado, dentro e fora de casa. A descoberta da pílula e a sua entrada no mundo do trabalho, particularmente a partir da segunda metade do século XX, foram insuficientes para protegê-la do machismo no espaço doméstico. Na década de 1970, a morte de Ângela Diniz foi um marco na luta feminista contra violência, porque articulou-se à luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres, ao mesmo tempo, denunciou a face do Estado brasileiro de conivência com o espancamento e morte de



mulheres. Na década de 1980, as mulheres lutam por políticas de enfrentamento a violência. No entanto, as políticas implantadas de forma fragmentada não conseguiam reduzir a violência, por isso, o caminho adotado foi à luta por políticas articuladas. Nos anos 2000, com a Maria da Penha, observou-se que era possível a instituição de ações em rede, com vistas a potencializar as ações no âmbito do Estado brasileiro, no entanto constata-se um hiato ente a existência formal e real da lei. Este trabalho resulta de uma revisão de literatura e compõe o Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como objeto o mesmo título do presente trabalho.

Palavras-chave: Feminismo; violência; políticas públicas.

Título do trabalho: A "rota crítica" da mulher capixaba em situação de violência

Autora: Emilly Marques Tenório

Resumo: O presente artigo aborda as violências contra as mulheres no Espírito Santo, principalmente, as tipificadas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), trazendo elementos acerca da formação sócio-histórica do conservadorismo e patriarcado capixaba. A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, naturalizado e legitimado pelo patriarcado e, durante um longo período, ignorado pelo direito. O alto índice de violência no estado figura, desde o primeiro Mapa da Violência, em 2012, nos rankings nacionais. No ano de 2018 o Atlas da Violência exalta o decréscimo dos homicídios de mulheres e de negros no estado do Espírito Santo (IPEA; FBSP, 2018). O Atlas da Violência de 2018 confere a redução das taxas de homicídios ao programa "Estado Presente", enquanto os movimentos sociais denunciam o austericídio dessa gestão. O caminho percorrido pelas mulheres em busca da superação da situação de violência vivida por elas entre os serviços (policiais, socioassistenciais, jurídicos, de saúde, dentre outros) tem sido conhecido como "rota crítica". Os estudos apontam o longo percurso feito por elas, com elementos facilitadores ou dificultadores do rompimento da violência, e indicam, muitas vezes, a revitimização que sofrem nos serviços em que buscam apoio (MENEHHEL et al, 2011). O artigo problematiza a "rota crítica" e os serviços ofertados pela rede socioassistencial de atendimento à mulher e sinaliza a fragilização também do atendimento judicial, esfera onde a requisição das medidas de proteção são deferidas. Nos deparamos com os limites da proteção social e do tripé previsto na lei em questão (proteção, assistência e prevenção) diagnosticando que a insuficiência/sucateamento dos equipamentos,



impacta na persistência dos graves índices de violência contra a mulher neste estado.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violências contra as mulheres; proteção social.

Título do trabalho: Sobre questões de gênero e de violência contra mulheres

Autoras: Luana Zamprogno e Gilsa Helena Barcellos

Resumo: Este trabalho constitui parte de uma dissertação de mestrado apresentada no ano de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Ele é resultante de uma pesquisa bibliográfica e documental – os dados foram atualizados para apresentação deste artigo – que tomou como categorias centrais: Patriarcado, Gênero, Classe social e Violência. Objetivou discutir a violência contra a mulher como uma expressão das relações produzidas nas sociedades de classes e sob forte influência dos valores patriarcais. Como apontado por Saffioti e Almeida (1995), a constituição dos sujeitos não se faz exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social, raça/etnia. Reconhecem também as autoras que a orientação sexual se constitui uma dimensão importante, para se entender a condição da mulher, pois torna-se triplamente discriminada se for pobre, negra e lésbica. A partir da literatura, constatou-se que a violência contra a mulher se revela como ruptura de sua integridade psíquica, física, moral e sexual. Em Hannah Arendt (1994), a violência, surge como um recurso quando o subordinado se torna desobediente diante do seu dominador, ou seja, quando as estratégias de controle sobre o outro se tornam ineficazes. No caso específico da violência contra as mulheres, para Araújo (2010, p. 21), a produção da violência tem uma relação direta com o patriarcado, porque, este, além de hierarquizar a relação entre homens e mulheres, as naturaliza de tal forma que impede a sua apreensão como contraditória. Este estudo buscou contribuir com a pesquisa sobre o tema no campo das ciências sociais aplicadas, com vistas a qualificá-lo no interior do Serviço Social.

Palavras-chave: Patriarcado; gênero; classe social; violência.



Título do trabalho: Representatividade político-partidária: espaço a ser ocupado por mulheres

Autoras: Lucimara Rizzoli da Silva Brandão e Angela Maria Caulyt Santos da Silva

Resumo: Pesquisas sobre gênero comprovam que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção histórica, cultural e social. Elucidam dados e representações culturais e sociais e clamam por necessária ruptura com a concepção do determinismo biológico que naturaliza essas desigualdades. A mulher ocupou o espaço "privado", em uma sociedade na qual o patriarcado "espaço público" gerou e manteve desigualdades profundas de poder entre homens e mulheres. Buscou-se investigar as implicações das desigualdades de gênero no contexto político do Espírito Santo, à luz do princípio constitucional de igualdade, tendo em vista a Reforma Eleitoral de 2009, que modificou o art. 10, § da Lei nº 9.504, tornando-a uma ação afirmativa no âmbito eleitoral com o intuito de aumentar o número de mulheres eleitas. A pesquisa tem caráter qualitativo com revisão bibliográfica, constituiu-se no mergulho na teoria que trata de questões relacionadas à desigualdade de gênero na representação político-partidária de mulheres e dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros. Segundo o TSE, o Brasil teve 147.302.357 eleitores aptos a votar até a data do primeiro turno das eleições de 2018. O eleitorado nacional é formado por 77.337.918 mulheres (52,5%) e 69.901.035 homens (47,5%), as mulheres brasileiras representam 52,5% do eleitorado nacional, mas quando são analisadas as estatísticas referentes à participação das mulheres, em espaços de atuação político-partidária, constata-se baixa representação de mulheres no cenário político brasileiro e no estado do Espírito Santo. Conclui-se que há desigualdade de gênero no campo político, identificadas e problematizadas as características do sistema eleitoral do Espírito Santo, com o foco nas políticas de representação proporcional, que no sistema societário eleitoral e de poder, é considerado favorável à participação política das mulheres.

Palavras-chave: Representatividade político-partidária; desigualdade de gênero; ações afirmativas.



Título do trabalho: As mulheres na luta quilombola do Sapê do Norte

Autoras: Ana Paula Lyra, Fany Serafim Nascimento e Wakyla Cristina

Resumo: Milhões de africanas e de africanos foram retirados de seu local de origem, sendo comercializados e tratados como mercadoria. Após o desembarque no Brasil, os africanos foram transformados em força de trabalho escrava para viabilizar o projeto colonial. Os negros escravizados, se organizaram, liderando rebeliões, em favor de sua vida e da liberdade. Uma das expressões de resistência negra foi a constituição dos quilombos, que se espalharam por toda a colônia. O papel dos quilombos, para além de protegê-los da escravidão, possibilitou que resgassem modos de vida. Crenças, costumes e saberes africanos, que foram passados para as novas gerações e parte desses, a despeito da violência, conseguiu sobreviver até a atualidade. Nesse sentido, as mulheres assumem um papel importante, atuando na reprodução dos valores e costumes afirmados por meio da tradição oral. As atuais comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil são territórios que buscam preservar a memória dos seus antepassados, apesar do racismo vivenciado. No caso das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, no norte do Espírito Santo, as mulheres são sujeitos estratégicos não só na reprodução da cultura, mas na organização social e política de suas comunidades. Desde meados da década de 2000, as quilombolas se organizam por meio da Comissão Quilombola do Sapê do Norte. Elas se revelam grandes lideranças e com alta capacidade de articulação da luta política travada contra a Fíbria, empresa que se apropriou de parte expressiva do seu território. Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso das autoras e teve como objetivo estudar o papel das mulheres no processo organizativo das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. É uma pesquisa de caráter qualitativo que adotou como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, as pesquisas documental e empírica. Esta última se deu por meio de realização de grupo focal. Ela busca se somar aos esforços teórico-metodológicos de produção de estudos sobre os processos de luta das comunidades do Sapê do Norte, com foco particular nas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; lutas sociais; racismo; comunidades quilombolas.



Apresentações do dia 07/11

Título do trabalho: Formas de organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras

Autoras: Mariana Rébuli Vieira, Paula Gabrielle Nascimento Ricio, Adriana Amaral Ferreira.

Resumo: O presente artigo é um aprofundamento a respeito do recorte de gênero feito no nosso trabalho de conclusão de curso (TCC) de serviço social da UFES, em 2015. Neste último, estudamos as experiências de organização e resistência das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras- Vitória-ES através da metodologia de pesquisa qualitativa, no qual os aspectos culturais da tradição de desfiar siri sobressaíram ao recorte de gênero. Trata-se, portanto, da possibilidade de desenvolver aspectos inconclusos do (TCC). Neste sentido, buscamos identificar o protagonismo das mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras nas formas de organização e resistência de seu modo de vida. As comunidades pesqueiras têm como característica, a divisão social do trabalho por gênero, em que, geralmente, aos homens é atribuída a pesca em mar aberto e às mulheres, a pesca aos redores do ambiente doméstico. Ao analisar essa característica numa perspectiva crítica, porém, ela não pode ser encarada como algo natural, há determinações reais que historicamente constituem as relações de produção e reprodução desse capitalismo patriarcal e reflete tal divisão do trabalho entre as comunidades pesqueiras. A comunidade pesqueira da Ilha das Caieiras localiza-se num território periférico do município de Vitória-ES. A divisão do trabalho nela, de modo geral, não diverge da maioria das comunidades pesqueiras, porém, foi possível identificar um protagonismo das mulheres que através da tradição de desfiar siri, historicamente, têm se organizado de diversas formas e resistido cotidianamente aos processos de aprofundamento de uma modernização tardia em país de capitalismo periférico e patriarcal. É possível, assim, afirmar que as mulheres desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, através de suas formas de organização e resistência em torno da tradição de desfiar siri têm tensionado as relações machistas e patriarcais construídas e feito um contraponto à realidade de que os espaços de liderança nos processos organizativos e políticos são historicamente ocupados pelos homens.

Palavras-chave: Mulheres; organização; resistência.



Título do trabalho: A organização das mulheres pescadoras do município de Vitória

Autores: Fany Serafim Nascimento e Gilsa Helena Barcellos

Resumo: Esta pesquisa vincula-se ao Projeto de Pesquisa "Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES". Ela teve como objeto de estudo "a organização de mulheres pescadoras artesanais no município de Vitória-Espírito Santo". Os objetivos que orientaram esta investigação foram: geral: estudar o processo de organização das mulheres pescadoras artesanais do município de Vitória-Espírito Santo; objetivos específicos: a) identificar as organizações de mulheres pescadoras artesanais existentes em Vitória; b) sistematizar dados sobre o processo histórico de participação e organização das mulheres pescadoras artesanais; c) identificar os desafios enfrentados pelas mulheres pescadoras para o seu processo de organização. Constitui uma pesquisa qualitativa que fez uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. A pesquisa ocorreu entre julho de 2016 e junho de 2017. Os resultados indicam que: existem poucas organizações próprias de mulheres no município; que as mulheres tendem a atuar junto à Colônia de Pesca; que as desafiadeiras de siri de Ilha das Caieiras destacam-se enquanto organização específica de mulheres (Cooperativa Siri na Lata), no entanto, na atualidade, encontra-se fragilizada, porque houve uma dispersão das suas principais lideranças; que a atuação do Poder Público Local foi marcada por contradição, porque ao mesmo tempo que buscou divulgar o trabalho das mulheres na pesca, também atuou com vista a cooptação de lideranças para fins político-eleitorais. Esta pesquisa pretendeu-se contribuir na maior divulgação da presença das mulheres na pesca artesanal e também das suas formas de organização no município de Vitória.

Palavras-chave: Gênero; mulheres pescadoras; trabalho; movimentos sociais.

Título do trabalho: A organização das mulheres pescadoras artesanais do município de Guarapari, Espírito Santo.

Autores: Marcos Stéphanos Santana Ferreira e Gilsa Helena Barcellos.

Resumo: O subprojeto que orientou o estudo aqui apresentado vinculou-se ao Projeto de Pesquisa "Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória - ES" (PRPPG/UFES sob o nº 7013/2016) e teve como objetivo "estudar o processo de organização de



mulheres pescadoras artesanais do município de Guarapari”. Constituiu uma pesquisa de caráter qualitativo e que fez uso da revisão de literatura, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com mulheres pescadoras de Guarapari. Ela ocorreu entre agosto de 2017 e julho de 2018. Constatou-se, por meio da pesquisa, que não há no município processos específicos de organização de mulheres pescadoras; que se organizam por dentro da Colônia; que presidem a entidade, possibilitando-lhes influenciar de forma decisiva na condução política e operacional da entidade, mas, que mesmo assim, enfrentam o machismo no interior da Colônia e de agentes públicos; que entre os desafios apontados estão os assédios moral e sexual; que ainda há uma parcela expressiva de mulheres pescadoras que não se autorreconhecem trabalhadoras da pesca, por isso, não acessam políticas a que têm direito; a falta de apoio e de alianças fragiliza o papel da Colônia e dificulta o encaminhamento de demandas imediatas da categoria; que houve conquistas: a regularização da Colônia e a montagem de uma logística, para que a mesma pudesse funcionar. Com este estudo intencionou-se contribuir para ampliar pesquisas sobre gênero e pesca no Espírito Santo, como também divulgar o importante papel que as mulheres ocupam na cadeia produtiva da pesca, mas que ainda é pouco reconhecido. Por último, contribuir para a sua valorização enquanto sujeito político que tem protagonizado processos de luta nas comunidades pesqueiras com vistas a enfrentar uma diversidade de questões que colocam em risco a pesca artesanal capixaba.

Palavras-chave: Gênero; divisão sexual do trabalho; mulheres pescadoras; movimentos sociais.

Título do trabalho: A saúde da mulher pescadora artesanal de Conceição da Barra, Espírito Santo.

Autora: Quéren da Silva Martins

Resumo: Este trabalho trata das questões ligadas ao estado de saúde de mulheres pescadoras do município de Conceição da Barra, Espírito Santo. Buscou-se compreender os determinantes no processo saúde-doença em mulheres que atuam na pesca artesanal e de como tais condições impactam as relações sociais de gênero no interior das famílias e das comunidades pescadoras. Para a realização da investigação foram utilizadas a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa de campo com mulheres pescadoras artesanais. Também foram realizados grupos focais com mulheres pescadoras. Esta pesquisa realizou-se no ano de



2012 e integrou a pesquisa financiada pelo CNPq intitulada "O papel da mulher na atividade pesqueira artesanal no Espírito Santo: discutindo gênero, trabalho, meio ambiente, políticas públicas e desenvolvimento local". Constatou-se, por meio da pesquisa, que as atividades laborais desenvolvidas pelas pescadoras no processo produtivo da pesca influenciam diretamente o seu processo de adoecimento, sendo que os problemas mais comuns de saúde são: pressão alta, diabetes, infecção urinária, doenças de pele e dos olhos. Outro fator que afeta a vida dessas mulheres é a violência doméstica. Também foi possível observar que não há políticas de atenção às mulheres pescadoras no município de Conceição da Barra, forçando-as a buscarem tratamento de saúde fora do município; e ainda que lidam com sobrecarga de trabalho, porque, além das atividades da pesca, são responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado da prole. Intencionou-se com essa investigação ampliar os estudos sobre o processo de adoecimento de mulheres pescadoras artesanais. Também objetivou a produção de dados que pudessem nortear a elaboração de políticas públicas de atenção à pescadora na região norte do Espírito Santo.

Palavras-chave: Mulher; processo saúde-doença; trabalho; comunidades Pescadoras.

Título do trabalho: Maternidade e amamentação: mãe é a mãe que faz isso feliz?

Autora: Virginia Calegari Costa

Resumo: Maternidade e amamentação são produtos históricos. Para a autora francesa Elisabeth Badinter (1985; 2010), também o amor materno se trata de um sentimento bastante complexo, imperfeito, não instintivo, que envolve múltiplos fatores não inscritos na natureza feminina. A maternidade não corresponde a um acontecimento puramente biológico, sobretudo é uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica. A sociabilidade feminina desde a infância é atravessada por aprendizados da maternidade, a exemplo do brincar de boneca e casinha, indo para além da sua função lúdica, já que ao aprender brincar apreendem o seu lugar na divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, nas relações sociais de gênero. As trajetórias femininas, em sociedades patriarcais, são marcadas por códigos culturais (lúdicos, religiosos, morais, entre outros) que buscam reafirmar a natureza da maternidade, por isso o senso comum de que mulher nasceu para ser mãe antes de qualquer outra coisa. Por conseguinte, mulheres que não se tornam mães – ou por escolha, ou por não conseguir engravidar – revelam a sua



incompletude, porque não podem exercitar aquilo que de mais sagrado a natureza as dotou: a capacidade de reproduzir e cuidar. O processo de naturalização da maternidade e da função feminina de amamentar ao mesmo tempo em que podem ser muito prazerosos sobrecarregam as mulheres, porque em grande parte dos grupos humanos o cuidado fica sob sua responsabilidade exclusiva. Este estudo é parte de uma dissertação defendida junto ao Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, no ano de 2013, e tem como objetivo problematizar a maternidade e a amamentação como atos puramente biológicos, compreendendo que quando estes se realizam no contexto de sociedades patriarcais, tentem a reafirmar a condição subordinada das mulheres. Ele é resultado de uma vasta pesquisa bibliográfica e tem como intuito contribuir com a produção científica no campo crítico sobre a relação amamentação e maternidade.

Palavras-chave: Maternidade; amamentação; mulher; patriarcado; cuidado.

Título do trabalho: A família e a mulher no cuidado do doente de Alzheimer

Autoras: Alane Santos Pardinho e Gilsa Helena Barcellos

Resumo: Este trabalho vincula-se à dissertação de mestrado defendida no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação da Emescam. Ele é resultante de uma pesquisa bibliográfica e documental, que buscou o levantamento de dados que permitissem a compreensão da relação complexa entre o cuidado e a mulher no contexto familiar. A população brasileira, desde a década de 1940, vem registrando crescimento populacional na faixa etária acima de 60 anos. Tal crescimento está relacionado à redução da mortalidade, responsável pelo aumento da longevidade. Também se observam alterações na composição da categoria "terceira idade": o envelhecimento dentro da própria faixa etária considerada idosa, concentrando parte expressiva dos idosos acima dos 80 anos. Os avanços tecnológicos e científicos foram fundamentais para prolongar o tempo de vida, no entanto, insuficientes para dar qualidade de vida ao idoso. Por isso, convém enfatizar que envelhecer traz consigo alguns desafios e dentre eles estão os relacionados à saúde. No campo da saúde, o crescimento acelerado da população idosa oportuniza o aumento de doenças crônico-degenerativas, e aqui se destaca a doença de Alzheimer. A Organização Internacional da Doença de Alzheimer (PRINCE; JACKSON, 2009) aponta para o alarmante crescimento de idosos com Alzheimer estimado para 2050 de 115,4 milhões de pessoas, sobretudo em países de capitalismo periférico.



Além do desenvolvimento da doença como um problema, também decorre dela a necessidade de atendimento ao doente, que demanda atenção intensa dos que estão no seu entorno. O cuidado cotidiano ao doente, na grande maioria das vezes, é assumido pela mulher no interior da família, já que esta não dispõe de condições para contratar serviços particulares e não há serviços públicos que cumpram esse papel. Esse fato tem relação direta com a divisão sexual do trabalho, sustentada na ideia de que homens são provedores e mulheres, cuidadoras. Esse modelo patriarcal de família tende a sobrecarregar sobremaneira as mulheres frente às novas demandas que lhes são apresentadas cotidianamente, tornando-se fontes de seu adoecimento.

Palavras-chave: Doente de Alzheimer; família; mulher; cuidado.

Título do trabalho: O corpo feminino: a mama e sua representação social

Autoras: Lilian Mota Pereira; Gilsa Helena Barcellos

Resumo: Trata-se este trabalho de uma pesquisa qualitativa. Foram adotados como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa empírica. O projeto que orientou a realização desse trabalho teve como objetivo geral: analisar fatores implicados no processo de reconstrução mamária imediata em mulheres submetidas à mastectomia, e que resultou em uma dissertação defendida e aprovada com mérito no Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da EMESCAM, em Vitória, Espírito Santo, 2014. Nisto, se apresenta um capítulo da dissertação ora mencionada que buscou registrar uma breve história sobre o corpo feminino, sua mama e suas representações, de forma a contextualizá-la no tempo e no espaço, não com um olhar anacrônico, mas buscando entendê-la no seu movimento dinâmico e contraditório. No caso do corpo feminino, produto da interação entre o biológico, o político e o cultural, tem sua construção e desconstrução marcadas em diferentes períodos da História, em que a cultura possui um papel fundamental na forma como é visto e tratado tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres. Não há dúvida, o corpo tem as suas dimensões biofisiológica, psicoemocional e histórico-cultural, dimensões que estabelecem estreita relação entre si. Certamente que o corpo feminino traz diversas representações sociais. Tais representações têm relação direta com os papéis sociais que a mulher exerceu e exerce nas distintas sociedades. As sociedades orientadas por valores patriarcais tomam o corpo feminino como propriedade masculina. Na sociedade moderna, a história do corpo



feminino foi marcada pelo controle do Estado e da Igreja. No século XIX e parte do século XX, a relação entre câncer e pecado será fortemente cultivada, em especial, ao se tratar do câncer de mama. Na atualidade, o mercado busca transformar o corpo feminino em mercadoria.

Palavras-chave: Câncer de mama; corpo feminino; patriarcado; representações sociais.

Título do trabalho: Violência Obstétrica: um olhar da literatura científica

Autoras: Paula Gabrielle Nascimento Ricio e Adriana Ilha da Silva

Resumo: A violência Obstétrica é uma forma de apropriação - e invasão - do corpo e dos processos reprodutivos da mulher, gerando perda da autonomia feminina, o que impossibilita o livre arbítrio de seus corpos e sua sexualidade. O presente estudo teve como objetivo analisar o debate sobre a violência obstétrica em maternidades do Brasil a partir de artigos produzidos sobre o assunto nas bases da Scielo, da Capes, da Bireme e da Pubmed, no período entre janeiro de 2000 a maio de 2017. Para tanto foi realizada uma revisão integrativa, com uma amostra final de 26 artigos. Identificou-se que as publicações acerca da temática aumentaram consideravelmente desde 2010. As categorias identificadas foram exercício de autoridade e poder do profissional de saúde; e Violência contra a mulher. Quanto à primeira categoria, aferiu-se que muitos foram os avanços neste ponto, havendo contribuições importantes acerca do assunto. Em contrapartida, quanto à discussão da violência contra a mulher no que tange à violência obstétrica, verificou-se lacunas no debate, necessitando ampliar a discussão a partir de uma perspectiva crítica, tendo em vista o sistema patriarcal-racista-capitalista vigente. Identificou-se, também, que, apesar de o acompanhamento de gestantes e puérperas ser objeto de intervenção de Assistentes Sociais, o tema Violência Obstétrica ainda é pouco explorado pelo Serviço Social no espaço científico: dos artigos encontrados, apenas dois foram publicados pelo Serviço Social. Faz-se necessária a desnaturalização deste fenômeno, e, para isso, é essencial que os estudos continuem avançando com uma compreensão maior das relações sociais de produção na sociedade contemporânea, construídas e desenvolvidas historicamente.

Palavras-chave: Violência obstétrica; exercício de autoridade; violência contra a mulher.



Simpósio Temático 7

Gênero e discurso: a pesquisa discursiva como instrumento de identificação e denúncia da violência.

Coordenação: Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (Departamento de Línguas e Letras/UFES e PPGEL/UFES) e Profa. Me. Raquelli Natale (Doutoranda do PPGEL/UFES)

Resumo: Partindo de uma perspectiva multidisciplinar na qual o estudo do discurso não compreende um método de análise, mas uma prática analítica que acolhe métodos relevantes nas Ciências Humanas e sociais, este ST "Gênero e discurso: a pesquisa discursiva como instrumento de identificação e denúncia da violência" propõe reunir trabalhos que discutam como a análise discursiva tem contribuído para a identificação e denúncia dos mais variados tipos de violência, que são perpetrados contra a mulher, nas diversas esferas sociais, como a doméstica, familiar, midiática, jurídica, escolar, trabalhista etc. Espera-se refletir como a violência de gênero é (re)produzida não apenas pelas formas tidas como "tradicionais", física, psicológica, moral, patrimonial e sexual, mas também, pelas estruturas discursivas institucionais com as quais lidamos cotidianamente.

Apresentações do dia 06/11

Título do trabalho: Misoginia e poder político: análise de xingamentos proferidos à presidenta Dilma nas redes sociais.

Autoras: Renata Barreto da Fonseca e Micheline Mattedi Tomazi.

Resumo: Buscamos analisar as estratégias discursivas utilizadas para ataques verbais machistas e misóginos direcionados à presidenta Dilma, sob o pretexto de manifestação política. O aporte teórico utilizado encontra respaldo na ACD (Análise crítica do discurso) de base sociocognitiva proposta de van Dijk (2013). O objeto de análise é um vídeo compilado pelo sociólogo Leonardo Nolasco-Silva, no endereço <http://www.olingueto.com/dilma-e-machismo/>, presente no site youtube.com. Os resultados demonstram que os xingamentos têm por objetivo desqualificar o feminino, produzindo discursos misóginos. Parte-se do



princípio de que nas mídias sociais circulam discursos polêmicos com prática de violência verbal. Neste estudo, analisamos fragmentos dos vídeos compilados pelo sociólogo Leonardo Nolasco-Silva sob o endereço <http://www.olinguetto.com/dilma-e-machismo/>; no qual se encontra um grande apanhado, editado, de vídeos do youtube.com, além de stand up comedy apresentado por Danilo Gentili ofensivo à presidenta Dilma. Buscamos investigar por que, através de xingamentos, a manifestação política se torna sexualizada. Além de pesquisar por que o feminino é utilizado em operações de desqualificação. Sabemos que, nos dias atuais, há uma onda crescente de movimentos contra os direitos das minorias. Isso se confirma nos resultados eleitorais em vários países, em que representantes da direita e da extrema direita passam a assumir o poder. Tais práticas têm feito surgir discursos de ódio. Com isso, movimentos teocráticos, neonazistas, homofóbicos, misóginos e outros de nuances conservadoras ganham força. Partindo do princípio da liberdade de expressão, pessoas passaram a dizer tudo que lhes convêm, sem considerar os aspectos éticos dos discursos que estão em circulação, ainda mais nas redes sociais. Por esse motivo, o discurso polêmico ganha voz e adesão. Para Amossy (2001), as mídias sociais privilegiam a polêmica. Parte-se do princípio de que nas mídias sociais circulam discursos polêmicos com prática de violência verbal, que deve ser vista, considerando-se os contextos: social, enunciativo, midiático e ético.

Palavras-chave: Discurso; gênero; violência verbal.

Título do trabalho: Ação de extensão como boas práticas em capacitação para igualdade de gênero.

Autoras: Áurea da Silva Garcia, Rafaela Danielli Nicola; Josiane Barbosa Felipe, Icléia Albuquerque de Vargas

Resumo: Várias agendas nacionais, intergovernamentais e não governamentais trazem prerrogativas de combate à violência de gênero. Das tradicionais – física, sexual, moral e psicológica – às outras ainda sem tanta visibilidade, dentre elas, o acesso aos recursos naturais, em especial à água. A incorporação de gênero nas discussões socioambientais tem se estabelecido sistematicamente em documentos resultantes de eventos promovidos pelas Nações Unidas e por outros organismos, tais como os Princípios de Dublin o qual destaca: as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), seguido dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030, que têm dentre suas



metas o empoderamento de mulheres e meninas e acesso universal equitativo à água. No Brasil para atender essa Agenda estão sendo criados comitês, grupos e comissões para a incorporação de gênero na gestão ambiental e das águas, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e na Agência Nacional de Águas (ANA). Assim, o presente artigo apresenta parte de uma iniciativa que tem como base uma pesquisa junto às lideranças envolvidas com a gestão de recursos hídricos em municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP), em Mato Grosso do Sul. A referida pesquisa apontou a baixa correlação dos participantes – graduandos, e mesmo pós-graduandos -, em relação à gênero e o papel social, além da inexpressiva participação de mulheres nos espaços decisórios (GARCIA, 2015). Desta forma foi demandado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) a realização de uma atividade de extensão, materializada na Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (GAEA). A proposta pedagógica da Formação, coordenada pela organização não governamental Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, foi construída coletivamente com a participação de representantes de instituições de ensino e pesquisa, gestores ambientais e lideranças comunitárias. Com o encerramento do Curso de Extensão a proposta pedagógica foi selecionada pelo Centro de Capacitação da ONU Mulheres para compor o Compêndio de Boas Práticas em Capacitação para Igualdade de Gênero. O processo de seleção se tornou objeto de uma pesquisa, em andamento, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS.

Palavras-chave: Gênero; água; Pantanal.

Título do trabalho: “Mães de fevereiro”: representação social da figura materna em reportagem sobre uma “greve” da PM no Espírito Santo

Autores: Candido Ferreira de Souza Junior, Micheline Mattedi Tomazi; Joelson Rocha.

Resumo: Conforme dados oficiais, 192 pessoas foram assassinadas durante os 22 dias de paralisação da Polícia Militar do estado do Espírito Santo, em fevereiro de 2017. Seis meses após essa “greve”, o jornal A Gazeta publicou uma reportagem dando voz a mães que perderam seus filhos nesse período. Em tal texto jornalístico consiste em o objeto de estudo deste trabalho, já que, ao retratar essas mulheres, a reportagem “A dor e o vazio das mães de fevereiro” apresenta uma construção social da figura materna, que merece ser estudada. Configura-se válido averiguar que estruturas linguísticas e discursivas são mobilizadas para representar essas mães. Acredita-se que o



sofrimento justo de mulheres esteja sendo levado ao status de registro jornalístico, sob uma seletividade que valida o drama de algumas mulheres e invalida o de outras, o que caracteriza uma violência simbólica, nos termos de Bourdieu (2002). Sob essa premissa, será averiguado que construções discursivas se apoiam no pesar de algumas mulheres para operar uma representação de mães que podem chorar pelos seus filhos (“as mães de fevereiro”) e quais não têm direito à voz (as outras mães). Para tanto, revisitaremos estudos sobre as construções históricas de mãe no Brasil e as noções de representação social de van Leeuwen (1996), para, por fim, aplicar algumas categorias discursivas de análise de van Dijk (2010, 2012, 2014), com o intuito de descrever como sociocognitivamente, por meio da criação e ativação de modelos mentais, são representadas socialmente essas mães.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso; greve da PM no ES; representação social da figura materna; modelos mentais.

Título do trabalho: Violência contra a mulher, direito e linguística: análise crítica do discurso de uma sentença condenatória no Espírito Santo

Autoras: Jéssica Cabral Ortega Corrêa, Anna Maria Martins Souza, Micheline Mattedi Tomazi

Resumo: Em nossa sociedade há a legitimação da ideia de que o Judiciário é imparcial e, portanto, o único capaz de promover a justiça. Contudo, por meio das relações de poder e do discurso adotado nesse meio, levanta-se o questionamento se o judiciário promove ou não algumas discriminações, sobretudo por intermédio da linguagem jurídica. Nessa perspectiva, levando em consideração o contexto histórico de violência machista existente no Brasil, e, ainda, que o Judiciário é a última instância de resolução de conflitos sociais, neste trabalho, objetivamos analisar partes de uma sentença condenatória de um processo penal enquadrado na Lei Maria da Penha, proferida em 2015, em uma vara especializada em violência doméstica contra a mulher, no Espírito Santo, observando como as estruturas do discurso, isto é, construções sintáticas, seleção lexical, estruturas textuais etc., podem demonstrar uma ideologia machista e patriarcal por parte do judiciário em casos de violência contra a mulher. Para a análise, realizamos um estudo de caso com base no método qualitativo e interpretativo. Como aporte teórico valemo-nos da proposta sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso de van Dijk (1998, 2010, 2011, 2012, 2015, 2016). Além disso, para as definições que se encontram no campo do Direito, recorreremos ao Código



Penal (CP) e ao Código de Processo Penal (CPP). Ademais, para conceituar gênero social, centramo-nos nas pesquisas de Scott (1986) e Butler (1990). Por fim, as análises apontam para a confirmação de que por trás de um discurso aparentemente imparcial, o judiciário pode disseminar injustiças e preconceitos sociais em casos de agressões de mulheres.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso; Direito, linguagem; violência de gênero; sentença.

Título do trabalho: Realização de cirurgias de adequação de genitália em crianças intersexo.

Autoras: Jussara Viana Ferreira Arrigoni e Cristina Grobério Pazó

Resumo: O presente trabalho versará sobre a realização de cirurgias de adequação de genitália em crianças intersexuais, compreendendo aqui, a intersexualidade como toda condição de alteração genética, hormonal ou genital que traga no momento do parto, dúvida a respeito do sexo biológico do recém-nascido. Para tanto, serão abordados os estudos do filósofo francês Michel Foucault, que apontam a medicina como um biopoder, que exerce sobre o corpo humano forte influência, principalmente em questões relacionadas à construção do gênero e a sexualidade. Uma vez que, a sociedade e o Estado delegam aos médicos, e aos chamados especialistas, total liberdade para determinarem o que será considerado anormal ou não, no corpo e na mente de cada cidadão, bem como na forma como ele deverá expressar sua sexualidade, e ao que, ou a quem deverá ser destinado seu interesse sexual. No Brasil, a ausência de dados oficiais e políticas de saúde pública voltadas para os intersexuais, bem como de atendimento e orientação aos pais de crianças com essa condição, faz com que o tratamento dos intersexuais siga apenas as recomendações da Resolução nº 1664/2003, publicada pelo Conselho Federal de Medicina, e que traz, a ambiguidade genital como urgência do ponto de vista biológico e social. A rapidez exigida pelo CFM, na tomada de decisão sobre o sexo da criança, acaba por impelir que os médicos realizem cirurgias meramente cosméticas, com o único objetivo de enquadrar a genitália da criança em um padrão aceitável pela comunidade médica, já que, na maioria dos casos, a intersexualidade é uma característica que não oferece riscos à saúde da criança. Desse modo, o paciente, por sua pouca idade, acaba por não poder opinar sobre o que será feito com sua própria intimidade, o que poderá ocasionar graves lesões em sua integridade física e psíquica, bem como em sua dignidade como pessoa, e em sua liberdade de



autodeterminação, já que, na maioria das vezes, os procedimentos cirúrgicos são irreversíveis. Como forma de evitar, que bens jurídicos tão importantes, sejam maculados, é imperativo a modificação da lei 6.015/73, tornando não obrigatória, a indicação o sexo do bebê a ser registrado.
Palavras-chave: Intersexualidade; biopoder; violência de gênero; medicina; integridade física.

Título do trabalho: O feminicídio nas notícias dos jornais G1 e O Globo: representações sociais em comentários sobre o caso noticiado.

Autoras: Luana Santos Azeredo, Micheline Mattedi Tomazi

Resumo: Esta pesquisa analisa dois títulos de notícia sobre um mesmo caso de feminicídio ocorrido no interior de São Paulo publicados nos perfis de Facebook dos jornais G1 e O Globo. Nosso objetivo é analisar como se dá a representação social da vítima nos comentários referentes a essas notícias e, se a interpretação dos internautas foi influenciada pela abordagem discursiva realizada por ambos os jornais. Desse modo, pretendeu-se observar se as categorias discursivas léxico, sintaxe, semântica global e semântica local interferiram na construção dos comentários dos internautas nas respectivas notícias. Para dar conta desse objetivo, selecionaremos sessenta (60) comentários, trinta (30) em cada perfil de portal de notícias escolhido. Como aporte teórico, contamos com a proposta sociocognitiva de análise crítica do discurso de van Dijk (1999, 2010, 2012), além dos trabalhos de Tomazi e Natale (2015), Tomazi; Rocha; Ortega (2016). Quanto ao gênero social, levaremos em conta os estudos de Scott (1986), Butler (1990), Izumino (2010) e Lazar (2005). Para refletir acerca da rede social Facebook, contamos com as colaborações de Correa; Moreira (2014) e Recuero (2009). Com o intuito de melhor compreender a questão do feminicídio (tópico das notícias), recorreremos às considerações de Campos (2015) e Laky (2015). A metodologia utilizada para essa pesquisa será quantitativa e interpretativa, levando em conta as notícias e seus comentários. Os resultados desta pesquisa afirmam que há alguma forma de influência das estruturas discursivas utilizadas nos títulos de notícia sobre os comentários, principalmente, quanto à seleção de temas dos comentários. Contudo, a base da representação social da vítima construída está ancorada em ideologias (machista ou feminista) que os jornais apenas reforçam.

Palavras chave: Feminicídio; representações sociais; notícias jornalísticas.



Título do trabalho: Violências contra mulheres e o discurso jurídico: um estudo de processos criminais do município de Vila Velha/ES 1965-2015.

Autoras: Maria Angela Rosa Soares, Patrícia Maria da Silva Merlo

Resumo: O presente trabalho analisa sentenças judiciais de violências contra mulheres no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, no período de 1965 a 2015, objetivando identificar a adequação do discurso jurídico às transformações do papel da mulher na sociedade e sua (não)contribuição à construção de novos consensos para a efetivação dos direitos de cidadania das mulheres e para consolidação de uma cultura dos direitos humanos. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que a instrumentalização do discurso jurídico impede a eficácia social e a aplicabilidade adequada da lei, uma vez que, na crença da neutralidade, sua linguagem reproduz as desigualdades sociais e de direitos existentes entre homens e mulheres, e que o pragmatismo desse campo não considera a complexidade das relações sociais e, dessa forma, reforça o destino biológico das mulheres e sua consequente inferiorização social, contribuindo para perpetuar as desigualdades e, particularmente as violências. São utilizados como fontes, livros de sentença relativos a violências contra mulheres no município e no período pesquisados, a partir das quais, mediante amostragem aleatória simples, serão aprofundados estudos nos processos que as geraram. As fontes serão trabalhadas na perspectiva qualitativa, orientadas pela metodologia da análise de discurso crítica. O resultado esperado com o trabalho proposto remete à compreensão sobre a atuação do direito no trato das violências envolvendo mulheres, no sentido de perceber em que medida a atuação do judiciário tem funcionado como catalisadora de soluções para esse tipo de conflito ou tem se apresentado como instância reprodutora de desigualdades, considerando que o Direito, no Brasil, é um campo de saber que conserva fortemente as tradições historicamente herdadas, influenciado em sua origem por valores religiosos e, salvo as adaptações que são impostas pelas mudanças sociais e culturais, se mantém arraigado em um pragmatismo que ignora, em larga escala, a contribuição das disciplinas propedêuticas em sua formação, priorizando o conhecimento prático do ordenamento no qual os profissionais vão atuar. Nesse contexto, pretende-se decifrar os “não ditos”, os entrelaçamentos entre cultura, poder e ideologia, visando identificar, nas fontes, evidências de permanência de práticas estruturadas que reproduzem as históricas desigualdades de gênero. **Palavras-chave:** Discurso Jurídico; formação jurídica; cultura patriarcal; violências contra mulheres.



Título: Mulher e fotografia na América Latina: os olhares feministas de Tina Modotti, Grete Stern e Alice Brill

Autora: Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Resumo: Esta comunicação propõe discutir, a partir do viés das relações de gênero, a biografia de três fotógrafas europeias que constituíram ou consolidaram suas carreiras artísticas em diferentes países latino-americanos concomitantes ao aceno das estéticas de vanguarda no Continente. São elas a italiana Tina Modotti (1896-1942) e as alemãs Grete Stern (1904-1999) e Alice Brill (1920-2013), que imigraram respectivamente para o México, a Argentina e o Brasil entre as décadas de 1920 e 1930. Levadas à travessia do exílio por questões econômicas e políticas, as três artistas enfrentaram tensões, constrangimentos e possibilidades que serão analisadas tanto em seus aspectos particulares, quanto em suas semelhanças, levando em conta o fato de que foram precursoras na adoção de práticas artísticas que impulsionaram novas maneiras de produzir e pensar a fotografia na América Latina. Com base no estudo de suas trajetórias, buscaremos refletir sobre os vínculos entre as questões de gênero e o delinear de uma estética fotográfica feminista, visando a elucidar os contextos socioculturais e as condições específicas em que essas mulheres desenvolveram suas produções no campo da arte. Tendo como horizonte esse objetivo, apresentaremos uma breve análise sobre as conexões políticas, culturais e artísticas possíveis de serem apreendidas em suas biografias, bem como as interações existentes no repertório temático de suas obras, atribuindo especial relevo à criação de estéticas feministas próprias, mas em intenso diálogo. Importante frisar que os estudos sobre mulheres fotógrafas ainda são escassos na produção acadêmica brasileira, sendo tal escassez igualmente problemática no que se refere ao cenário latino-americano. Pretendemos, ao analisar como as relações de poder, atreladas às questões de gênero, permearam a trajetória política e artística de mulheres atuantes no campo da fotografia, contribuir para o debate.

Palavras-chave: Gênero; fotografia; feminismos; América Latina.

Apresentações do dia 07/11

Título do trabalho: Análise discursiva de notícias: imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua nos jornais O Tempo e O Globo.

Autoras: Marta Aguiar da Silva e Micheline Mattedi Tomazi



Resumo: Assim como acontece com os homens, as mulheres em situação de rua dificilmente são percebidas pela maioria da população, tornando-se, muitas vezes, “invisíveis”. Os discursos presentes na mídia podem contribuir para a naturalização de relações de poder e crenças particulares incorporadas pela sociedade sobre o problema social e sobre essas pessoas. Por isso, este trabalho, tem por objetivo analisar os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em situação de rua em notícias dos jornais impressos O Tempo e O Globo, com base, principalmente, na Teoria Semiollingüística de Charaudeau, considerando o sentido implícito na configuração verbal e não-verbal. Para falar sobre as relações de gênero utilizamos ainda Soihet (1997) e Bourdie (2002). A análise é parte da dissertação “Imaginários sociodiscursivos da mulher em situação de rua na mídia: uma análise discursiva de notícias de jornais impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro”. O trabalho se justifica pela necessidade de discutir a influência do discurso midiático sobre o problema social da mulher em situação de rua em decorrência da relevância do tema social tratado. A metodologia inclui coleta e seleção de textos do gênero situacional notícia para posterior análise utilizando: a) os modos de organização do discurso (enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo) propostos por Charaudeau (2014); b) os imaginários sociodiscursivos baseados em Charaudeau (2007 e 2011). Os resultados das análises indicam que os imaginários sociodiscursivos da mulher em situação de rua nos jornais O Tempo e O Globo são relacionados as temáticas: violência, ocupação do espaço público, maternidade, relações afetivas e o corpo. A maioria são negativos, construídos e reproduzidos por meio da organização discursiva das notícias associadas às imagens publicadas que também exprimem significados.

Palavras-chave: Discurso; gênero; imaginários; mulher em situação de rua.

Título do trabalho: Combate à violência de gênero: uma análise comparativa dos índices de violência contra a mulher no município de São José de Calçado-ES e a efetividade das medidas protetivas de urgência.

Autores: Milton Junior Barros Araújo e Valdeci Ataíde Capua

Resumo: O presente trabalho visa estabelecer uma análise comparativa dos índices de violência contra a mulher no Município de São José do Calçado/ES e a efetividade das medidas protetivas de urgência trazidas pela Lei 11.340/06. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem



qualitativa, no qual foram realizadas entrevistas junto a Órgãos Públicos que labutam diretamente em prol da proteção às vítimas desse tipo de violência, sendo o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Polícia Civil e também o Centro de Referência Especializado na Assistência Social (CREAS) do Município. O cerne da pesquisa realizada consiste em evidenciar a violência doméstica trazendo dados atuais da realidade enfrentada pelo Município em observação, construindo informativos reais e de grande relevância, considerando que os números relativos aos casos de violência contra a mulher mostram-se em contínua ascensão. Dessa forma, evidencia-se que a maior parte das vítimas possui idade entre 31 e 40 anos, são de etnia parda, e acabam sendo agredidas pelos seus ex-companheiros no âmbito de suas próprias residências. As ameaças proferidas em desfavor da vítima são comuns e a grande motivação para o crime é o ciúme, sentimento de posse, o qual promove uma visão da mulher como propriedade. Dessa forma, cabe discutir acerca da efetividade das medidas protetivas de urgência, uma vez que grande parte das vítimas já possui suposta proteção, e, mesmo assim, a violência permanece de maneira expressiva, sendo um crime praticado reiteradas vezes contra a mulher no contexto familiar. Portanto, pertinente se faz uma análise quanto à elucidação dessa violência tão brutal, que, apesar de possuir uma Legislação aplicada de forma específica, ainda carece de severa efetividade factual.

Palavras-chave: Mulher; agressão; proteção; dignidade da pessoa humana.



Título do trabalho: O discurso de dominação e suas representações históricas: a reincidência da violência de gênero nas instituições.

Autora: Renata Alves da Silva

Resumo: Os discursos de dominação masculina com base no sistema patriarcal fomentam a naturalização de uma série de hábitos e ações no cotidiano da mulher, produzindo assim, a violência de gênero. No estado do Espírito Santo, em especial na cidade de Vitória, ocorreu uma significativa cristalização dos costumes e práticas de violência contra a mulher. Assim, o trabalho teve como objetivo identificar e analisar os casos de reincidência da violência física conjugal, especificamente nesta cidade. Como fonte de estudo foram utilizados os Boletins de Ocorrência (BOs), registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM/Vitória), catalogados no Mapeamento da Violência contra a Mulher, realizado pelo Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero, Poder e Violência, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/UFES). A metodologia estudo de caso, proporcionou realizar reflexões sobre a reincidência da violência em consonância com os discursos de dominação produzidos pelas instituições Família, Igreja e Estado. As categorias teóricas que orientaram este trabalho fundamentam-se nas proposições de Pierre Bourdieu sobre o símbolo e seus significados, bem como, nas considerações realizadas por Heleieth Iara Bongiovani Saffioti ao discutir o conceito de gênero. Os resultados encontrados apontam que os valores sociais constituídos a partir do sistema patriarcal são percebidos por vias da dominação masculina, da construção dos valores socioeconômicos e culturais que geram para a mulher a submissão, favorecendo relações violentas. Por via das fontes, foi possível constatar que a dependência econômica da mulher é uma das principais razões que geram sua permanência na relação conjugal, na qual, sofre com a reincidência da violência física.

Palavras-chave: Violência de gênero; reincidência; discurso.

Título do trabalho: O sagrado feminino e a ancestralidade dos saberes, entre a possibilidade de reexistência e de exclusão: uma análise do discurso crítica das rodas de mulheres do sagrado feminino no distrito federal.

Autoras: Stephanie Sales Rodrigues Nonato e Maria Dela Pilar Acosta **Resumo:** Essa pesquisa tem por objetivo investigar como se dão as práticas discursivas no movimento Sagrado Feminino em Brasília. Para esse estudo de cunho qualitativo e etnográfico, que como afirmam Hammersley e Atkinson



(1994) busca a inserção no contexto natural para acessar às experiências, aos comportamentos, às interações e aos documentos para assim compreender a dinâmica do grupo estudado, as rodas de mulheres que são os momentos em que as participantes do grupo coletivizam seus saberes e experiências, serão observadas e num segundo momento serão coletados momentos dessas interlocuções para fins de análise. Para a análise serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso Crítica que sustenta que o discurso é sempre ideológico, uma vez que como entidade também mental, a linguagem perpassa sempre pela subjetividade do enunciador, ou seja, nunca é imparcial, já que todo ato de significar o mundo subjetivo e influenciado por interesses, sejam ele de qualquer natureza (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, partimos da premissa de que nenhum discurso, nenhuma fala é isenta de ideologia e, portanto, apontam para as construções identitárias dos indivíduos. Entendendo a língua enquanto mediadora das relações sociais, logo, produto e meio para a interação conseqüentemente a entendemos enquanto forma de prática social, pela qual, os indivíduos podem agir sobre o mundo e sobre o outro esta análise pretende averiguar se há relações assimétricas dentro do grupo de mulheres, mas pretende também perceber as nuances presentes entre as possibilidades de reexistência ou de exclusão das mulheres participantes do Sagrado Feminino. Por fim, pretende-se também, com essa investigação identificar se há ou não nessas práticas discursivas a possibilidade de transformação social que a priori o discurso da irmandade entre mulheres ou sororidade representa.

Palavras-chave: Feminismos; sagrado feminino; análise do discurso crítica.

Título do trabalho: Produções de sentidos e aborto legal: terminologia, prática e disputas.

Autoras: Tais Peres Fonseca e Lorrane Matos Ferrari de Andrade

Resumo: A prática do aborto é considerada crime no Brasil. Porém, quando não há outra forma de salvar a vida da pessoa gestante, em casos de gravidez resultante de estupro ou em gestação de fetos anencefálicos, o código 128 do Código Penal brasileiro garante a prática do aborto realizado por médico. A legalidade do abortamento - validada pelo decreto de lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - levou sua prática a ficar conhecida popularmente como "aborto legal". Os usos desse termo arranjam-se numa celeuma perpassada por: falta de informações, dificuldades de acesso e assistência; além de compor as pautas de movimentos sociais na luta pela



legalização e a descriminalização do aborto. Enquanto prática prevista em lei, a realização do abortamento é descrita por pesquisadores como um desafio ainda a ser vencido, haja vista as barreiras morais e religiosas impostas por profissionais de saúde, muitas vezes, responsáveis pela concretização do procedimento (Madeiro; Diniz, 2016). O termo “aborto legal” transpõe a legalidade prevista e compõe pautas debatidas por diferentes movimentos sociais e questionadas por setores conservadores da sociedade. No que tange a luta pela descriminalização, compreendemos neste trabalho que devemos atuar no sentido de legitimar a existência de práticas abortivas. Apostamos na necessidade de lidar com a gravidez de maneira a afirmar a autodeterminação do corpo que gesta. Afirmamos a legitimidade de uma gravidez resultar em um aborto, assim como em um parto. Reiteramos com Butler (2015) que, para viver, não basta apenas um impulso nervoso, mas condições econômicas, afetivas, sociais, entre outras. Segundo a autora, não há vida que se sustente sem tais condições (p. 38). Portanto, o desfecho de uma gestação não deve impedir a justiça reprodutiva ou a autodeterminação do corpo gestante. Buscamos discutir, então, como os setores conservadores e progressistas se apropriam e produzem significações para o termo “aborto legal” além de buscar compreender os efeitos de tais empregos.

Palavras-chave: Aborto legal; abortamento; descriminalização do aborto; legalização do aborto.

Título do trabalho: O direito da mulher de negar o sexo: a visão machista a partir de comentários no Facebook.

Autoras: Tamiris Demoner, Ariel Sessa, Micheline Mattede Tomazi.

Resumo: No dia 1º de maio de 2016, o jornal A Tribuna - jornal de grande circulação no estado do Espírito Santo -, veiculou uma notícia com a seguinte manchete: “Mulher nega sexo e mata marido”. A notícia teve repercussão nacional, sendo publicada na página Não me Kahlo da rede social Facebook e gerou muitos comentários, ocasionando uma polarização discursiva. Tendo em vista o cenário da violência contra mulher no Espírito Santo, achamos relevante trabalharmos com esse tema, uma vez que, de acordo com o Mapa da Violência (WAISELFSZ, 2015), a cidade de Vitória é considerada a capital onde há mais casos de agressão contra as mulheres. Além dessa imagem negativa da violência pela qual passa a mulher capixaba, a mídia jornalística não tem contribuído para minimizar essa imagem. Diante disso, objetivamos analisar as estruturas discursivas presentes



nos comentários e verificar como ocorre a polarização discursiva. Com base no levantamento de dados, adotamos a metodologia de análise qualitativa, uma vez que selecionamos um corpus com 817 (oitocentos e dezessete) comentários e, posteriormente, fizemos um recorte de apenas 10 (dez). Nessa perspectiva, adotamos como aparato teórico a teoria sociocognitiva cunhada por Teun van Dijk (1998, 2001, 2012a, 2012b, 2015), os estudos de gênero de Tomazi; Natale (2015), Natale (2015), Nader (2006, 2016), Cavalcanti (2006), Pinto (2010) e Montenegro (2015), além dos estudos sobre rede social, de Recuero (2016), Briggs; Peter (2016) e Castells (2015). A partir dos resultados, pudemos constatar a visão machista quando a mulher é considerada culpada mesmo em uma situação em que ela é vítima de estupro e agressão. O estupro da mulher casada pelo marido é, portanto, justificável pelos machistas.

Palavras-chave: Mídia; violência de gênero; Facebook; comentários no Facebook.

Título do trabalho: A violência contra a mulher na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

Autoras: Tatyana Alves Conceição, Maria Eneida Matos

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a análise e observação dos discursos existentes na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, de modo a evidenciar, por meio das práticas discursivas, a violência contra mulher permeada por toda obra, mais precisamente a violência psicológica. A construção da relação conjugal exposta na narrativa evidencia uma relação desigual e abusiva de forma que os constantes pontos de tensão na relação das personagens coloca em voga a reflexão sobre o tipo de poder estruturante e aniquilador advindos da figura patriarcalista e machista do protagonista, ainda muito presente no seio social contemporâneo. Dentro da narrativa encontra-se presentes resquícios tradicionalistas de um retrato social marcado pela "dominação masculina" e a calcificação de uma "violência simbólica" como nos mostra Bourdieu (2012). Dessa maneira é possível também explorar, dentro das relações diegéticas um paralelo entre a figura feminina, sua reificação e a posição de subserviência como é trazida dentro da narrativa. O apagamento de suas capacidades e o seu posicionamento dentro da obra como figura secundária só demonstram o quão violento e danoso é, para a personagem feminina, sua subjugação ao marido e suas vontades. Nesse contexto traz à tona mecanismos limitantes e



repressivos contra a autonomia da mulher e sua capacidade de exercer completa autonomia cognitiva e identitária. Por fim, pretende-se com a referente pesquisa, conhecer melhor os mecanismos de dominação e cerceamento da figura feminina, o que caracteriza também a violência contra mulher. E o presente estudo tem por objetivo demonstrar tal acontecimento.

Palavras-chave: Mulher; violência; Graciliano Ramos; patriarcado.

Simpósio Temático 8

Da normalização dos corpos e subjetividades para a autonomia dos múltiplos cotidianos.

Coordenação: Prof. Me. Gustavo Arthur Monzeli (Departamento de Terapia Ocupacional/UFES)

Resumo: Este simpósio temático surge da necessidade histórica de problematizar as bases epistemológicas da terapia ocupacional que a produzem como uma profissão cuja função social está ligada à normalização dos corpos desviantes de pessoas com deficiências, trabalhadores acidentados, além das pessoas que têm seus cotidianos atravessados por transtornos mentais ou suas condições materiais e simbólicas imbricadas em distintas problemáticas sociais. O objetivo deste espaço é refletir, através de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, a função social dos terapeutas ocupacionais frente às problemáticas que surgem desta relação entre saberes e práticas que produzem violências (explícitas ou veladas) e a possibilidade de se pensar outras formas de se compreender ação técnica e prática profissional, tendo como base a produção de cotidianos autônomos e vidas com significados múltiplos.

Apresentação do dia 07/11

Título do trabalho: Tecendo saberes: um estudo em adc sobre práticas de ensino-aprendizagem de mulheres em cursos FIC.

Autores: Iranilde Tavares da Câmara, María del Pilar Tobar Acosta



Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, ainda em andamento, de conclusão de curso, que tem uma natureza qualitativa e que busca possibilitar um diálogo entre estudos do discurso e educação, com a finalidade de contribuir para a mudança social das condições de trabalho de mulheres que estudam no Instituto Federal de Brasília, campus São Sebastião. Nossa questão central foi investigar se e como é possível contribuir para promoção da emancipação de mulheres, em benefício de uma transformação social, por meio do ensino de língua materna. Para embasar este estudo, aplicaram-se categorias e métodos da Análise de Discurso Crítica (ADC; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO 2006; ACOSTA, 2012, 2018), em diálogo com contribuições da pedagogia freiriana (FREIRE, 1987, 1996; GADOTTI, 1998). Para a pesquisa, foram constituídos dois corpora de análise, um de caráter documental e outro de caráter etnográfico, a partir de práticas de ensino-aprendizagem desenvolvidas no âmbito da disciplina Comunicação e Redação Oficial do curso FIC Assistente Administrativo do IFB – São Sebastião. O primeiro corpus foi composto da ementa da disciplina, do plano de curso, de uma das sequências didáticas e da apostila produzida pela professora. Já a segunda, pela observação silenciosa e participante de procedimentos da docente em diálogos com os/as discentes, bem como das participações dos/as discentes. Os dados de natureza etnográfica foram gerados de observações em sala de aula, prática docente na graduação (da pesquisadora) e materiais didáticos. Verificamos a importância de práticas pedagógicas imbricadas de sentido, tornando saberes ligados à convivência e corporeidade feminina, centralmente a partir do estudo mediado nessa disciplina do texto *A moça tecelã*, de Marina Colassanti. Observamos também que há uma grande pertinência na prática de ensino que promova no universo feminino mais condições de igualdade.

Palavras-chave: Análise Discurso; ensino de Língua Materna; estudos de gênero; Pedagogia Freiriana.



Simpósio Temático 9

História, intolerância e gênero na atualidade.

Coordenação: Profa. Dra. Maria Beatriz Nader (Departamento de História/UFES e PPGHIS) e Profa. Dra. Lana Lage da Gama Lima (Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - INCT-InEAC/UFF).

Resumo: Os últimos anos da história brasileira, seja social, cultural ou política, a intolerância para com o outro tornou-se bastante visível, mas, por outro lado, as transformações ocorridas na Ciências Humanas permitiram uma nova possibilidade de abordagem e de metodologias para as pesquisas e o ensino de História. Esse Simpósio tem como objetivo discutir e analisar até que ponto as novas pesquisas sobre os estudos de gênero, intolerância e violência tem permitido ou não mudanças nas possibilidades de trabalho e perspectivas de reformulação do ensino da História.

Apresentações do dia 06/11

Título: A apropriação dos corpos femininos e a violência obstétrica no Brasil

Autora: Stella Scantamburlo de Mergár

Resumo: O violento cenário atual do atendimento à mulher durante a gestação, no trabalho de parto e no pós-parto revela muito mais que uma praxe profissional, mas um condicionamento sociocultural proporcionado pela usurpação do controle sobre os corpos femininos pela medicina. Dados fornecidos pela Fundação Perseu Abramo na pesquisa "Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado", pelo "Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento" da Fiocruz e a cartilha da UNICEF "Quem espera espera" demonstram que a mulher brasileira é alvo de violências até mesmo num dos momentos mais frágeis de sua vida, o parto. A violência obstétrica caracteriza-se pelo uso de práticas desrespeitosas, agressivas e abusivas contra a mulher durante a gestação, no trabalho de parto e no pós-parto imediato. Na história, a arte de partejar era uma atividade tradicionalmente feminina exercida pelas parteiras e símbolo de poder e competência, mas, com a apropriação da prática obstétrica pelos médicos a partir do século



XVII, na Europa, e no século XVIII no Brasil, o conhecimento feminino foi se perdendo e a atividade da parteira foi desvalorizada, de modo que o corpo da mulher passou a ser objeto de diversas práticas institucionalizadas. No Brasil, durante o século XIX as parteiras continuaram atuando nos nascimentos e somente no século XX é que houve a efetiva institucionalização do parto e do nascimento. Com a instituição do parto hospitalar e a medicalização do nascimento, a comunidade de mulheres foi alijada do cenário e foram instituídas excessivas rotinas cirúrgicas, como as cesáreas desnecessárias e a episiotomia. A presença masculina no trabalho de parto, antes tida como inapropriada, passou a ser constante com os médicos. Assim, antes tidos como eventos fisiológicos, femininos e experiências subjetivas e domiciliares, o parto e o nascimento tornam-se eventos médicos, masculinos, arriscados e patológicos, devendo ser conduzidos unicamente pelos detentores do saber médico. Com o presente artigo pretendemos demonstrar como a usurpação dos conhecimentos femininos e o controle social sobre o corpo da mulher induziu à práticas recorrentes de violência sobre o parto e o nascimento, legitimando comportamentos agressivos e abusivos.

Palavras-chave: Corpo; parto; nascimento; apropriação; violência obstétrica.

Título: Rompendo silenciamentos: sociabilidade e violência conjugal em Carangola-MG.

Autoras: Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim, Maria Beatriz Nader

Resumo: Este trabalho apresenta parte dos dados da pesquisa que investiga a violência contra a mulher em Carangola, município da Zona da Mata mineira, no período entre 2006 e 2016, com o objetivo principal de analisar a violência conjugal com abordagem associada ao tipo de sociabilidade local e a maneira como as relações interpessoais reforçam a posição de dominação simbólica masculina, fazendo com que haja silenciamento das agressões. A proximidade entre os moradores da cidade contribui para o mútuo controle social, vigilância e julgamento moral de comportamentos e ações, sobretudo das mulheres, e acredita-se que essas particularidades podem persuadir aquelas que vivem em contextos de violência conjugal, levando-as a viver sob um *continuum* de agressões dos diversos tipos e a não denunciarem as violências cometidas por seus companheiros. A fim de ampliar os debates sobre o tema da violência contra a mulher e, com



enfoque em uma cidade do interior, este estudo de caso aliou metodologias qualitativas e quantitativas, já que a escolha de metodologias quali pode ser subordinada às necessidades de respostas de relações causais, nem sempre possíveis a partir de abordagens quanti. A opção por essa abordagem metodológica tem sido adotada por uma crescente comunidade de pesquisadores em ciências sociais e opõe-se a ideia antitética entre os dois métodos (KIRSCHBAUM, 2013). Para tanto foram entrevistadas dez mulheres que vivenciaram contextos de violência conjugal e, ainda foram aplicados 376 questionários fechados em diferentes pontos da cidade de Carangola em um mesmo período (corte transversal) no intuito de conhecer a realidade da violência contra a mulher e encontrar casos não notificados/denunciados. Neste trabalho apresentam-se parte dos dados quantitativos produzidos pelo estudo. Os dados da pesquisa identificam que há silenciamento da violência conjugal na cidade de Carangola determinada pelo tipo de sociabilidade local.

Palavras-chave: Violência de gênero; violência conjugal; patriarcado.

Título: História e justiça: o processo penal como fonte para o estudo do feminicídio em Vitória/ES (2007-2010)

Autores: Alex Silva Ferrari, Maria Beatriz Nader

Resumo: Desde a década de 1970 os movimentos feministas brasileiros se empenham em demonstrar como a violência contra as mulheres caracteriza um grave problema social e que deve ser combatido a partir de políticas públicas de Estado, visto que acreditam que o privado deve ser político. Assim, ao longo das últimas quatro décadas o que se assistiu foi o levante feminino contra a opressão e violência masculina e a luta por medidas e mecanismos que buscassem coibir a violência contra as mulheres. A partir da década de 1990 entra em campo o termo feminicídio, utilizado para jogar luz sobre o assassinato de mulheres, não apenas como um oposto gramatical do crime de homicídio, mas como um marcador de gênero que traz à tona a complexidade que o assassinato de mulheres carrega. A partir dessa nova construção conceitual, a vitimização letal de mulheres passou a marcar presença nas pesquisas acadêmicas que buscavam explorar e entender os processos sociais neles envolvidos. Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado desenvolvida junto do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), a qual tem como objetivo analisar as permanências de



valores patriarcais na sociedade capixaba, e que são responsáveis pela manutenção da prática do feminicídio na cidade entre os anos de 2007 e 2010. Objetiva-se nesse artigo discutir a importância dos processos penais do sistema judiciário enquanto fontes de análise dessa problemática.

Palavras chave: Gênero; patriarcado; feminicídio

Título: O inimigo está em casa: como foram consumados os crimes de feminicídio em Cachoeiro de Itapemirim-ES (2001-2010).

Autores: Luan Tofano Elias, Maria Beatriz Nader

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar como foram consumados os casos de femicídio/feminicídio - mulheres assassinadas por razões de gênero - no município de Cachoeiro de Itapemirim (sexto maior município do Espírito Santo, localizado ao sul do estado), na primeira década do século XXI. Essa análise se dará a partir de um estudo preliminar dos dados referentes à forma de execução (por arma de fogo, arma branca, ou outro meio), local da ocorrência (perto ou longe da residência da vítima, bem como o mapeamento dos bairros), motivações aparentes que levaram ao crime, e a relação existente entre vítima e algoz. Tais dados referem-se a pesquisa de Mestrado do autor, e foram extraídos de inquéritos policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida e Delegacia da Mulher e processos criminais do arquivo permanente da primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo - todos da mesma cidade -, a fim de detectar, nos mesmos, a presença das relações de poder/gênero como fator determinante para a permanência e manutenção do femicídio/feminicídio, levando em conta os valores patriarcais presentes historicamente na referida sociedade. Como base de sustentação teórica para os números, serão levados em conta os trabalhos já existentes sobre violência ligada às relações de gênero de Maria Beatriz Nader, Hellieth Saffioti, Adriana Pereira de Mello, Mariana Rios Lagarde e Johan Scott. Desse modo, serão levados em conta elementos como honra masculina, patriarcado, a proximidade da vítima para com o seu algoz, a objetificação e desvalorização da mulher (encontrados nos casos que envolvem ciúmes, traição e inconformidade com o término do relacionamento), e o femicídio/feminicídio como ponto ápice da violência doméstica contra a mulher e, por conseguinte, de gênero.

Palavras-chave: Gênero; patriarcado; feminicídio; violência.



Título: O impacto da “História das Mulheres” e de gênero na redefinição dos programas de história nas escolas francesas hoje: os livros didáticos, entre atenuação a perpetuação da violência simbólica.

Autora: Annabelle Bonnet

Resumo: Como o conhecimento histórico adquirido hoje no campo universitário francês sobre gênero, e, mais especificamente, sobre a chamada “história das mulheres” (Fraisie, 1999, Perrot, 2001, Thébaud, 2007), é transmitido hoje em dia no ensino médio público? Em que medida, e até que ponto, esse conhecimento histórico mudou a cultura escolar (Bourdieu, 1998) e a história ensinada no ensino médio? Este trabalho se propõe medir essas mudanças através de uma análise dos livros didáticos, já que estes “desempenham um papel na formação das normas e opiniões dos estudantes” (Fontanini, 2007) e constituem “um objeto político-social” (Memai, 2017). Um primeiro momento recordará as questões fundamentais colocadas pela “história das mulheres” e as mudanças essenciais que resultaram de tal campo de pesquisa desde os anos 1980. Estas pesquisas, juntamente com os movimentos pela emancipação das mulheres da época, levaram à institucionalização de questões feministas e à implementação de políticas educacionais que visavam, dentre outros objetivos, pôr fim à violência simbólica (Bourdieu, 1998) de exclusão das mulheres das narrativas históricas. Um segundo momento apresentará os resultados dessa política educacional propondo uma síntese das análises existentes sobre os livros didáticos (ver bibliografia), explorados através de três aspectos: a presença quantitativa das mulheres, suas representações figurativas e seus papéis históricos. Por unanimidade, as pesquisas revelam que os livros didáticos ainda funcionam como vetores de discriminação que apresentam as mulheres como exceções históricas. Um último momento apontará explicações sobre a persistência dessas discriminações, problematizando a noção de “mentalidades”, atravessada por mediações, entre as quais estão: as condições de produção e as implicações econômicas em torno da comercialização dos livros didáticos; os limites implícitos do campo de ação da escola pública em termos de gênero e o que diz respeito à esfera familiar; e, por fim, a falta de conhecimento dos produtores de livros didáticos, devida à quase ausência de formação sobre este assunto na grade curricular obrigatória dos cursos de história.

Palavras-chave: História das mulheres; memória coletiva; ensino público; violência simbólica.



Título: Os partidos políticos e a participação das mulheres nos espaços formais de poder: um estudo de caso sobre o Estado do Espírito Santo.

Autora: Tanya Mayara Kruger

Resumo: Os estudos sobre política e gênero apontam que ainda há uma significativa sub-representação das mulheres nos espaços de poder, o que gera um desafio ao projeto democrático brasileiro. Com o objetivo de resolver o problema da baixa participação feminina no meio político brasileiro é adotada a lei de cotas por sexo, de 30 de setembro de 1997, aprovada após intensa discussão no legislativo brasileiro. Com o resultado final foi aprovada uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federal. Contudo, a lei não exigia a obrigatoriedade de preenchimento dos percentuais, fazendo com que no dia 29 de setembro de 2009 houvesse uma reelaboração da lei que determinou que obrigatoriamente os partidos deveriam preenchê-las com o mínimo de 30% e o máximo de 70% dos candidatos de cada sexo. Logo, sabendo que tanto os partidos políticos como o financiamento em campanhas eleitorais tem sido o ponto chave para a eleição dos candidatos, esta comunicação tem como objetivo principal discutir até que ponto os partidos políticos vêm incentivando (ou não) à participação das mulheres nos espaços formais de poder, tendo como foco o Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Mulher; partidos políticos; participação política.

Título: Ditadura militar e gênero: uma outra perspectiva da violência contra as militantes políticas.

Autoras: Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine, Mirela Marin Morgante

Resumo: A presente discussão objetiva demonstrar a importância do uso do gênero nas pesquisas historiográficas que se debruçam sobre a intolerância e a violência perpetrada pela ditadura militar (1964-1985) contra as mulheres. Inicialmente, pretende-se problematizar a predominância de temas e abordagens essencialmente políticas e androcêntricas nas análises sobre o período, de modo a evidenciar os limites que essa tradição do sujeito universal masculino impõe ao conhecimento histórico acerca dos espaços que as militantes políticas ocuparam e aos quais foram submetidas. Em seguida, almeja-se apontar a relevância da categoria violência de gênero para que se produzam mudanças nas possibilidades de pesquisa e nas perspectivas de formulação sobre a construção social patriarcal e as relações hierárquicas de poder produzidas em seu interior, as quais



fundamentam as práticas abusivas contra as mulheres durante o regime. Finalmente, a partir das considerações do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e dos testemunhos concedidos pelas vítimas à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pretende-se aplicar a violência de gênero na abordagem dos crimes cometidos pelos militares – homens – contra as militantes da Universidade entre os anos de 1968 e 1972.

Palavras-chave: Ditadura militar; gênero; patriarcado; violência de gênero.

Apresentações do dia 07/11

Título: Gênero, envelhecimento e história oral: perspectivas e possibilidades dos estudos feministas.

Autores: Luciana Silveira, Alex Silva Ferrari

Resumo: Os estudos feministas, que surgem a partir da década de 1970, foram responsáveis por um profundo questionamento da ciência moderna e da ideia de sujeito universal, que representaria somente os homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. No que diz respeito à História, as memórias que se estabeleceram como oficiais foram aquelas baseadas nas ideias, decisões e feitos dos homens ligados ao poder político vigente e às instituições. As memórias dos homens comuns e mulheres, grupos sociais marginalizados, se mantiveram de maneira subterrânea (POLLACK, 1989). No caso das mulheres, segundo Michelle Perrot (1998), há uma exclusão em, pelo menos, três níveis: enquanto profissionais, pois a história se constituiu como um empreendimento predominantemente masculino; no âmbito do relato, que se restringe ao político, associado exclusivamente ao espaço público, do qual as mulheres são alijadas; e, no nível das fontes, diplomáticas, administrativas e parlamentares, produzidas por homens e que não contemplavam a participação das mulheres.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo destacar o papel da História Oral como forma de registro e investigação da memória feminina, especialmente de mulheres idosas. Como afirma Rachel Soihet (1997), em muitos casos, até mesmo o acesso à escrita foi censurado para as mulheres. Os objetos por elas deixados, como os "dedais, jóias, roupas, bibelôs, caixas,



missais e as fotografias”, assumem papel importante, pois permitem constituir uma “arqueologia feminina da vida cotidiana” (SOIHET, 1997, p. 296). Em relação às mulheres idosas, Alda Britto da Motta (2012) alega que até o movimento emancipatório da década de 1960, poucas mulheres, que dirá velhas, ganham visibilidade pelo registro social de suas vidas. Motta sugere o trabalho com a História Oral, alegando que as lembranças de mulheres que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, são fontes ricas e importantes para se conhecer as omissões e as pressões sociais sobre as mulheres de várias idades. Assim, a História Oral ampliaria as possibilidades de interpretação sobre os objetos históricos, permitindo o registro dos testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” (ALBERTI, 2008).

Palavras-chave: Gênero; envelhecimento; História Oral.

Título: Identidade de gênero e violência simbólica: a política de representação da Revista Capixaba (1967-1971)

Autoras: Mirela Marin Morgante, Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

Resumo: A partir da década de 1960, a cidade de Vitória iniciou um processo de modernização caracterizado pelo avanço industrial e urbano acelerados, pela expansão na estrutura portuária e de transportes e pela ampliação da construção urbana. Sob a égide de um governo autoritário instaurado por meio de um golpe de Estado, em 1964, o governado capixaba de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) acompanhou a política nacional de modernização e ordenação urbana, promovendo modificações na infraestrutura para atender às novas demandas advindas do crescimento populacional e das mudanças nos padrões de consumo. Os ideais essencialistas das identidades de gênero, segundo as quais as mulheres eram associadas ao âmbito privado, do cuidado da família, da passividade e do recato sexual, e os homens eram relacionados à esfera pública, do trabalho extra-lar, da racionalidade e da atividade sexual, norteavam a política de representação da administração estadual rumo à “ordem” e ao “progresso” da sociedade capixaba. Um dos meios utilizados pelo poder público para levar adiante a política de representação de gênero que produzia e legitimava suas práticas e seus discursos de modernização cidadina, eram os meios de comunicação. Particularmente a Revista Capixaba, que existiu justamente durante o período de governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), evidenciava em suas páginas os ideais de representação do feminino e do masculino, em conformidade com



os novos padrões de consumo e de comportamento social. Por meio da análise de discurso da Revista Capixaba, o presente artigo investiga como a política de representação procurava fazer com que os sujeitos internalizassem as normas de identidade de gênero de forma binária e essencialista. Ademais, o objetivo é demonstrar como as representações presentes na linha editorial da Revista promoviam a violência simbólica contra a população feminina, na medida em que incutiam um modelo de identidade pautado na submissão, na passividade, no recato e na exploração das mulheres.

Palavras-chave: Identidade de gênero; violência simbólica; política de representação.

Título: Mulher e história: da invisibilidade à sujeito de análise

Autor: Leandro da Silva Lunz

Resumo: A narrativa histórica que nos tem sido apresentada na cultura ocidental representa um modelo antropocêntrico do fazer histórico e conseqüentemente relegou às mulheres um papel de invisibilidade e silenciamento. A figura feminina foi construída como um modelo de submissão e impotência, sendo tratada como um objeto que deveria atuar no campus do privado. Refletir sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres implica em reconhecê-las como sujeitos da História e desconstruir a visão que privilegia a masculinidade como o modelo ideal a ser reverenciado. Essa visão que dá ênfase na impossibilidade da utilização da racionalidade pela mulher encontra-se fundamentada em estereótipos elaborados no século XIX, que se baseava em um discurso naturalista que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens cabia o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o dever do cuidado do espaço privado. O desenvolvimento da Nova História Cultural contribuiu para a recolocação da noção de discurso no centro da História Cultural, pois passaram a ser consideradas a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. A reflexão sobre as mulheres como sujeitos de história ocorreu graças ao desenvolvimento dessa Nova História Cultural preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais. Esta preocupação, aliada ao desenvolvimento da Nova História Cultural em consonância com o feminismo e novos paradigmas científicos contribuíram para a inserção das



mulheres no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção histórica, permitindo um novo olhar sobre a História das Mulheres.

Palavras-chaves: Narrativa Histórica; mulheres; sujeito.

Título: Masculinidade e percepção de consentimento na violência sexual

Autora: Wendy Xavier Pereira Fernandes

Resumo: Desenvolvido como projeto de pesquisa no Programa de Iniciação Científica, o trabalho teve como proposta a análise da percepção de jovens e adolescentes sobre consentimento sexual, sendo este subprojeto em específico responsável pela análise das questões ligadas a masculinidade. Foi aplicado um questionário qualitativo-quantitativo a alunos entre 18 e 20 anos do projeto ONG Atitude, onde se realizam aulas pré-ENEM, na cidade de Vitória, localizada no contexto de altos índices de violência contra mulher que apresenta o estado do Espírito Santo. A fonte estabeleceu-se na especificidade dos questionários respondidos por participantes do sexo masculino heterossexuais, de forma a analisar às relações de poder existentes entre homens e mulheres. O objetivo central da pesquisa foi compreender a visão dos participantes a respeito de consentimento sexual, onde pode-se observar uma compreensão do termo, aliada a uma limitação de sua percepção nos casos de violência, sobretudo relacionada ao estupro. De forma que foi demonstrado que apesar de entender o conceito de consentimento, os homens tem dificuldades em identificá-lo em situações sexuais, demonstrando a problemática da legislação brasileira definir violência sexual enquanto "ato sexual não consentido". E, pontualmente, foi observado o desconhecimento ou não-declaração em relação a seu entendimento sobre consentimento. Este resultado se alia ao debate sobre a educação masculina relacionada à afirmação de virilidade, que, no Brasil, constroem-se desde o período colonial, onde a afirmação do homem em seu papel social demanda demonstrações públicas ligadas a violência e pratica de sua sexualidade, analisadas no presente trabalho pelo viés da história das relações de gênero.

Palavras chave: Consentimento; estupro; cultura; masculinidade; gênero.



Título: Relações de Gênero, Memória e Educação Profissional: a inserção Feminina nos cursos técnicos do PROEJA

Autora: Lorrana Bernardes Bastos

Resumo: Trata-se de estudos acerca da escolarização do público feminino nos cursos técnicos ofertados pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus Vitória. Problematicamos a respeito dos obstáculos interpostos no percurso formativo das mulheres inseridas na EJA no que se refere à formação técnica profissionalizante no curso considerado "tradicionalmente masculino" e, concomitantemente, foi feita uma reconstituição da história da Educação Profissional para desvelar como se processou a inserção feminina ao longo de sua constituição, enquanto escola pública socialmente reconhecida. Tomamos como base teórica os Estudos Feministas nas interfaces com a produção do campo da Educação de Jovens e adultas/os e do Trabalho e Educação. As análises e as discussões são subsidiadas pelas pesquisadoras como Arend (2012), Rosemberg (2012) e Camara (2013), entre outras, que delinearem o percurso histórico da escolarização feminina, secular e profissionalizante, marcado pela segregação sexual. Metodologicamente, nos valem dos aportes da pesquisa qualitativa e da técnica da pesquisa documental (HELDER, 2006) para o estudo das fontes primárias localizadas no acervo documental do Ifes. Os resultados apontam que os fatores que impactam os processos de escolarização das estudantes são decorrentes dos problemas de ordem socioeconômica e daqueles advindos das relações de gênero, como também, das dificuldades para acompanhar as demandas da escola, explicitados pelo longo período fora da escola; pela persistência de uma cultura escolar e de práticas pedagógicas que não levam em consideração as especificidades das/os sujeitas/os da EJA.

Palavras-chave: Educação Profissional; relações de gênero; escolarização feminina; memória.

Título: "O shortinho, pode": a violência simbólica no uso das roupas femininas.

Autora: Louise Maestri Ferreira

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar breves narrativas construídas por mulheres, acerca de Violência e Moda, pelo uso da roupa no espaço público. O argumento feminista "abaixo o controle dos corpos", se manifesta



nas particularidades do vestir e exprime as regulações masculinas no controle da indumentária feminina. Historicamente, em O segundo sexo (1949), Simone de Beauvoir disserta que, as roupas seriam ferramentas de opressão utilizadas para reforçar as relações sociais de gênero, baseadas na sociedade patriarcal. Diante disso, a crítica feminista ao machismo expõe a violência simbólica na proibição de peças específicas impostas exclusivamente às mulheres, assim como o uso do "shortinho". Problematizar essas questões contribui para desarticular o pensamento machista entre as fronteiras das normas de boa conduta, no espaço público. Desta forma, o polêmico "shortinho", peça de roupa feminina, passa a ter significação frente aos papéis sociais a serem esperados e exercidos pela mulher, até os dias atuais.

Palavras-chave: Moda; violência; gênero; mulheres.

Título: Policiais militares e violências contra as mulheres

Autor: João José Barbosa Sana

Resumo: Este artigo foi elaborado a partir da Monografia "Policiais Militares e violência contra as mulheres nas ocorrências da Delegacia de Mulheres de Vitória - ES (DEAM-VITÓRIA - ES - 2002-2010)", apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de História, no sistema de Educação à distância, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através do Polo de Piúma-ES, no ano letivo de 2017. O estudo desenvolveu-se a partir de 121 ocorrências, envolvendo policiais militares, inseridas no mapeamento realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES, na DEAM Vitória - ES, no período de 2002-2010. Apresenta o perfil das mulheres e dos autores. Discute os tipos de violências e as peculiaridades do envolvimento de policiais militares como autores dessas violências. Conclui que tais violências ocorrem num contexto marcado por concepções patriarcais de gênero, onde prevalecem práticas de dominação masculina.

Palavras-chave: Policiais militares; violência contra as mulheres; gênero; patriarcado; Delegacia de Mulheres.



Simpósio Temático 10

Arquitetura e Gênero

Coordenação: Profa. Dra. Karla do Carmo Caser (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES) e Prof. Dr. Nelson Porto Ribeiro (Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFES)

Resumo: Diversos são os fatores que justificam estudos sobre Arquitetura e Urbanismo sob a perspectiva de gênero: identificação e entendimento dos mecanismos de ação desvantajosos, e muitas vezes sutis, para o gênero feminino em disciplina que historicamente e mundialmente favorece o gênero masculino; necessidade de melhorar as condições de bem-estar das mulheres arquitetas; qualificar o ambiente construído para a diversidade dos usuários; fornecer estímulo ao respeito à diversidade na profissão. Este simpósio tem por objetivo aglutinar pesquisadores/as de diferentes instituições permitindo um diálogo entre as pesquisas que tratam de gênero e arquitetura, tanto no exercício da prática profissional quanto na formação (estudantes e professores/as): resgate da história de arquitetas e escolas de arquitetura, exercício profissional e ensino (discriminação de gênero e estratégias de atuação), gênero e uso do ambiente construído (espaço público e privado), e novas abordagens teóricas e/ou pedagogias. Espera-se que as discussões geradas possam contribuir para fazer aflorar questões emergentes relacionadas às diferenças de gênero na área de Arquitetura e Urbanismo.

Apresentações do dia 06/11

Título do trabalho: As relações de gênero na prática profissional em arquitetura paisagística.

Autoras: Gabriela Pinto de Moura e Karla do Carmo Caser

Resumo: Historicamente, a associação do gênero feminino à prática da jardinagem é descrita como um facilitador para o ingresso das mulheres na profissão de Arquitetura Paisagística. Contudo, a partir da década de 1970, com o movimento feminista, surgem diversos estudos internacionais sobre as relações de gênero em distintos campos profissionais, sendo um deles a Arquitetura Paisagística, em que se evidenciam mecanismos de ação desvantajosos para a atuação das arquitetas paisagistas, desde os primeiros



anos de institucionalização da profissão até os dias atuais (NASSAUER, 1985; BROWNE, 1994; KOMARA, 2000; TANKARD, 2001; ACUNA, 2006; STREATFIELD, 2012). Além disso, esses estudos também buscavam incentivar o resgate e o reconhecimento da contribuição feminina para o Paisagismo. É importante salientar que, enquanto no exterior a Arquitetura e a Arquitetura Paisagística são profissões institucionalizadas e com cursos de graduação independentes, no Brasil, o Paisagismo ainda é um campo de atuação dentro da Arquitetura. Essa especificidade aponta para a necessidade de um estudo mais acurado do tema para a realidade nacional, analisando-se sua relação com os resultados de pesquisas internacionais. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo investigar as relações de gênero na prática profissional em Arquitetura Paisagística, nos contextos nacional e internacional. Para tanto, primeiramente, resgata-se histórico das trajetórias de paisagistas pioneiras e de destaque, no Brasil e exterior, apresentando os obstáculos enfrentados por elas e as estratégias de atuação para contorná-los, que garantiram sua permanência na profissão. Posteriormente, apresentam-se pesquisas internacionais sobre a percepção das profissionais acerca das relações de gênero na atuação em Paisagismo, e contrapõem-se seus dados à realidade brasileira, através de relatos da experiência de três paisagistas capixabas, sendo uma atuante no setor privado e duas na área acadêmica. Os procedimentos metodológicos adotados incluem levantamento bibliográfico, de dados quantitativos e censitários, e pesquisa empírica com o uso de entrevistas e questionários. Com isso, pretende-se contribuir para uma maior conscientização das relações de gênero e dos mecanismos engendrados nas relações de trabalho da Arquitetura Paisagística no Brasil, na busca pela melhoria das condições de bem estar da arquiteta, em especial da arquiteta paisagista, e pelo apoio à equidade e à diversidade daquela profissão.

Palavra-chave: Gênero; prática profissional; arquitetura e urbanismo; arquitetura paisagística.

Título do trabalho: A mulher arquiteta e o assédio sexual

Autoras: Karla do Carmo Caser e Ileana Wenez

Resumo: Em Arquitetura, as pesquisas feministas têm início nos anos 70, período de mudanças paradigmáticas que se iniciam nos anos 60; surgem também as primeiras pesquisas que buscavam mapear e questionar a baixa representatividade das mulheres nas diversas profissões. Estudos recentes



focam em problemas enfrentados pela mulher arquiteta e desafios a serem enfrentados para melhoria da qualidade do campo profissional. O objetivo deste artigo é apresentar discussão sobre assédio sexual enfrentado pelas mulheres arquitetas em sua prática profissional no estado do Espírito Santo. Primeiramente faz-se um breve sumário da situação atual relacionada a assédio sexual no campo da Arquitetura e Urbanismo e apresenta-se uma contextualização da profissão no Brasil e no estado do ES. São analisados 50 questionários online conduzidos junto a arquitetas do CAU/ES. A parte referente a assédio foi baseado no questionário proposto por Anthony (2001). Adotou-se este modelo por ser detalhado e para permitir comparação destes dados com os obtidos nessa pesquisa. A parte referente a assédio foi baseado no questionário proposto por Anthony (2001). Adotou-se este modelo por ser detalhado e para permitir comparação destes dados com os obtidos nessa pesquisa. Foi utilizada a plataforma digital googledocs, que automaticamente calcula percentuais e gera gráficos de pizza para as respostas quantificáveis, auxiliando na análise dos dados. Os questionários foram analisados quantitativamente e qualitativamente, e as frases dos respondentes utilizadas para ilustrar a análise. Contar histórias sugestivas é a situação mais comum, seguido dos comentários de conteúdo sexual; estes dois itens também são os mais citados por Anthony (2001). Entrar em assuntos pessoais e dar tratamento diferenciado de gênero aparecem em terceiro dentre as atitudes listadas. Destaca-se o fato de que essas atitudes são mais comuns no ambiente da prática projetual do que na academia. Outro ponto que parece indicar um ambiente mais favorável na academia relaciona-se a compartilhar materiais sugestivos, que ocorre em índices baixos no meio acadêmico; o mesmo ocorre para tocar causando desconforto.

Palavras-chave: Assédio sexual; mulher; arquitetura; prática profissional.

Simpósio Temático 11

Enfermagem, Gênero e Saúde

Coordenação: Profa. Dra. Franciele Marabotti Costa Leite (Departamento de Enfermagem/UFES e PPGSC/UFES e PPGENF/UFES)



Resumo: O processo saúde-doença consiste em uma construção social, associada à qualidade das relações que se estabelecem entre os diferentes gêneros. Na enfermagem, falar de gênero é mais do que oportuno, considerando as inquietações, as reflexões e as demandas que esse tema gera na formação e no cuidado à saúde. Nesse contexto, a proposta do ST Enfermagem, que tem como tema "Enfermagem, Gênero e Saúde", é acolher trabalhos que discutam: gênero, educação e formação de enfermagem; a articulação do gênero nas práticas de cuidado em saúde; os desafios e conquistas nas relações de gênero, saúde e enfermagem; gênero e determinantes históricos e sociais no desenvolvimento da profissão de enfermagem.

Apresentação do dia 07/11

Título do trabalho: Estomias intestinais de eliminação, qualidade de vida e gênero: uma análise das pluralidades vividas.

Autoras: Mariana Alves Machado Ribeiro e Carla Denari Giuliani

Resumo: Conhecer os perfis demográfico, clínico e de qualidade de vida de pessoas estomizadas e explorar, a partir das histórias de vida, as pluralidades do ser mulher e do ser homem frente às questões de gênero. Métodos: Estudo observacional e descritivo de abordagem quantiquantitativa que analisou 18 pacientes portadores de estomas intestinais de eliminação há no máximo 2 anos no período de agosto/2014 a julho/2016 em um serviço público em Minas Gerais, Brasil. Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos: um questionário demográfico e clínico, WHOQOL-bref e entrevista semiestruturada. Os dados foram submetidos a análises estatísticas e de conteúdo de Bardin e processados por meio do software NVivo Pro 12. Resultados: Constatou-se que 66,7% (n=12) eram do sexo feminino, 50% (n=9) eram casados, 77,8% (n=14) estavam afastados de atividades laborais, 55,5% (n=10) minimamente concluíram o Ensino Médio, 61,1% (n=11) tinham renda de até 1 salário mínimo per capita, 89% (n=16) tiveram o câncer intestinal como motivador da estomia, 94% (n=17) eram colostomias e 78% (n=14) eram temporárias. A qualidade de vida global aferida pelo instrumento WHOQOL-bref foi de 63,2, considerando que quanto mais próximo de 0, pior a qualidade de vida e mais próximo de 100, melhor a qualidade de vida. As palavras mais frequentes nos relatos foram "bolsa e "difícil" no sentido do cuidado e processo de transição, respectivamente. A maioria manifestou sentimentos de tristeza e desconhecimento da submissão à condição de



estomizado intestinal. Ao explorar as histórias de vida, ficam evidenciados os impactos da estomia intestinal na autoestima, imagem corporal e sexualidade, fortemente ligados às questões de gênero. Conclusão: As caracterizações demográficas, clínica e de qualidade de vida constituem condicionantes e determinantes de saúde que influenciam o processo de viver estomizado. A atribuição do ser mulher/homem estomizado está intimamente ligada à construção do corpo enquanto efeito histórico, resultado de discursos e práticas.

Palavras-chave: Estomia; relações interpessoais; qualidade de vida.

Simpósio Temático 12

Saúde e Violência Sexual

Coordenação: Profa. Me. Chiara Musso Ribeiro de Oliveira Souza (Departamento de Ginecologia e Obstetrícia/UFES)

Resumo: Segundo a OMS, a violência sexual tem sido uma área negligenciada pelas pesquisas, em todo o mundo, mesmo tratando-se de importante problema de saúde pública. A violência sexual repercute na saúde mental e na saúde física, pelo risco de aquisição de doenças sexualmente transmissíveis e de ocorrência de gravidez indesejada. Nesse contexto, a proposta do ST Medicina, que tem como tema "Violência sexual e Saúde", é acolher trabalhos que discutam: o papel do setor saúde no enfrentamento da violência sexual, o acolhimento à vítima de violência sexual, violência sexual e doenças sexualmente transmissíveis, violência sexual e saúde mental, violência sexual e gravidez/parto/aborto.

Apresentação do dia 07/11

Título do trabalho: Saúde, violência sexual e gênero: a percepção de profissionais nos casos de aborto previsto em lei.

Autoras: Débora de Paula Bolzan e Ellen Cristina Santos Silva



Resumo: Este resumo aborda o tema saúde pública, violência sexual e aborto e discorre sobre as percepções dos/as profissionais do Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) nos casos de aborto previsto em Lei, no ano de 2016. O SAVIS está localizado na Maternidade Dona Regina, em Palmas/Tocantins e atende pessoas vítimas de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde. Foram entrevistados/as 5 profissionais que compõem a equipe multiprofissional, sendo: uma psicóloga; dois médicos (uma mulher e um homem); um enfermeiro e uma assistente social. De janeiro a novembro de 2015 o serviço atendeu 221 pessoas, incluindo casos de estupro de vulnerável e a realização de 6 abortos previstos em Lei. O SAVIS apresenta avanços no acesso ao direito à saúde pública, sendo o único serviço em todo o Estado a atender vítimas de violência, incluindo o serviço de aborto previsto em Lei. Os dados estimam que “6% para mulheres com idades entre 18 e 19 anos e 22% entre mulheres de 35 a 39 anos” realizaram aborto no Brasil; mostrando que a criminalização não impede a prática e que o aborto não é um fenômeno isolado na vida reprodutiva das mulheres (Santos, et al, 2013, p.497). A pesquisa concluiu que os/as profissionais do SAVIS realizam um trabalho humanizado, com ética e sigilo, observando o que prevê a legislação brasileira. No entanto, os posicionamentos sobre a descriminalização do aborto não são unânimes entre os/as profissionais, sendo que quatro profissionais apresentaram posicionamentos favoráveis e uma é contrária à descriminalização. Há ainda um posicionamento profissional bastante conservador que imputa, mesmo que indiretamente, alguma responsabilização à mulher pela violência sofrida. Todavia, reitera-se que “aborto oscila entre a terceira e a quarta causa de morte materna”, portanto, independente das posturas individuais, deve-se reconhecer que “o aborto no Brasil é considerado um problema de Saúde Pública” (VIEIRA, 2010, p.103). Neste sentido, o conjunto CFESS/CRESS defende, desde 2009, a legalização do aborto no Brasil, considerando-o como questão de saúde pública e como direito das mulheres.

Palavra-chave: Sistema Único de Saúde; violência sexual; gênero; aborto previsto em lei; SAVIS.



Simpósio Temático 13

Análise e debate sobre a formação da personalidade autoritária durante o ensino jurídico a partir do conceito de autoridade e patriarcalismo.

Coordenação: Profa. Dra. Brunela Vincenzi (Departamento de Direito/UFES e PPGDIR/UFES) e Profa. Me. Catarina Cecin Gazele (Departamento de Direito/UFES e doutoranda do PPGHIS/UFES)

Resumo: Pretende-se refletir e debater o anseio de dominação e de ser dominado, que ainda permeia a nossa sociedade, a partir das pesquisas da Escola de Frankfurt, em especial, de Theodor W. Adorno, sobre a personalidade autoritária. Pelo aspecto psicológico, pretende-se analisar as pesquisas de Erich Fromm, também do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, sobre a fuga para o autoritarismo quando ele analisou a dominação do "Führer" durante o regime nacional socialista na Alemanha. O peso de assumir as rédeas do próprio destino e as responsabilidades pelas suas atitudes parece assustar alguns jovens, em especial estudantes de direito. Percebe-se um fascínio por comportamentos autoritários em detrimento do diálogo construtivo, o que leva a repetição de um modelo autoritário baseado no patriarcalismo da cultura brasileira tradicional. As pesquisas e debates do ST serão pautadas na leitura do livro *Personalidade Autoritária* de Theodor W. Adorno [* Publicado originalmente em Theodor Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford, *The Authoritarian Personality*. Nova York: Harper, 1950. Reproduzido em *Gesammelte Schriften Vol. 9, T. I [Soziologische Schriften II]* Frankfurt: Surhkamp Verlag, 1975, p. 143-. Traduzido por Francisco Rüdiger de acordo com a versão editada em *Critical Theory ana Society A Reader*, organizado por Douglas Kellner e Stephen Bronner. Nova York: Routledge, 1989].



Título do trabalho: A Especificidade da aplicação da Lei Maria da Penha em situação de violência contra mulher transgênero quando o agressor também é uma mulher: uma análise à luz do Julgado no processo de Nº 0018790-25.201.0004 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Autoras: Geórgia Thâmisa Malta Cardoso e Rayanne Rodrigues Miranda

Resumo: A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), sancionada em 07 de agosto de 2006, foi criada no intuito de reprimir a violência contra a mulher no âmbito familiar, doméstico e afetivo, abarcando tanto violações de ordem física, psicológica e sexual. Prima a Lei em estudo por resguardar quem figura no papel de mulher dentro da sociedade, para além das que são biologicamente, a Lei ainda abrange às transgêneros e às transexuais, podendo a violência de que trata a Lei também ser praticada por sujeito ativo feminino. Contudo, o judiciário brasileiro apresenta relutância quanto à aplicação das medidas dispostas na Lei Maria da Penha (LMP) aos casos em que o sujeito passivo do conflito não tenha como sexo biológico o feminino, bem como quando o sujeito ativo da conduta seja mulher. Nesse ínterim, o escopo deste artigo é propiciar a discussão, a partir da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004, em que o Magistrado determinou a aplicação de medidas protetivas fundadas na LMP à vítima transgênero, por entender que a violação, ainda que perpetrada pela genitora da vítima, foi fruto do exercício do pátrio poder sobre a filha, demonstrando a mãe ter feito às vezes da personalidade autoritária patriarcal da família ao reproduzir um modelo de agressão típico do homem machista, sexista e preconceituoso, quando violentamente forçou a vítima a internação em clínica psiquiátrica, ao argumento de não aceitar sua homossexualidade e mudança no gênero com o qual se identifica, de masculino para feminino. A decisão segue a linha do que propõe o Projeto de Lei 191/2017. Nesta senda, o Projeto de Lei supracitado, que prevê proteção legal para mulheres transgêneros e transexuais, fora aprovado em 21 de março de 2018 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. As garantias visam asseverar às pessoas que se identificam como integrantes do gênero feminino as mesmas proteções legais outrora previstas para mulheres cis. Com fulcro na concepção da dignidade da pessoa humana é primer resignificar o entendimento do sujeito de direito isento da dimensão biológica de gênero, com intento que a ordem jurídica no Estado Democrático de Direito mitigue as suas fundamentações na visão da divisão



binária dos gêneros e da determinação da heterossexualidade conforme leciona Borrillo (2010).

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência de Gênero; Mulheres Transgênero.

Simpósio Temático 14

As diferentes formas de violência: contribuições teóricas e práticas dos saberes PSI.

Coordenação: Profa. Dra. Andrea dos Santos Nascimento (Departamento de Psicologia/UFES)

Resumo: Constata-se, no senso comum e no âmbito acadêmico o interesse cada vez maior por temáticas sobre a violência e relacionadas a ela. Embora seja um fenômeno que afeta a sociedade de um modo geral, ao longo de sua história, atualmente, os meios de comunicação têm dedicado amplo espaço para a divulgação de eventos violentos. Tal interesse tem fomentado discussões, reflexões e debates, sendo a violência estudada sob diversas perspectivas. Este simpósio temático tem por objetivo refletir sobre a contribuição dos saberes e práticas psi (psicologia e psiquiatria, por exemplo) para a delimitação, definição e caracterização das formas de violência, bem como apresentar a atuação dos profissionais para minorar o sofrimento proveniente dessas experiências.

Apresentações do dia 06/11

Título do trabalho: Acolher diversidade: um projeto humanista fenomenológico existencial

Autores: Wildson Abo Sartori e Andrea dos Santos Nascimento

Resumo: A população LGBTQ+ vem sendo alvo de diferentes tipos de violência no Brasil e no mundo. Dados do Disque 100 informam que apenas no primeiro semestre de 2018 foram mais de 700 denúncias apenas neste dispositivo. Assim, a atuação da Psicologia neste contexto se faz necessária não apenas na esfera individual, através do acolhimento e



acompanhamento psicoterápico, como também na esfera coletiva, auxiliando esta população na defesa de seus direitos e buscando estratégias grupais de empoderamento. A presente comunicação oral trata do recorte de um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo realizado pelo Curso de Psicologia, com a participação de alunos, professores e profissionais externos para ofertar grupos de acolhimento terapêutico a partir da abordagem clínica da Gestalt-Terapia. O grupo que atende à população LGBTQ+ tem como objetivo contribuir para a formação de alunas (os) visando prepará-las (os) para o acolhimento psicológico para o público LGBTQ+, ao passo que visa ainda promover um espaço de reflexão e apoio a esta população. Para tanto, após seleção de estudantes extensionistas, foi realizada a revisão bibliográfica da literatura latinoamericana acerca da população LGBTQ+ de forma a prepará-los para os atendimentos em grupo com base na Psicologia Humanista Existencial Fenomenológica. Como resultado, espera-se que haja uma contribuição na formação dos estudantes de psicologia para lidarem com os temas transversais que envolvem a questão da identidade de gênero e da orientação sexual, como relacionamento social, direitos e qualidade de vida, além de prepará-los para atuação no mercado de trabalho, não apenas para o atendimento individual, mas também para a compreensão dos processos grupais por meio do atendimento psicoterapêutico de grupos.

Palavras-chave: Orientação sexual; grupos de acolhimento; humanismo.

Título do trabalho: Narrativas que irrompem, re-inventando a vida: produção de subjetividades aborteiras.

Autores: Maria Antonella Barone, Getulio Sérgio Souza Pinto

Resumo: Nos propomos pensar na produção de imagens sobre a prática do aborto e a produção de subjetividades atrelada a ela. Paul B. Preciado teoriza sobre os regimes de produção de corpo e de produção de subjetividade e destaca que, para compreender a produção de subjetividade da contemporaneidade, é preciso fazer uma análise de como funcionam alguns dispositivos. O que nos ocupa, é o dispositivo da pornografia na produção e circulação de imagens sobre o aborto. A produção de imagens dos fetos mortos nas mãos dos anti-abortistas, dos embriões falantes, dos zigotos pedindo para não ser abortados, dos fetinhos de plástico nas campanhas anti-abortistas, mostram a obscenidade que Preciado (2008) vai nomear como produção pornográfica. A produção de imagens sobre o aborto, é uma das técnicas que pretende deslegitimar aos



corpos que abortam, des-subjetivá-los e reduzi-los à categoria de criminosos. Além das produzidas pelo sistema farmacopornográfico, constituem-se contra-imagens, que se propõem intervir, modificar, re-inventar aquelas tecnologias que se inscrevem nos nossos corpos, produzindo outras formas de sexualidade, de subjetividade, outra produção de corpos. A partir dessa compreensão, a gente tece algumas reflexões sobre a possibilidade de se pensar na produção de subjetividades aborteiras. Nos interessamos pela invenção de outras práticas de subjetivação como práticas de resistência à normalização. As aborteiras, por meio de práticas específicas, co-constroem outros sentidos, oferecem outras imagens, outras perspectivas que resistem às fabricadas pelas opiniões pessoais e crenças particulares. Seguindo as reflexões de Guattari e Rolnik (1999), os processos de subjetivação realizam-se, portanto, nos modos de relações que estabelecemos conosco mesmas e com o mundo, nos modos de existir nos fluxos contínuos de imagens, afetos, sons, sensações e formas de consumir que são fabricadas na trama social. Assim, o corpo aborteiro perde a dimensão representativa e intensifica a capacidade de produzir novas conexões e agenciamentos sem-fim nas redes de acompanhamento, de afeto, de compartilhamento. Pensamos que, dessa maneira, é possível a produção de um comum, um modo de existir no coletivo, um estilo de existência a partir da multiplicidade das diferentes vivências com a prática abortiva.

Palavras-chave: Produção de subjetividades; aborto; contra-imagens; processos de subjetivação; subjetividades aborteiras.

Apresentações do dia 08/11

Título do trabalho: Para além do "ser mulher" e "ser homem".

Autoras: Letícia Pereira de Souza e Marina Ferreira da Rosa Ribeiro

Resumo: A existência de um sistema de gênero binário, onde quem nasce com uma biologia feminina deve seguir "normas sociais" determinadas para aquele sexo e quem nasce com uma biologia masculina, outras normas definidas para tal, há tempos vem se mostrando questionável. De acordo com Judith Butler, a sociedade espera uma suposta coerência entre sexo, gênero, desejos e práticas sexuais (BUTLER, 1990/2015) que se mostra cada vez mais distante da realidade. Essa tal coerência que é forjada e tida como necessária e "normal" acaba influenciando a maneira como as pessoas constroem suas identidades, partindo de modelos do que se deve ser enquanto mulher ou homem. Isso acaba reprimindo socialmente qualquer



forma de manifestação subjetiva que entrelace a masculinidade e feminilidade de maneira mais complexa e acaba excluindo as pessoas que não se encaixam nesse padrão do lugar de sujeito, já que a não-coerência é atribuída à patologia. A partir disso, se faz necessário repensar o que é considerado "mulher" e/ou "homem", "feminino" e/ou "masculino", pois a maneira como sempre foram compreendidos esses conceitos se mostra cada vez mais inadequada e violenta para parte da sociedade que não se encaixa no que é apresentado enquanto norma. Falar em gênero é falar de uma questão política, é falar da busca das pessoas pelo direito de existir. Para refletir um pouco a respeito dessas questões, o presente trabalho apresenta algumas vivências de pessoas que aparecem no documentário "De Gravata e Unha Vermelha" da diretora e psicanalista Miriam Chnaiderman e recorre a teoria de Robert Stoller e Judith Butler para aprofundar a discussão. O estudo levou a uma observação de que as identidades estão constantemente sendo construídas e reconstruídas, tanto individualmente quanto socialmente, tornando qualquer noção normatizadora precária e muito violenta. Há algo de subjetivo que transcende e subverte normas e expectativas sociais e é justamente na subversão do gênero que aparece a fragilidade do binário e do discurso patologizante. Não há "mulheres" estritamente femininas ou "homens" estritamente masculinos, até porque o que é considerado feminino ou masculino é particular de cada época e região.

Palavras-chave: Gênero; Robert Stoller; Judith Butler; de gravata e unha vermelha.

Título do trabalho: Grupo de acolhimento a mulheres em situação de violência: um relato de experiência.

Autores: Camilla Ramos Medalane Cravinho, Andrea Nascimento dos Santos

Resumo: A violência contra a mulher tão antiga quanto à humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção do ser mulher. Nesse aspecto, é considerada como um problema social e de saúde pública, que afeta não somente o Brasil, mas o mundo inteiro. O resultado da última pesquisa DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil chama atenção para o aumento do número de mulheres que declaram ter sofrido violência, o qual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017. Esse aumento pode ser interpretado como o reconhecimento gradual da violência doméstica e familiar como uma questão de interesse



*Encontro Internacional
Engênero III*

**Caderno
de
Resumos**

público, e não como assunto privado, incentivado por movimentos da sociedade civil, projetos sociais, organizações não governamentais (ONG's) e coletivos feministas diversos. Compreendendo que vivemos em um contexto mundial ainda de violações de direitos das mulheres e de crescente necessidade de viabilização e fortalecimento dos serviços e das políticas públicas para essa população, propusemos uma análise, a partir de um grupo de acolhimento terapêutico realizado por discentes e docentes de psicologia, da importância da (o) inserção da(o) psicóloga(o) nesse contexto, mais especificamente, sobre a relação estabelecida entre psicólogos (as) e mulheres que se encontram em situação de violência e para além disso, o impacto do acompanhamento psicológico na vida dessas mulheres. A partir disso, acredita-se que esse estudo pode encontrar respostas que agreguem conhecimento para o campo da Psicologia (tanto em seus aspectos sociais, metodológicos e éticos) e que se possa promover nos profissionais da área uma postura mais acolhedora e humanizada para lidar com o sofrimento de mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Gênero; violência doméstica; acolhimento; psicólogo.